



RELATÓRIO INTEGRADO 2020

28.julho.2021

Grupo ML


Metropolitano de Lisboa


FERCONSULT
consultoria, estudos e projetos de engenharia de transportes


metrocom
Lojas no metro

Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.

ÍNDICE

NATUREZA DO RELATÓRIO	3
I. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO	4
2. INDICADORES PRINCIPAIS DO GRUPO ML	8
II. ORGANIZAÇÃO	9
1. MISSÃO, VISÃO E VALORES	9
2. POLÍTICA DE GESTÃO	9
3. CARTA DO CLIENTE	10
III. ANÁLISE DE CONTEXTO	12
1. ANÁLISE EXTERNA.....	15
2. ANÁLISE INTERNA	18
3. RISCOS E OPORTUNIDADES.....	20
4. ESTRUTURA DE GOVERNANCE.....	23
5. ORGÃOS SOCIAIS.....	26
IV. DESEMPENHO	29
1. MODELO DE NEGÓCIO.....	29
2. DESEMPENHO POR CAPITAL	50
A. CAPITAL FINANCEIRO	50
B. CAPITAL INTELETUAL.....	54
C. CAPITAL HUMANO.....	55
D. CAPITAL SOCIAL.....	60
E. CAPITAL NATURAL.....	68
3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	70
V. ESTRATÉGIA.....	71
1. PERSPETIVAS.....	71
2. OBJETIVOS ESTRAGÉTICOS.....	74
VI. ANEXOS.....	77
i. Declarações Finais	77
ii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)	78
iii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)	79
iv. Demonstrações Financeiras Consolidadas e seus Anexos	80
v. Parecer do Conselho Fiscal às Contas Consolidadas	128
vi. Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	134
vii. Relatório do Auditor Externo	140
viii. Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI.....	147
ix. Glossário de Termos e respetivas Fontes.....	168
x. Siglas e Acrónimos.....	172

NATUREZA DO RELATÓRIO

O Relatório Integrado engloba a informação financeira e não financeira do Metropolitano de Lisboa e das empresas suas participadas, correspondente ao exercício de 2020.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as Diretrizes do IIRC – Internacional Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Adicionalmente contém, ainda, informação relativa à governação e ao desempenho das principais dimensões da sustentabilidade.

Este relatório tem como objetivo melhorar a perceção de estratégia de negócio e de transferência de valor que os *stakeholders* têm relativamente ao negócio do Metropolitano de Lisboa e das suas empresas participadas no que concerne à sua organização, análise de contexto, estratégia, bem como divulgar o desempenho alcançado pelos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE).

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir ainda que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a qualquer verificação externa. No entanto, foi dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que refere que “*no caso de sociedades que estejam obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira, nos termos do artigo 66.º-B ou do artigo 508.º-G, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma ou o relatório separado foram apresentados.*”.

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO

A todos os interessados.

Apresentamos neste documento o Relatório Integrado que refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e das empresas por si detidas a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E., bem como os resultados obtidos no ano de 2020.

O ano de 2020 ficará para sempre na memória de todos.

E infelizmente pelos piores motivos pessoais, familiares e profissionais, colocando cada um de nós em situações extremas para as quais não estávamos mentalmente preparados.

O ano de 2020 viveu-se num contexto conturbado com um surto pandémico que nos inflige duramente, situação que se encontra, ainda, a decorrer em 2021, à data de produção deste documento. Esperamos, contudo, que 2021 seja o início do fim desta pandemia.

Fomos obrigados a aprender a viver e trabalhar de forma diferente, com repercussões muito negativas na economia nacional (e internacional) que também se viu forçada a adaptar-se às atuais circunstâncias de combate ao Vírus SarsCov19. Novos cuidados de saúde, sociais e relacionais com grandes alterações no nosso dia-a-dia de trabalho, familiar e de ócio, foram algumas das diferentes medidas que todos tivemos que adotar.

Em 2020, após um momento inicial de avaliação e incerteza iniciámos fortes medidas de higienização e limpeza de todos os espaços de trabalho e de uso pelos nossos clientes e, assim, continuámos mês a mês, procurando sempre melhorar e ampliar o âmbito da nossa ação.

A nível interno, foram implementadas uma série de medidas, com vista à proteção dos colaboradores, tais como a criação de equipas “espelho”, repartidas entre trabalho presencial e equipas em reserva no seu domicílio em esquema rotativo, a implementação e generalização do regime de teletrabalho, o desfasamento de horários de trabalho, o reforço da limpeza e higienização das instalações, adequação dos espaços comuns à nova realidade, tendo em consideração o distanciamento social recomendado, limitação do número de presenças em cada espaço, introdução de sinalética, distribuição de máscaras, gel e luvas, medição diária de temperatura a todos os trabalhadores e a todos os prestadores de serviço, entre outras ações também de especial importância para combater a propagação do vírus COVID-19.

A todo o momento e no combate ao surto da SARS-COV-2, O Metropolitano de Lisboa foi dando cumprimento integral às orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Governo em matéria de saúde pública e de regras de utilização dos transportes públicos. E, no âmbito das medidas adotadas a empresa viu reconhecida a eficácia da higienização e da limpeza das suas estações e do material circulante, em auditorias independentes realizadas pela SGS, que culminaram com a obtenção do selo “Viaje com confiança”.

Ao nível das estações e dos clientes, foi colocada sinalética em toda a rede do Metro relativa à obrigatoriedade do uso da máscara e correta utilização da mesma, à necessidade de manter o distanciamento social recomendado, à importância da lavagem das mãos e do uso de gel desinfetante, tendo sido efetuadas diversas campanhas de comunicação sobre essas matérias. Reforçou-se a disponibilização de gel em todas as estações para utilização pelos clientes e colocaram-se à venda máscaras nas máquinas de *vending*, gel e luvas a preços simbólicos. Outras ações foram desenvolvidas, tais como parcerias com a PSP, tendo em vista manter o distanciamento nos cais e no interior dos comboios.

No tocante à utilização do Metropolitano de Lisboa, verificou-se uma significativa diminuição da procura e, consequentemente, da receita. A oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando.

Assim, face ao contexto social verificado, e considerando as validações de títulos de transporte realizadas, o Metropolitano de Lisboa transportou 90,6 milhões de passageiros. Este indicador corresponde a menos 93,2 milhões de

passageiros relativamente ao ano de 2019, em que foram transportados 183,8 milhões de passageiros, correspondendo a uma variação negativa de -50,7%.

Apesar deste contexto adverso e com enormes dificuldades, o Metropolitano conseguiu dar continuidade aos projetos que tinha em curso e prosseguiu a implementação de outros.

No tocante ao Plano de Recuperação dos Ativos, da Rede e de implantação de acessibilidades plenas, o Metropolitano de Lisboa reabilitou a estação Olivais, instalou três novos elevadores na estação Colégio Militar e recuperou parte das suas instalações, reabriu o átrio norte da estação Areeiro, completamente renovado e dotado de acessibilidade plena, procedeu à substituição integral do ascensor da estação do Rato, deu início ao processo de substituição de escadas mecânicas na estação Baixa Chiado, bem como outros trabalhos em diversas estações, criação de instalações sanitárias públicas com acessibilidade plena, tratamento de patologias estruturais, remodelação dos sistemas de bombagem, refrescamento e instalação de novos equipamentos de telecomunicações, entre outros.

Na área das instalações técnicas é de salientar a instalação e revisão de vários sistemas SADI, sistema de apoio à deteção de incêndios em várias estações da rede, a renovação do SSIT – Sistema de supervisão de instalações técnicas e do CITV – Circuito interno de televisão, sistemas fundamentais para o controlo e supervisão da rede do Metropolitano de Lisboa.

Ainda no âmbito dos projetos de introdução de acessibilidades demos continuidade, igualmente, à empreitada de remodelação da estação de Arroios com o objetivo de proceder ao alargamento do cais para comportar seis carruagens. Recorde-se que a obra de remodelação e de ampliação da estação Arroios da linha Verde do Metropolitano de Lisboa teve início em julho de 2017, mas por motivos de incumprimentos contratuais do empreiteiro o Metropolitano de Lisboa, em janeiro de 2019, rescindiu o contrato respetivo, tendo lançado um novo concurso, em fevereiro do referido ano, e procedido à sua adjudicação e assinatura do contrato em setembro desse mesmo ano, estando previsto que a abertura da estação ocorra no segundo semestre de 2021.

No que ao projeto de Modernização da Rede do Metropolitano de Lisboa diz respeito, e na sequência do concurso lançado, em setembro de 2018, para a substituição do atual sistema de sinalização por um sistema CBTC - e para aquisição de 14 novas unidades triplas, bem com a adaptação de 70 unidade triplas existentes ao novo sistema de sinalização (CBTC), o Metropolitano de Lisboa procedeu à assinatura do contrato em fevereiro de 2020. A aquisição deste novo material circulante e do sistema de sinalização CBTC para as linhas Azul, Amarela e Verde, afigura-se essencial para o reforço da oferta e melhoria da qualidade de serviço prestado, sendo considerado o projeto mais relevante do Metropolitano de Lisboa. Infelizmente, a litigância concorrencial impossibilitou durante largos meses o desenvolvimento deste projeto.

No que respeita ao material circulante, continuámos, durante o ano de 2020, a proceder à sua recuperação, procurando anular os atrasos de manutenção de anos anteriores. Durante este ano demos início aos contratos de reabilitação dos sistemas de portas em toda a frota de material circulante de exploração. Nos comboios ML90 está prevista a substituição do antigo mecanismo de acionamento pneumático por um novo mecanismo de acionamento elétrico. Nas restantes frotas ML95, ML97 e ML99 está em curso a grande revisão dos mecanismos existentes. Estas alterações têm um investimento global de 7,4 milhões de euros ao longo de três anos.

Ainda em 2020 o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao investimento, iniciado em 2018, dos sistemas tecnológicos para uma futura alteração muito significativa do sistema de bilhética, o qual terá impactos relevantes na melhoria e na facilidade de acesso dos clientes à nossa rede. Ainda em 2020 procedemos à introdução de facilidades de pagamento dos Passes Municipais, Metropolitanos e Familiares na rede de máquinas automáticas do ML e de pagamento por cartão Contactless. Esperamos, no decorrer de 2021, iniciar novos desenvolvimentos na área da bilhética, bem como o projeto de implementação de um sistema de digitalização da informação ao cliente.

Em termos financeiros, o Metropolitano de Lisboa viu, em 2020, o seu *rating* de longo prazo de BBB *investment grade*, com Outlook estável, relativamente ao ano transato, medida que teve em conta o nivelamento da avaliação do Metropolitano de Lisboa com a notação da República.

Paralelamente procurou-se, internamente, dar seguimento à implementação de medidas que consolidem a robustez da gestão nomeadamente pela criação sistemas de controlo internos entre os quais salientamos as ferramentas de apoio à Contratação e ao *Compliance*, a consolidação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a alteração do Código de

Ética e de Conduta, a reformulação do Sistema de Gestão de Risco, a utilização generalizada na empresa da assinatura digital qualificada e a atualização da base informática SAP.

Através da subscrição em 2019 da carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas o Metropolitano de Lisboa passou a ter atribuído o selo anticorrupção, o que representa o reforço do seu compromisso público e da adoção de medidas no combate à corrupção em cumprimento do ODS 16.

Ainda nesse contexto, o Metropolitano de Lisboa integrou, em março de 2020, a Plataforma Portuguesa para a Integridade (PPI) no âmbito da APEE (Associação Portuguesa para a Ética e Integridade).

Também de especial relevo, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade à política de rentabilização do seu património. Esperamos que as negociações com a Câmara Municipal de Lisboa para a aprovação do plano urbanístico para os terrenos do antigo Parque de Material e Oficinas de Sete Rios, terminem no início de 2021, de modo a permitir a concretização da sua alienação ainda em 2021.

Por seu turno, no âmbito do património artístico, completou-se o levantamento do acervo de obras de arte originais, permitindo deste modo, o conhecimento exato da quantidade e qualidade do património artístico pertença do Metropolitano de Lisboa.

Já em relação à Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao projeto de prolongamento Rato/Cais do Sodré, que culminaram com o lançamento, em janeiro de 2019, do concurso para a Construção dos Toscos dos Lotes Rato/Santos e Santos/Cais do Sodré, no âmbito do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa.

Em maio de 2020, o Metropolitano de Lisboa celebrou o contrato para o Lote 1, encontrando-se a realizar estudos geológicos e em fase final de vistorias de todos os imóveis das áreas por onde passará o novo túnel

O concurso do Lote 2 sofreu um ligeiro atraso pelo facto de não termos recebido propostas num primeiro concurso, obrigando à realização de novo concurso, com correção do preço base. A empreitada foi adjudicada em setembro de 2020 e o contrato celebrado nesse mesmo ano.

Relativamente ao lote 3 referente à empreitada de construção dos toscos dos viadutos do campo Grande, o respetivo concurso foi lançado em janeiro de 2020, tendo já sido alvo de adjudicação e de assinatura do respetivo contrato em novembro de 2020. A consignação ocorrerá no primeiro trimestre de 2021.

Já em fevereiro de 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve os vistos prévios favoráveis do Tribunal de Contas para os Lotes 2 e 3.

As adjudicações relativas a estas empreitadas ocorreram no estrito cumprimento e respeito pelo regime fixado no Código dos Contratos Públicos, decorridos os prazos legais e a tramitação subsequente legalmente estabelecida.

No tocante ao Lote 4 para o projeto para o lançamento do concurso dos acabamentos e sistemas dos Lotes 1 e 2, prevê-se que o mesmo seja realizado em 2021.

Ainda no referente a futuras expansões, o ML iniciou os estudos do prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, tendo em 24 de dezembro de 2020 obtido o acordo do SEM ao Estudo de Viabilidade. No decorrer do ano de 2021 decorrerão os trabalhos de estudos e projetos, com vista a apresentar o Estudo de Impacto Ambiental às autoridades respetivas.

O Metropolitano de Lisboa, mediante acordo celebrado com as Câmaras de Lisboa, Oeiras, Loures e Odivelas, também se encontra a realizar os estudos referentes ao LIOS – Linha Intermodal Ocidental e Oriental Sustentável e a um novo Sistema de Transporte em Sítio Próprio/Metro Ligeiro de Superfície, na Área Metropolitana Norte, ligando em Odivelas, Infantado e Loures.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu, em 2020, a implementação de um conjunto de medidas com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, e com o PISA 2030 – Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental.

Numa fase de grande incerteza para o Metropolitano de Lisboa proveniente da acentuada diminuição da procura de clientes e face à necessidade de novas abordagens que a permitam contrariar, bem como à implementação de medidas adequadas aos novos desafios decorrentes da evolução pandémica, foi criado na estrutura orgânica da empresa, o Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável que permitirá dar resposta aos referidos desafios, promovendo uma cultura da inovação, com vista ao desenvolvimento sustentável da empresa.

Ao nível da gestão do capital humano foram definitivamente integrados no efetivo do Metropolitano de Lisboa, com efeitos reportados a dezembro do corrente ano, os trabalhadores da Ferconsult, S.A., empresa subsidiária do Metropolitano de Lisboa que detém 100% do seu capital e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes.

Respondendo às necessidades de reforço do efetivo verificadas em 2020, o Metropolitano de Lisboa reforçou o quadro de pessoal com 27 profissionais, através da admissão de 9 Agentes de Tráfego, 3 Oficiais Eletromecânicos, 2 Técnicos de Eletrónica, 6 Oficiais de Via, 2 Oficiais Eletricistas, 5 Técnicos Superiores. Cumpre salientar a continuidade na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores.

Com vista à distribuição de funções dos trabalhadores da Ferconsult incorporados no Metropolitano de Lisboa, foi criada a Direção de Coordenação de Empreendimentos que tem como atribuições liderar a equipa de coordenação de empreendimentos e gerir os projetos em curso e em estudo no domínio da expansão, modernização e reabilitação das estações.

No tocante à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes na rede do Metro e igualmente detida a 100% do seu capital pelo Metropolitano de Lisboa, a mesma prosseguiu a sua atividade com uma gestão prioritariamente focada na mitigação do impacto da crise pandémica, tendo focado a sua atividade na transformação e no reposicionamento do negócio. É, também, de destacar, o arranque da obra de remodelação da zona comercial da estação do Campo Grande.

Em 2021 o Metropolitano de Lisboa continuará empenhado em reforçar o seu papel na AML enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade.

Prova disso é o nível de satisfação dos nossos clientes que sofreu um aumento significativo em 2020, de acordo com o Inquérito de Satisfação do Cliente efetuado em 2020, apresentando o melhor índice da última década.

Aos trabalhadores do ML as palavras serão de reconhecido agradecimento pela forma profissional que sempre mantiveram ao garantir neste ano difícil, a atividade diária do ML, como serviço essencial que é, garantindo mesmo nos piores momentos da Pandemia, o seu contributo para a manutenção de um transporte essencial na mobilidade sustentável da cidade e na área metropolitana de Lisboa.

Um agradecimento é, também, devido a todos aqueles que com ela colaborando, na segurança, na limpeza, na manutenção de parte dos órgãos vitais contribuíram diariamente para fazer do Metropolitano de Lisboa uma empresa de referência, fundamental no serviço público de transportes.

Por último, é devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais e suas equipas pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.

Lisboa, 28 de julho de 2021

O Presidente do Conselho de Administração


Presidente
Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO DOMINGUES
DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:58:59
Metropolitano de Lisboa +01000.Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

2. INDICADORES PRINCIPAIS DO GRUPO ML

Quadro 1 – Indicadores de atividade do Grupo ML 2020-2018

INDICADORES DE ATIVIDADE		2020	2019	2018	Var. 2020/2019	
					Abs	%
Indicadores de PROCURA ¹						
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	90 567	183 801	169 150	(93 234)	(50,7)
PKT (Passageiros x km)	10 ³	433 114	880 985	823 308	(447 871)	(50,8)
Indicadores de OFERTA						
Ckm (Carruagens x km)	10 ³	26 373	27 623	25 953	(1 250)	(4,5)
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	3 376	3 536	3 322	(160)	(4,5)
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	96,9	98,7	98,3	-	(1,8) p.p.
Taxa de Ocupação	%	12,8	24,9	24,8	-	(12,1) p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 517	1 504	1 470	13	0,9
Número médio de efetivos	Un.	1 515	1 487	1 473	28	1,9
Massa Salarial	m€	58 359	57 651	57 045	708	1,2
Indemnizações por Rescisão	m€	0	0	180	0	
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	3 414,0	3 093,6	2 543,8	320,4	10,4
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	5 662,6	5 549,2	5 434,8	113,4	2,0
Ativo corrente	M€	111,4	88,7	81,6	22,7	25,6
Total Ativo	M€	5 774,0	5 637,9	5 516,4	136,1	2,4
Capital Próprio	M€	1 501,0	1 246,0	736,8	255,1	20,5
Passivo	M€	4 273,0	4 391,9	4 779,6	(118,9)	(2,7)
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5 774,0	5 637,9	5 516,4	136,1	2,4
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	16,4	9,7	11,3	6,8	69,8
Outros Investimentos	M€	5,0	4,3	2,1	0,7	17,1
DESPESA DE INVESTIMENTO ²	M€	21,4	13,9	13,4	7,5	53,7
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado ³	M€	3 494	3 614	3 963	(120)	(3,3)
Autonomia Financeira %	%	26,00	22,10	13,36	-	17,6 p.p.
Solvabilidade %	%	35,13	28,37	15,42	-	23,8 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	41	47	12	(6)	(12,8)
Volume de Negócios	M€	67,5	120,1	116,4	(52,5)	(43,8)
EBITDA (corrigido) ⁴	M€	(28,43)	6,15	2,30	(34,58)	(562,2)
Margem do EBITDA (corrigido)	%	(42,10)	5,12	1,98	-	(921,8) p.p.
Rendimentos Operacionais (ajustados) ⁴	M€	92,31	125,5	120,9	(33,21)	(26,5)
Gastos Operacionais (ajustados) ⁴	M€	120,74	119,4	118,6	1,37	1,1
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (ajustados)	%	76,5	105,2	101,9	-	(27,3) p.p.

¹ Os valores de 2019 foram atualizados pela implementação da nova ferramenta associada à bilhética (SAP Analytics Cloud).

² A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE's e de encargos financeiros.

³ O valor de passivo remunerado considera os valores registados em balanço (Passivo) - Investimentos de Longa Duração (ILD). Adicionalmente, foram corrigidos os valores históricos de 2018 e 2019, por estar em falta considerar o passivo remunerado do TREM, ACE e TREM II, ACE.

⁴ Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Subsídios ao investimento, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas no-cash.

II. ORGANIZAÇÃO

1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente” foi aprovado pela Deliberação n.º 1416182, de 15 de novembro de 2018, que autorizou a integração dos Sistemas de Gestão do Metropolitano de Lisboa e da Ferconsult e a sua extensão à Metrocom.

O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do “Sistema de Gestão” do Grupo Metro, bem como são enunciadas as principais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores.

MISSÃO

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano onde se insere a exploração, construção e gestão da infraestrutura incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

VISÃO

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

VALORES

- Responsabilidade económica, social e ambiental como empresa sustentável e promotora da sustentabilidade.
- Rigor e transparência do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência com respeito pelas suas partes interessadas.
- Qualidade e segurança na prestação do serviço.

2. POLÍTICA DE GESTÃO

1. **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
2. **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
3. **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
4. **O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.

5. **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
6. **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente - SGQA dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
7. **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
8. **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
9. **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
10. **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
11. **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementa-las sempre que adequado.

3. CARTA DO CLIENTE

O Metropolitano de Lisboa assume a sua missão para com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” onde estão especificados os seguintes compromissos:

I. Oferta de serviço de transporte:

- Promover os desenvolvimentos da rede que melhor correspondem às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que correspondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações, em permanente colaboração com as forças da autoridade.

III. Regularidade:

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação, seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

Disponibilizar de uma forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

Assegurar que os equipamentos existentes nas estações, designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso, se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

VI. Limpeza e conservação:

Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente, vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança, conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidade:

Assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum motivo, reduzida, em colaboração com as entidades competentes. Neste âmbito, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidade nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

III. ANÁLISE DE CONTEXTO

O Metropolitano de Lisboa foi fundado em 26 de janeiro de 1948 como Sociedade Anónima e, após vários estudos levados a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, no dia 1 de agosto de 1955 tiveram início as obras de construção da rede.

Em 29 de dezembro de 1959 assiste-se à sua inauguração oficial e no dia seguinte à abertura ao público da rede de METRO, em forma de Y, que tinha então 11 estações ao longo de 6,5 km de extensão, com terminos em Sete Rios, Entre Campos e Restauradores.

Em 1975, o Metropolitano de Lisboa é nacionalizado e em 30 de dezembro de 1978, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, é constituído como Empresa Pública, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa, E.P.. Em 26 de junho de 2009, através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, é alterado o regime jurídico aplicável ao ML, onde se aprovam os novos estatutos, como Entidade Pública Empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. A empresa passa então a ser denominada Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

Atualmente, o Metropolitano de Lisboa possui uma rede composta por quatro linhas e 56 estações, das quais seis são interfaces, que se estendem ao longo de 44,5 km. Dispõe de uma frota de 111 unidades de tração, constituídas por 3 carruagens cada, distribuídas por 4 séries de fabrico ML90, ML95, ML97 e ML99, cuja entrada em serviço de exploração ocorreu entre 1993 e 2002.

Ilustração 1 – Diagrama da rede atual do METRO



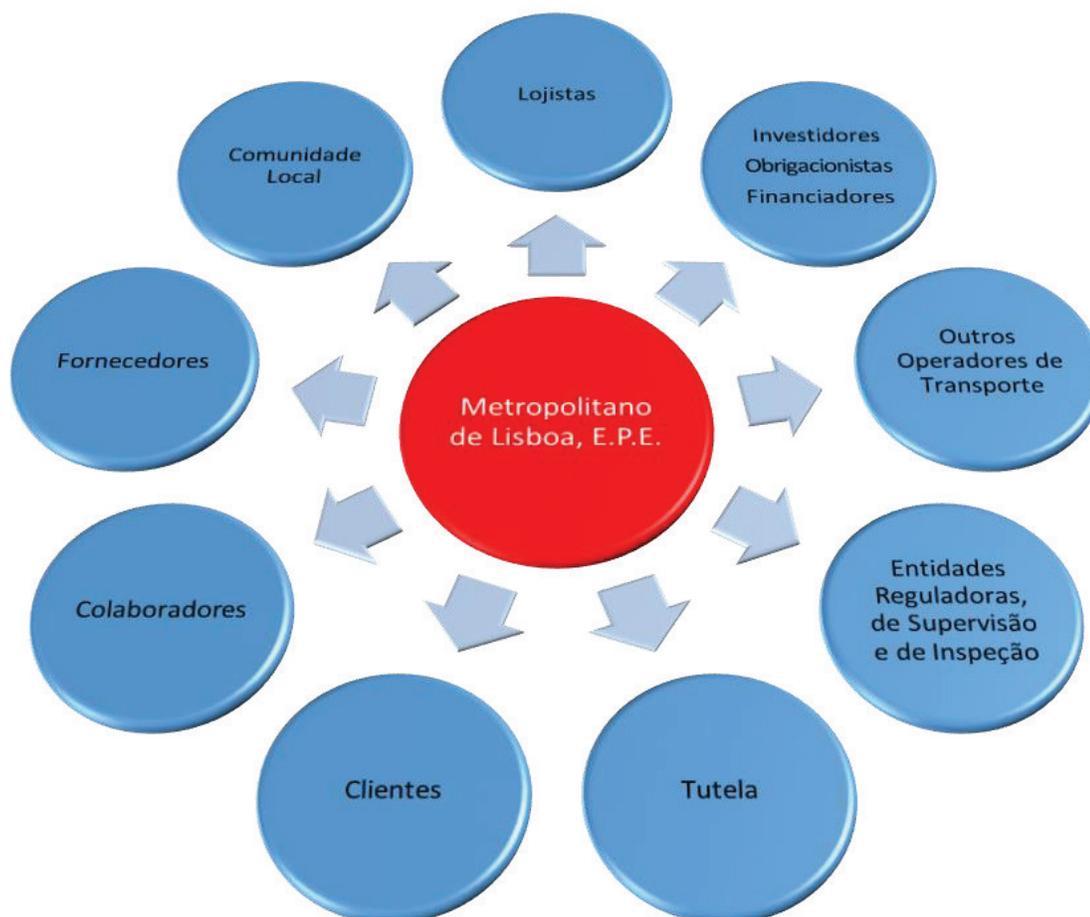
O Metropolitano de Lisboa, operando em Lisboa e concelhos limítrofes, dispõe de estações de correspondência com outros operadores de transporte melhorando assim a mobilidade, contribuindo para uma maior eficiência das ligações no sistema de transportes, numa ótica de procura e de criação de soluções intermodais, promovendo estilos de vida saudável e desempenhando um papel fundamental na facilitação da mobilidade urbana e sustentável.

PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas foram identificadas em concordância com as orientações da *AA1000 Stakeholder Engagement Standard 2011* e são todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela atividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Ferconsult, S.A. e da Metrocom, S.A., tanto no presente, como no futuro.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com que estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores e reformados, fornecedores e tutela), foi efetuada uma análise do impacto da atividade destas empresas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

Ilustração 2 – Os stakeholders do Grupo METRO



Para as diversas partes interessadas foram identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

Quadro 2 – Alinhamento dos stakeholders com as formas de auscultação

	OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE (TIPO DE DOCUMENTAÇÃO)	FORMAS DE AUSCULTAÇÃO / COMUNICAÇÃO
CLIENTES	Carta do Cliente NP 4475 - Transporte público de passageiros - Rede de Metro - Características e fornecimento do serviço <i>(em fase de implementação)</i>	ISC - Inquérito de Satisfação do Cliente Reclamações Site da Empresa
TUTELA	Contrato de concessão <i>(em fase de revisão)</i>	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do Setor do Estado
ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade - Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira
COLABORADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bachareis) e AE II (Trabalhadores não licenciados) ISO 45001 - Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização <i>(em fase de implementação)</i>	Questionário de Satisfação dos Colaboradores (Estudo de Clima da Empresa) Portal da Empresa Correio eletrónico
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores Plataforma SaphetyGov
COMUNIDADE	ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 - Sistema de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização <i>(em fase de implementação)</i>	Site do ML Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE	Decisões documentadas tomadas na OTLIS	Reuniões Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Acordos de cedência de espaços	Inquérito de Satisfação aos lojistas Auditorias internas

1. ANÁLISE EXTERNA

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente relatório integrado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

Por ser transversal, importa referir e relevar o principal fator condicionador de todos os vetores: A Pandemia de COVID-19.

A pandemia trouxe feitos devastadores não só à economia mas a todo um modo de vida enraizado na população tendo, por isso, feito com que a ação política se centrasse na resposta à crise sanitária e à subsequente crise social e económica.

POLÍTICA

O Governo português, tal como muitos outros governos, procurou compensar através de apoios sociais pessoas e empresas que, fruto da pandemia, se encontravam em sérias dificuldades económicas.

Da parte da União Europeia foi lançado um programa de apoio à economia que se traduz, em Portugal, no “Programa de Resiliência e Recuperação”. No âmbito das medidas deste programa e particularmente na componente *10 – Mobilidade Sustentável* foi prevista a expansão do Metropolitano de Lisboa.

A recuperação económica, na opinião de muitos especialistas e políticos, pretende-se mais sustentável. A palavra de ordem é que o financiamento para a recuperação tem de ter em consideração a decisão da União Europeia, e nacional, de atingir a neutralidade carbónica em 2050.

A nível global, vivemos, assim, um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, sendo necessária a adoção de uma política global de promoção da utilização progressiva do transporte público, sobretudo o transporte com propulsão a energia elétrica.

ECONÓMICA

A pandemia COVID-19 causou uma contração sem precedentes na atividade económica. Assim, desde meados de março de 2020 que as medidas adotadas pelo Governo, no contexto de pandemia de salvaguarda da saúde pública, teve impacto no comportamento do mercado de trabalho. A taxa de desemprego atingiu os 6,8%, em 2020, tendo aumentado 0,3 p.p. relativamente a 2019 (o mais baixo desde 2004), contrariando a tendência de descida dos anos anteriores.

Portugal, em 2019, tinha superado o objetivo de 75% para a taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, quando atingiu os 76,1%. No entanto, em 2020, em resultado do impacto da crise sanitária no mercado de trabalho, esta taxa diminuiu 1,4 p.p. para um total de 74,1%. Também neste contexto, a população ativa registou um decréscimo de 1,7% (menos 87,5 mil pessoas), em relação ao ano anterior, depois de três anos consecutivos de crescimento.

Em 2020, o PIB registou uma contração de 7,6% em volume (crescimento de 2,2% registados em 2019), sendo a mais intensa da atual série de Contas Nacionais, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica, com maior impacto nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social, de onde se destacam os ligados ao turismo.

Os impactos desta pandemia também se refletiram na procura do transporte público. Assim, o ML em 2020 transportou menos 93,2 milhões de passageiros face ao ano anterior, que se traduziu em -50,7% no total de passageiros transportados, contrariando a tendência crescente registada nos anos anteriores (contra os 8,2% de 2019).

A nível das receitas de títulos ocasionais e passes, em 2020, o ML registou uma quebra de -53,7 milhões de euros, o correspondente a -51,6%, em comparação com 2019. Destacam-se o recebimento de verbas a título de pagamento por conta asseguradas pela AML e as verbas no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (“PART”). Considerando os valores de Pagamentos por Conta, a variação da receita passa a -25,2%, representando uma quebra em termos absolutos de -28,1 milhões de euros, face a 2019.

SOCIAL

Para além de restrições à mobilidade impostas em períodos de confinamento, a generalização do uso do teletrabalho em funções compatíveis e o encerramento de espaços de lazer e de lojas fez com que a mobilidade da população se reduzisse fortemente. Adicionalmente verificou-se uma forte quebra no turismo e criou-se a imagem dos transportes públicos poderem ser uma fonte de contágio.

A soma de todos estes fatores levou a uma acentuada redução da procura do transporte público.

Ainda como consequência da pandemia começou a assistir-se a uma migração do centro de Lisboa para a periferia e para cidades de menor dimensão. Algumas empresas e o próprio setor público preparam-se para perpetuar o teletrabalho em algumas situações.

Neste momento ainda é cedo para se perceber se esta alteração é conjuntural ou estrutural.

As preocupações ambientais passaram a ser um tema central na nossa sociedade, pelo que a procura por modos de transporte mais sustentáveis e pelo uso do transporte público podem vir a provocar um aumento da procura no período pós-pandemia.

A confiança dos nossos clientes no serviço prestado manteve-se alta, tendo no Inquérito Anual de Satisfação do cliente sido obtido o melhor resultado desde que há registo.

TECNOLÓGICA

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

A pandemia veio acelerar fortemente este processo, ao nível tecnológico, mas sobretudo ao nível da disponibilidade das pessoas para o seu uso.

As APP para smartphones generalizaram-se e servem, não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o “car sharing” ou o “bike sharing” mas, também, servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte dito tradicionais, como o ML.

Também ao nível da bilhética, soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou *online* serão, cada vez mais, frequentes, sendo obrigatório ao ML, a integração destas novas tecnologias.

A evolução tecnológica tem vindo a permitir evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo a otimização da gestão de recursos naturais.

AMBIENTAL

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos, designadamente a seca, chuva torrencial ou ciclones.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face aos riscos de inundação. O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações

Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML) que o Metropolitano de Lisboa acompanhou, na fase da sua elaboração, sintetiza os riscos, atuais e futuros, em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação.

No entanto, para além da influência direta, estes fenómenos podem vir a tornar mais escassos os recursos essenciais, quer na energia elétrica, quer ao nível da água, implicando uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos naturais. Em 2020 registou-se uma redução significativa de consumo de água (18,9%) face a 2019.

Também ao nível dos materiais utilizados, a preocupação com a sua redução e o aumento de materiais recicláveis tornou-se um imperativo. Em 2020 reforçou-se a transição digital dos processos da empresa com ganhos evidentes no consumo de papel. (-36,8%).

Importa perceber qual a componente deste uso mais eficiente dos recursos é estrutural e qual se deve ao momento pandémico.

LEGAL

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação, que entrou em vigor em 2018, criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. O ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, tendencialmente irá exigir um maior rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado.

Apesar disso, a existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

A pandemia trouxe um conjunto de obrigações legais, quer em termos da organização do trabalho, quer em termos do serviço ao cliente, que obrigou a empresa a adaptar-se por forma a garantir o seu cabal cumprimento. De entre estas destacam-se as obrigações relacionadas com o teletrabalho e com a restrição a 2/3 da utilização da capacidade do comboio.

2. ANÁLISE INTERNA

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

ORGANIZAÇÃO

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da empresa (ver *Organograma na página 28*).

Em 2020 foi criado o Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável com o intuito de imprimir uma maior dinâmica de inovação na empresa alicerçada na garantia de sustentabilidade. Consequentemente foram extintos a Direção de Ambiente e Qualidade e o Gabinete para a Inovação.

No final do ano, fruto da integração dos trabalhadores oriundos da Ferconsult e da necessidade de adequar a organização aos projetos de expansão da rede, foi criada a Direção de Coordenação de Empreendimentos que integrou as anteriores Direção de Empreendimentos e a Direção da Expansão da Rede para além das competências existentes na Ferconsult.

Estas alterações deram início a um conjunto de ajustes que o Conselho de Administração pretende implementar até ao final de 2021 com vista a adequar a organização do ML face aos desafios que se avizinham.

PROCESSOS

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais e sustentadas pelo conhecimento e acompanhamento por via do *benchmarking* de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o COMET, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes. Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

As alterações aos processos decorrem basicamente por três vias:

- Alterações legislativas ou regulamentares que obrigam a introduzir alterações nos métodos de trabalho;
- Alterações tecnológicas que permitem ganhos de eficiência com a adoção de novas tecnologias;
- Novas necessidades do cliente nomeadamente face a alterações de contexto.

Em 2020, e face à pandemia, houve necessidade de promover alguns ajustes aos processos de fora a adequar os mesmos a novas formas de trabalho e a uma menor interação com o Cliente mas não houve alterações significativas nos fluxos dos processos.

RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.

A elevada idade média dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas, particularmente crítica em área com competências específicas associadas ao sistema da empresa, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução assenta numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores

para os próximos 5 a 10 anos, que permitirá a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e, também, a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de expansão e de modernização do ML.

Em 2020 deu-se continuidade, assim, ao processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção mas também de técnicos superiores para outras áreas chave da empresa.

O absentismo continua a ser o problema mais impactante na empresa, ao nível dos recursos humanos, dada a escassez de recursos. Ainda assim, e em ano de pandemia, o valor baixou face ao ano anterior.

RECURSOS MATERIAIS

A legislação em vigor, nomeadamente o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Em 2020 foi necessária a aquisição de produtos específicos de combate à COVID-19, equipamento informático necessário à generalização do teletrabalho e a contratação de prestações de serviço de limpeza e verificação de boas práticas, com grande celeridade tendo sido possível acautelar todas essas necessidades em tempo útil.

RECURSOS FINANCEIROS

Em 2020, o Grupo ML registou um decréscimo do volume de negócio de -43,8% (-52,5 milhões de euros) face a 2019, resultante fundamentalmente da diminuição da procura (-50,7%), como consequência da pandemia COVID-19 e que se traduziu numa redução de 43,8 milhões de euros em Rendimentos de Serviço Público.

A performance económica do Grupo ML revela-se no EBITDA (corrigido) negativo no valor de 29,7 milhões de euros, assim como no Resultado Operacional de -32,7 milhões de euros, valores divergentes dos do ano transato, e que resultam do agravamento da atividade económica em geral.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura é algo essencial para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

As atividades de manutenção, grandes intervenções e corrente, garantem o funcionamento dessa mesma infraestrutura, prolongando a sua vida útil.

No ano de 2020, fruto da pandemia e da necessidade de proteger os trabalhadores com a criação de equipas espelho nos períodos de confinamento, houve necessidade de ajustar os planos de manutenção.

Consequentemente registou-se uma menor disponibilidade do material circulante face a 2019 que passou para 81,4%, inferior ao valor de 2019 (87,7%) mas substancialmente superior aos 71% verificados em 2018.

No entanto, este aumento de indisponibilidade é substancialmente inferior à queda, de cerca de 50%, da taxa de ocupação média, cujo valor médio, em 2020, foi de cerca de 12.8% (comparando com os 25% de 2019).

No que diz respeito à infraestrutura principal, em 2020, esteve menos de 12 horas indisponível enquanto, em 2019, esse valor ultrapassou as 27 horas.

3. RISCOS E OPORTUNIDADES

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 3 – Análise SWOT



Em 2020 o Metropolitano de Lisboa reforçou o Sistema de Gestão de Risco (SGR), tendo elaborado o Manual de Risco (com aplicação residual às suas participadas Metrocom e Ferconsult), criado o Comité de Risco e desenvolvido internamente uma ferramenta informática de suporte ao SGR.

O processo de gestão de risco assenta na metodologia COSO¹ (*Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance*, Junho 2017) que tem por base um ciclo contínuo de acompanhamento e gestão de riscos, devendo assegurar que todos os riscos relevantes e que possam ter um impacto significativo no ML são considerados neste processo.

Dos riscos identificados em 2020, destacam-se os seguintes (sem ordenação por avaliação):

- Saúde pública
- Envolvente política, social e macroeconómica
- Segurança das TI
- Gestão da expansão da rede
- Security
- Gestão das infraestruturas e equipamentos
- Fraude de passageiros
- Absentismo
- Catástrofe natural
- Gestão da dívida, crédito e financiamento

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco.

Destaca-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metropolitano para o prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRIC) assume-se como outro subsistema de gestão de risco relevante, tendo, em 2020, sido elaborada a sua 6.ª edição, que incluiu a participada Ferconsult.

No PPRIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRIC, que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos, é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) no “*Fraud Risk Manual*, adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

Quadro 3 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

	2018		2019		2020	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de <i>governance</i> que receberam formação no combate à corrupção	0	0,0%	1	4,5%	0	0,0%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	16	1,1%	0	0,0%	0	0,0%

No exercício de 2020, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no Metropolitano de Lisboa:

- Auditoria às MAVT (Máquinas Automáticas de Venda de Títulos);
- Auditoria ao processo de recolha de valores nas MAVT das estações do ML (em curso).

¹ *Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.*

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (follow-up) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente da auditoria ao contrato celebrado com a Publímetro; da auditoria à dependência de fornecedores únicos no âmbito da DMT; da auditoria aos fundos (de maneiio, fixos de caixa e de devolução); da auditoria ao controlo de acessos em locais de trabalho: PMO II e III e edifícios da Av. Sidónio Pais e da Av. Fontes Pereira de Melo; da auditoria à execução do contrato de fornecimento de serviços de refeição e da auditoria às MAVT (concluída em 2020).

Quadro 4 – Análise de riscos à corrupção

	2018	2019	2020
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	71%	82%	(*) 64%
	12	14	11
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0

(*) A partir de 01.12.2020 as unidades de negócio passaram a ser 20 (anteriormente eram 17).

4. ESTRUTURA DE GOVERNANCE

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

MODELO DE GOVERNO

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.: O Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (R.C.M.), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações e todos são membros executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do Conselho Consultivo está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

ESTATUTO REMUNERATÓRIO

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal, designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por despacho conjunto dos Secretário de Estado do Ambiente e do Tesouro, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

OBRIGAÇÕES DE GOVERNANCE

Quadro 5 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 3º (remetido para art.º 66º-B e 508º-G do CSC): A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Missão, Visão e Valores Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág. 9 Pág. 12-19 Pág. 74-76
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	PPRIC Código de Ética e de Conduta	Pág. Pág. 159-160
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	Relatório de execução PPRIC Políticas do Sistema de Gestão	Pág. 21 Pág.
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	PPRIC Relatório de execução do PPRIC Relatório do Governo Societário (disponível no site ML)	Pág. Pág.
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades Carta de Responsabilidade Social	Pág. 20 Pág.
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág. 30, 45, 47 Pág. 20 Pág.
Art.º 4º (remetido para art.º 245º, n.º 1, alínea r) e n.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Desempenho Social Indicadores GRI Relatório do Governo Societário (disponível no site ML)	Pág. 55-67 Pág. 155-162

Quadro 6 – Tabela de correspondência com setor público empresarial

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 4º: <i>Setor público empresarial</i>		
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.	Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário	Pág. 26-27, 159
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário	Pág. 23 Pág. 23-24
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	Relatório do Governo Societário	-
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário	Pág. 25
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário	Pág. 25

Quadro 7 – Informação que consta no Site no SEE

Informação que consta no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data	
Estatutos	✓			fev/2020	
Caraterização da Empresa	✓			jan/2020	
Função de tutela e acionista	✓			jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	✓				
- Identificação dos Órgãos Sociais	✓			jan/2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	✓			nov/2018	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	✓			nov/2018	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	✓			jan/2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	✓			jan/2020	
Esforço Financeiro Público	✓			jan/2020	
Ficha Síntese	✓			jan/2020	
Informação Financeira histórica e atual	✓			ago/2017	As contas dos anos de 2014 a 2019 encontram-se aprovadas pelo Acionista.
Princípios de Bom Governo:	✓				
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	✓			nov/2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	✓			nov/2018	
- Outras transações	✓			nov/2018	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	✓			nov/2018	
Económico	✓			nov/2018	
Social	✓			nov/2018	
Ambiental	✓			nov/2018	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	✓			nov/2018	
- Código de ética	✓			nov/2018	

5. ORGÃOS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2019-2021, foi nomeado pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1.ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

Quadro 8 – Identificação dos Membros do CA do Grupo METRO 2019-2021

Cargo(s)	Nome	Pelouros	Formação académica
Presidente dos Conselhos de Administração do METRO, da Ferconsult e da Metrocom	Eng. Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	Secretaria-Geral Direção de Capital Humano Direção de Tecnologias de Informação Gabinete de Auditoria Interna Gabinete de Valorização do Património Gabinete Jurídico e Contencioso	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Vogal dos Conselhos de Administração do METRO, da Ferconsult e da Metrocom	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Direção de Manutenção Direção de Coordenação de Empreendimentos Direção de Logística Direção de Segurança e Vigilância	Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães Mestrado — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães Pós-Graduação — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil — Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra
Vogal dos Conselhos de Administração do METRO, da Ferconsult e da Metrocom Presidente da TREM e da TREM II	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável Direção Financeira Direção de Clientes Direção de Operação	Licenciamento em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Pós-graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017.

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

Quadro 9 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal efetivo	Dr.ª Cristina Maria Pereira Freire	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto entre a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade em 15 de outubro de 2019.

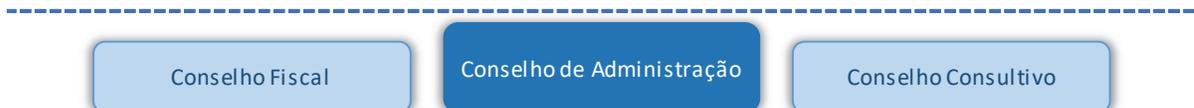
Quadro 10 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	Número	CMVM	Forma	Data
2019-2021	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representado por:	74	20161409	Despacho Conjunto SE do Tesouro e Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade	15/out/2019
		Dr. José Luís Areal Aves da Cunha	585	20160240		
	Suplente	Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, representada por:	23	20161381		
		Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668		

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Ilustração 4 – Organograma

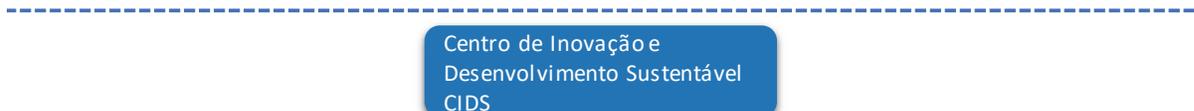
Estruturas Estatutárias



Estruturas Autônomas



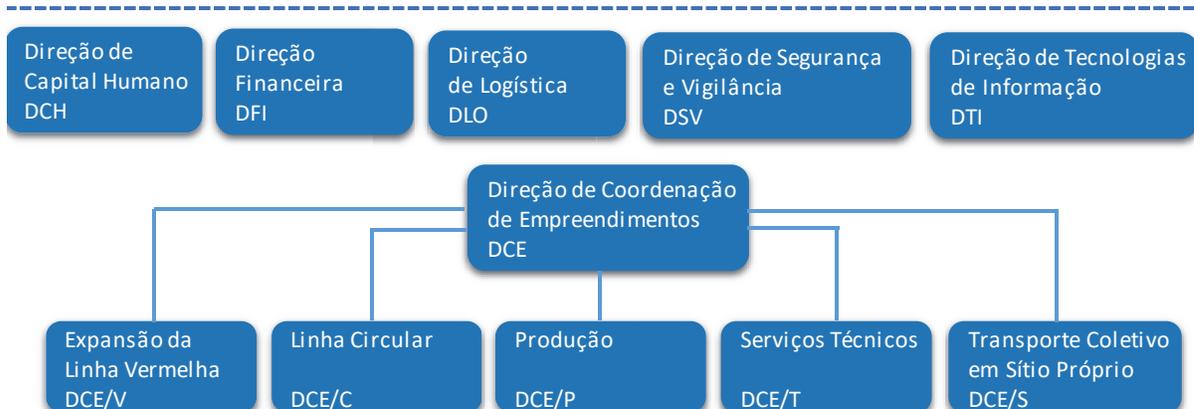
Estrutura de Missão



Estruturas de Apoio



Estruturas Corporativas



Estruturas Operacionais



Empresas Participadas



IV. DESEMPENHO

1. MODELO DE NEGÓCIO

O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a construção e a manutenção da infraestrutura.

Explora, ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros (através da Metrocom, S.A.) e, ainda, a venda de produtos e serviços de publicidade (através da Publimetro, S.A.).

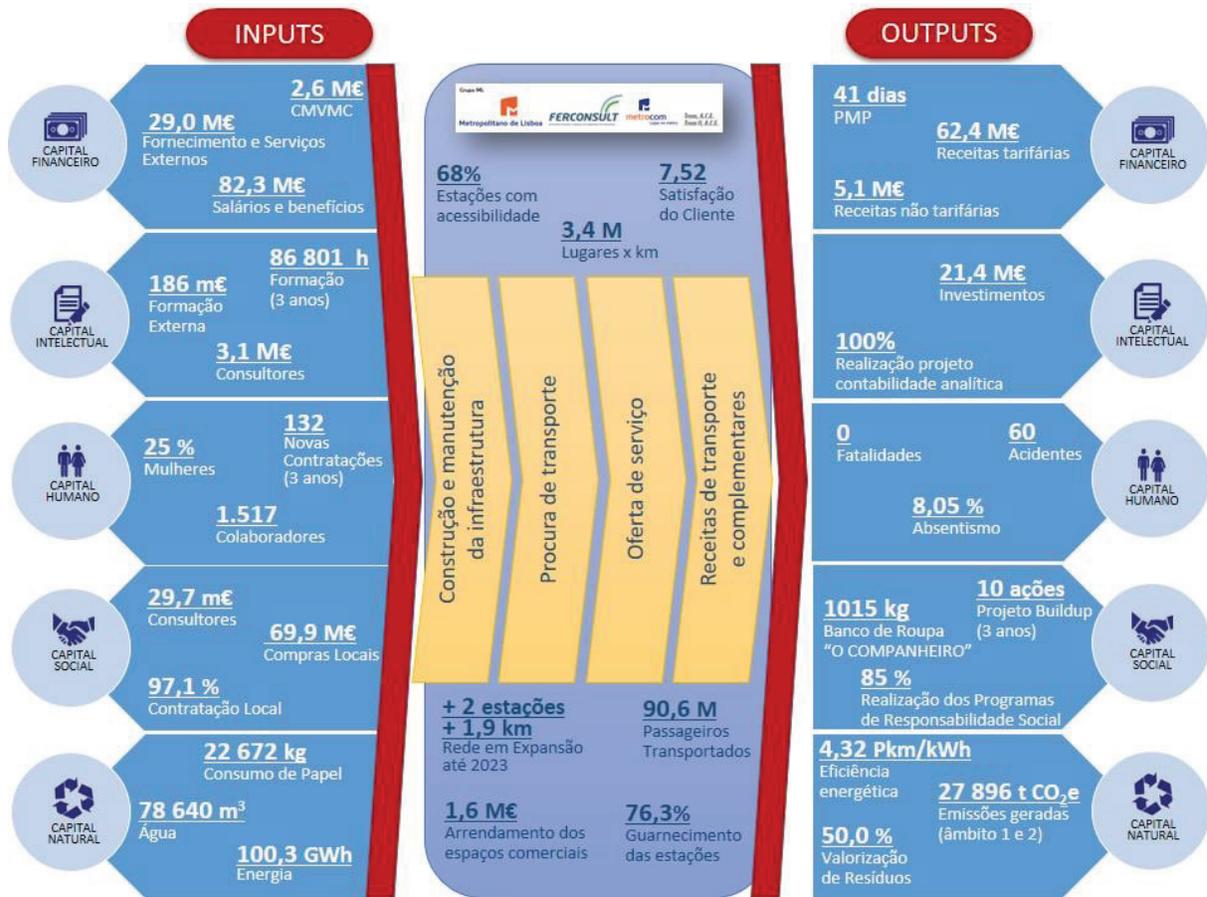
Em 2020, a Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes na rede do Metro detida a 100% do seu capital pelo Metropolitano de Lisboa, prosseguiu a sua atividade com uma gestão prioritariamente focada na mitigação do impacto da crise pandémica, tendo focado a sua atividade na transformação e no reposicionamento do negócio. É, também, de destacar, o arranque da obra de remodelação da zona comercial da estação do Campo Grande.

A Ferconsult é uma empresa subsidiária do Metropolitano de Lisboa que detém 100% do seu capital e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes. Em dezembro de 2020 foram definitivamente integrados no efetivo do Metropolitano de Lisboa os trabalhadores da Ferconsult, S.A.. Com vista à distribuição de funções dos trabalhadores da Ferconsult incorporados no Metropolitano de Lisboa, foi criada a Direção de Coordenação de Empreendimentos com atribuições para liderar a equipa de coordenação de empreendimentos e gerir os projetos em curso e em estudo no domínio da expansão, modernização e reabilitação das estações.

Ilustração 5 – Empresas do Grupo ML



Ilustração 6 – Modelo de criação de valor do Grupo METRO



CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

a) Renovação de Instalações Sociais

Corresponde aos projetos para renovação das instalações sociais do ML, ao nível dos PMO's, do Edifício Laranjeiras e do Edifício Sede na Avenida Fontes Pereira de Melo. Dos desenvolvimentos ocorridos em 2020, destacam-se:

- Contrato n.º 16/2020 - Empreitada de substituição do Chiller Complexo de Carnide. Receção Provisória realizada com ressalvas em 28/07/2020.
- Contrato n.º 103/2019 - Empreitada de remodelação do piso 2 do edifício administrativo do PMO III. Receção provisória com ressalvas realizada a 29/04/2020.
- Empreitada para instalação de cobertura sobre a via R15/torno de rodas em fossa no PMO III: Foi concluído o projeto e o processo de concurso, estando o lançamento do processo de concurso previsto para Fevereiro de 2021.
- Empreitada para a infraestruturização de fontes fixas de emissões gasosas do Edifício oficial do PMO III: Foi concluído o projeto em 25/11/2020, estando em curso a preparação do processo de concurso para lançamento durante o primeiro trimestre de 2021.
- Projeto de remodelação do Piso 0 do edifício administrativo do PMO III: Desenvolvimento do projeto.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias do arruamento e talude do PMO II: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias do edifício de via do PMO II: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada de instrumentação do edifício durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação das patologias do edifício social do PMO II: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias da laje do piso -4 do Edifício Laranjeiras: Desenvolvimento do projeto, estando previsto o lançamento de concurso e execução da empreitada durante o ano de 2021.
- Projeto de instrumentação e reparação das patologias do Edifício Sede na Avenida Fontes Pereira de Melo: Desenvolvimento do projeto.
- Projeto de instalação de cobertura sobre a área de estacionamento das composições no PMO II para instalação de painéis fotovoltaicos: Elaboração de Estudo Prévio.

b) Renovação de Sistema de Conforto

Dos trabalhos desenvolvidos em 2020, destacam-se:

- Contrato n.º 151/2019 – Empreitada de Remodelação do Sistema de AVAC do Auditório da estação Alto dos Moinhos, do Metropolitano de Lisboa E.P.E. - Proc. n.º 075/2019-DLO/ML. Data de conclusão em 17/09/2020.
- Contrato n.º 121/2019 – Empreitada de Modernização das Escadas Mecânicas n.ºs 1, 3 e 5, da estação Baixa-Chiado - Acesso ao Largo do Chiado, das linhas Azul e Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. n.º 040/2019-DLO/ML. Data de conclusão em 26/11/2020.
- Contrato n.º 12/2020-METROCOM – Empreitada de Conceção/Construção do Sistema de AVAC e de Desenfumagem e de Construção do Sistema de Iluminação da Zona Comercial da estação Campo Grande do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 119/2019 – DLO/METROCOM. Data de conclusão em 01/02/2021.

c) Renovação de Sistemas de Segurança

Dos processos em curso no âmbito da Renovação de Sistemas de Segurança durante 2020, destacam-se:

- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio nas estações Alto dos Moinhos, Laranjeiras, Praça de Espanha e Avenida, da linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Contrato n.º 129/2019-ML, Realizada a receção provisória em 23/10/2020 e execução da correção das ressalvas;
- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para a estação Olivais da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Contrato n.º 25/2020, assinatura do contrato ocorreu em 06/04/2020 e consignação em 20/07/2020; Realizada a receção provisória em 07/01/2020 e efetuada a correção das ressalvas;
- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para as estações dos Anjos, Intendente, Cidade Universitária e Entre Campos do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Contrato n.º 46/2020-ML”. Assinatura do contrato ocorreu em 30/07/2020 e consignação em 03/08/2020.
- Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para a estação da Baixa-Chiado do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. n.º 88/2020-DLO”. O processo de concurso será lançado no mês de fevereiro de 2021, processo concluído para lançamento de concurso pela DLO.

d) Remodelação de Estações

No âmbito das Remodelações de Estações da Rede ML, destacam-se as seguintes Empreitadas:

- Empreitada n.º 075/2018 - Corresponde ao projeto tratamento de patologias e instalação de elevadores da estação Colégio Militar/Luz, cujas empreitadas se iniciaram em 2019. Dos desenvolvimentos ocorridos em 2020, destacam-se:
 - A receção provisória, com ressalvas, da empreitada de fornecimento e instalação de elevadores foi efetuada em 25/05/2020, tendo os novos elevadores entrados em exploração na mesma data;
 - A receção provisória, com ressalvas, da empreitada de construção civil e instalações especiais foi efetuada em 07/09/2020;
- Contrato n.º 102/2019-ML - Empreitada de Reformulação do Átrio Norte da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.; A abertura à exploração do Átrio Norte da estação Areeiro foi efetuada no dia 28/08/2020, com a inclusão de 3 elevadores bem como a renovação dos acabamentos e dos equipamentos relativos aos sistemas ML.
- Contrato n.º 119/2019-ML: Execução da Empreitada de Ampliação e Reformulação da estação Arroios, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. Esta empreitada teve início em janeiro de 2020, com previsão de conclusão até ao final do ano de 2021.

e) Renovação de Instalações de Apoio ao Serviço Público

Dos processos em curso no âmbito da Renovação das Instalações de Apoio ao Serviço Público durante 2020, destacam-se:

- Empreitada de Remodelação do Posto de Tração da estação Terreiro do Paço do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Proc. n.º 068/2019-DLO/ML – Contrato n.º 105/2019-ML: Realizada a receção provisória em abril de 2020; Execução da correção das ressalvas;

- Empreitada de Remodelação do Posto de Tração da estação S. Sebastião II do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 074/2019-DLO/ML – Contrato n.º 47/2020-ML: Assinatura do contrato ocorreu em 16/07/2020 e a consignação em 11/09/2020;
- Empreitada de Remodelação do Posto de Tração do PMO II do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.: Elaboração do projeto de execução (projeto suspenso em janeiro de 2021 até melhor definição, conforme instruções do CA);
- Empreitada de Normalização da Imagem ML no Exterior das Estações (1.º Lote) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. n.º 052/2020-DLO/ML – Contrato n.º 71/2020-ML: O processo de concurso foi lançado em 21/07/2020, a entrega de propostas ocorreu a 20/08/2020; Assinatura de contrato ocorreu em 01/10/2020 e a consignação ocorreu a 07/10/2020; Execução dos trabalhos da empreitada; Realizada a receção provisória a 08/01/2021 (em execução a correção das ressalvas);
- Colocação de passadeiras em betão e ilhas/passadiços para apoio à descida de maquinistas no troço 1 – Ramal acesso PMO I: Conclusão em 15/01/2020.

f) Acessibilidades

O projeto “Plano de Promoção de Acessibilidades (PPA)” – estações Entre Campos e Cidade Universitária, insere-se num vasto plano de adaptação e modernização de um conjunto inicial de 14 estações, que o ML tem vindo a concretizar, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” estabelecido no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto:

- Tornar as estações do ML, acessíveis aos utentes de reduzida mobilidade.
- Melhoria da qualidade do serviço prestado.

Este objetivo passa essencialmente pela:

- Instalação de elevadores entre os vários níveis: superfície, átrio e cais;
- Execução/remodelação de instalações sanitárias por forma a incluir um módulo dedicado a PMR.

Dos desenvolvimentos ocorridos em 2020, destacam-se:

- Desenvolvimento e conclusão dos projeto de execução destas duas estações e das respetivas Revisões de Projeto.
- Desenvolvimento das peças processuais para lançamento do Concurso Público para a Empreitada de Obra, que engloba estas duas estações (lançamento realizado a 02/02/2021).

g) CBTC e Novo Material Circulante

No que respeita ao projeto de modernização da rede foram selecionados os candidatos para o fornecimento do novo material circulante e do novo sistema automático de comboios. Em março de 2019, o Metropolitano de Lisboa pode anunciar publicamente que procedeu à qualificação de quatro candidatos, no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação para a «Aquisição de material circulante e de sistema automático de comboios para a rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (1.ª Fase)», procedimento que prevê a aquisição de material circulante e o fornecimento de um sistema destinado à modernização do Metropolitano de Lisboa.

O concurso limitado por prévia qualificação foi lançado no final de setembro de 2018, em cerimónia presidida pelo Senhor Primeiro Ministro e o prazo para apresentação de candidaturas decorreu até 14 de novembro desse ano. Em 08/02/2020 o Metropolitano de Lisboa celebrou o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização

ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

A 12/02/2020, o ML foi notificado da ação de impugnação intentada pelo Agrupamento Thales/CRRC Tangshan. Esta impugnação, nos termos da lei, determinou a suspensão automática dos efeitos da adjudicação do contrato ao Agrupamento Stadler/Siemens, paralisando, assim, o processo de aquisição que já se encontrava em curso.

O ML foi notificado a 18/11/2020 pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa da sentença que julgou extinta a instância, nos termos do artigo 277.º, alínea d) do CPC, relativamente aos processos intentados pelo Agrupamento Thales/CRRC Tangshan, na sequência da desistência, apresentada por aquele Agrupamento, relativamente aos referidos processos.

O ML deu de imediato sequência ao contrato, assinado a 08/02/2020, fazendo a sua submissão ao Tribunal de Contas (TC) para fiscalização prévia, o qual ainda aguarda visto do TC.

Este projeto prevê a aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e a contratação de um sistema internacionalmente designado de CBTC - *Computer Based Train Control*. Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro. A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- Melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- Supervisão técnica remota do comboio em linha.
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- Melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema CBTC previsto neste investimento irá permitir:

- A condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2;
- Controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo a não ultrapassagem de pontos de paragem e dos limites de velocidade em cada ponto da rede;
- Substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto e sem fabrico;
- Registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em número e frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O Metropolitano de Lisboa prevê como data limite da entrada em funcionamento do novo equipamento o ano de 2025.

h) Sistemas e equipamentos

Relativamente aos sistemas e equipamentos da empresa, em 2020 foram desenvolvidos os seguintes projetos e lançados os respetivos concursos públicos:

- Renovação dos interiores de toda a frota de material circulante, com a substituição gradual dos bancos;
- Revisão de portas de passageiros do ML95, ML97 e ML99;
- Modernização das escadas mecânicas nº 3, 4, 9 e 10 da estação Olaias;
- Aquisição de grupos de baterias para iluminação de emergência, sistemas de deteção automática de incêndios (SADI), centrais telefónicas (CTF), sistemas de supervisão de instalações técnicas (SSIT) e UPS do fecho da rede;
- Manutenção de elevadores, escadas mecânicas / tapetes rolantes das linhas azul, amarela, verde, vermelha e oficinas;
- Serviços de manutenção dos sistemas de ventilação principal, bombagem e AVAC das estações, e troços das linhas Verde e Vermelha;
- Instalação de equipamentos de aferrolhamento dos motores de agulha MD2000/SIEMENS;
- Implementação da funcionalidade de pagamento eletrónico sem contacto em todas as MAVT da rede ML;
- Aquisição de serviços de comunicações fixas para ligação à rede telefónica pública e acesso de dados à SIBS;
- Manutenção preventiva e corretiva aos terminais de pagamento eletrónico do Sistema de Bilhética;
- Execução dos trabalhos no âmbito da renovação do sistema de videovigilância;
- Execução dos trabalhos no âmbito da renovação do sistema de supervisão de instalações técnicas;
- Aquisição da prestação de serviços de manutenção do Centro de Despacho ML do SIRESP.
- Manutenção dos sistemas de iluminação das estações Cais do Sodré, Rossio, Alameda I e II e respetiva galeria de correspondência;
- Recuperação e manutenção dos painéis de Néon instalados em Carnide;
- Elaboradas as peças do procedimento para a aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via;
- Elaboradas as peças do procedimento para a manutenção dos sistemas de iluminação das estações Odivelas, Senhor Roubado, Lumiar, Quinta das Conchas, Alfovelos e Amadora Este.

Em 2020 foram desenvolvidos os seguintes projetos:

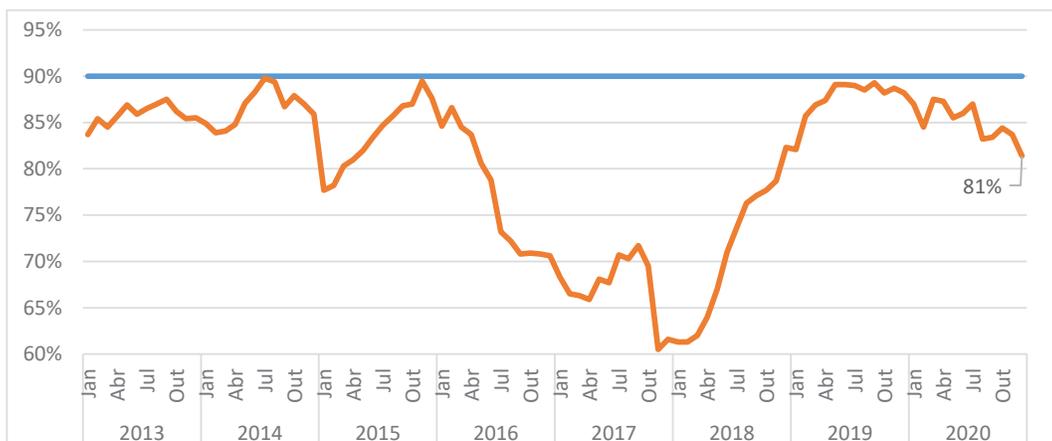
- Implementação de um novo Portal de assiduidade e de melhorias no processo de desmaterialização de assiduidade;
- Evolução da infraestrutura tecnológica da solução VPN (Virtual Private Network) e aquisição de hardware/software para permitir dispor das condições necessárias para a implementação do regime de teletrabalho.
- Implementação dos módulos de formação e avaliação desempenho na Plataforma SAP SuccessFactors;
- Evolução da Plataforma SAP R/3 para a nova Plataforma SAP HANA (Base de Dados) - esta evolução tecnológica permitiu a implementação de novas funcionalidades bem como preparar a transformação do ambiente aplicacional para um paradigma Webased (Fiori).

- Evolução de indicadores do movimento de passageiros na plataforma SAP BW/4HANA – foram implementados um conjunto de novos indicadores, sendo de realçar, pelo seu impacto, a implementação de um novo indicador de carga de passageiros por composição (permite analisar o número de passageiros por composição e entre troços).
- Continuação do desenvolvimento e renovação do sistema central de Bilhética para a nova plataforma tecnológica, disponibilizada pela INDRA e designada por "Core2", incluindo a renovação das máquinas semiautomáticas de venda de títulos;
- Implementação no SAP de uma plataforma de gestão de riscos;
- Implementação do sistema de Faturação Eletrónica (emissão e receção faturas);
- Implementação de um conjunto de novas funcionalidades na plataforma PLAGO, o que permitiu alargar a utilização a outras categorias profissionais da Direção de Operações.

i) Desempenho operacional do material circulante

O ano de 2020 ficou caracterizado pela pandemia, que ainda atravessamos, e que se repercutiu na disponibilidade do material circulante. A 31 de dezembro do ano transato, a disponibilidade atingiu valores próximos do objetivo de qualidade (90%), condição de operação que não ocorria desde novembro de 2015.

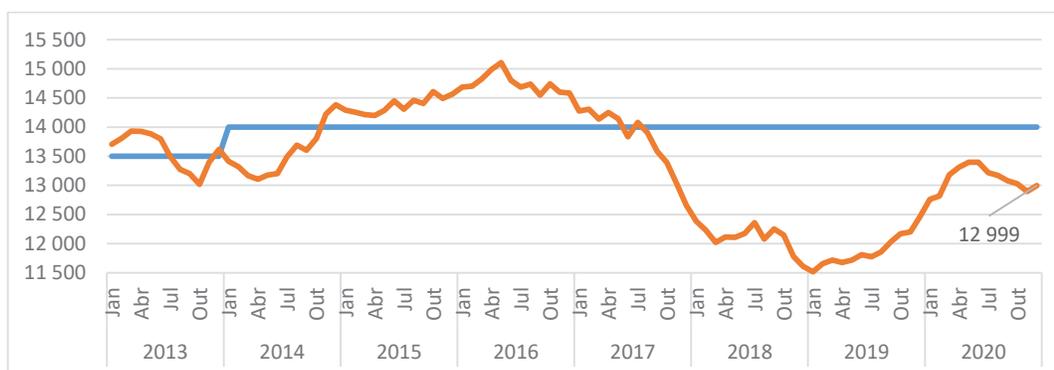
Gráfico 1 – Disponibilidade média mensal do material circulante



A fiabilidade do material circulante reflete a inflexão da linha de decrescimento, ocorrido desde maio de 2016, apesar das dificuldades encontradas motivadas pelo surto pandémico é evidente demonstração do esforço desenvolvido ao longo de todo o ano de 2020 de recuperação das condições de manutenção e de funcionamento do material circulante.

O gráfico que se segue representa a evolução da fiabilidade (MKBF – Mean Kilometers Between Failures) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial.

Gráfico 2 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média de 12 meses)



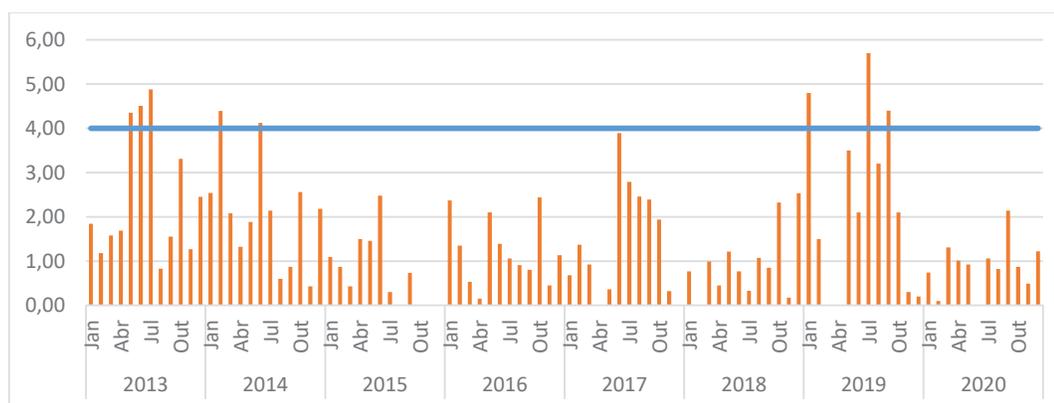
Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou, ao longo de 2020, a estabilização desse indicador operacional, fortemente dependente do comportamento técnico dos equipamentos de portas. No final do período de análise, a fiabilidade média (com supressão de comboios) foi de 35.407 km.

j) Desempenho operacional da infraestrutura principal

O ano de 2020 foi caracterizado pelo registo de valores baixos de perturbações na exploração.

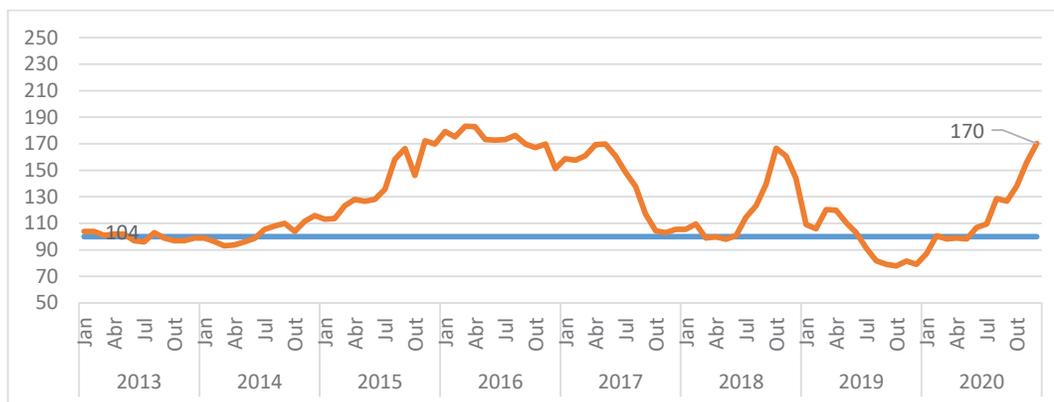
Evidenciam-se três dos principais fatores que motivaram a perturbação na exploração: i) a instabilidade no posicionamento do aparelho de via de São Sebastião da linha Azul ocorrido entre maio e agosto; ii) a ocorrência de um problema intermitente de comunicações no encravamento de sinalização de Odivelas ocorrido em setembro; iii) incidente ocorrido em setembro na Praça de Espanha resultante da perfuração da galeria.

Gráfico 3 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)



A fiabilidade da infraestrutura principal mantém valores estabilizados e com tendência crescente acima do objetivo estabelecido para o sistema de gestão de qualidade. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – Mean Time Between Failures) medida em horas de utilização a infraestrutura principal entre qualquer falha com perturbação da circulação de comboios.

Gráfico 4 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses)



PROCURA

Após a implementação do novo sistema tarifário, em abril de 2019, a procura vinha a apresentar acréscimos significativos. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, meses que precederam à pandemia, a procura registou um acréscimo assinalável de +12%, face ao mesmo período do ano transato.

Desde março de 2020, com as contínuas medidas de contenção da Pandemia os níveis de procura desceram para níveis sem precedentes.

A procura, no exercício de 2020, foi desta forma marcada pela crise pandémica COVID-19. As medidas de contenção da pandemia COVID-19, com os impostos confinamentos, dever recolhimento, restrições à circulação e a retração do turismo, conduziram a este facto.

Foi implementado um conjunto de medidas e constataram-se vários acontecimentos, na envolvente interna e externa da empresa, com fortes impactos no comportamento da procura, nomeadamente:

- Medidas de contenção do COVID-19, com recomendações de isolamento social e de confinamento divulgadas desde o início de março;
- Abertura dos canais de validação, desde o dia 17 de março, às 15 horas até ao dia 2 de maio;
- Declaração de Estado de Emergência Nacional, desde o dia 19 de março até ao dia 2 de maio;
- Declaração de Estado de Calamidade Nacional, desde o dia 2 de maio até 30 de junho;
- Declaração de Estado de Calamidade em 19 freguesias da AML, desde o dia 23 de junho a 1 de agosto, passando a estado de Contingência;
- Declaração de Estado de Contingência na AML, desde 1 de julho;
- Declaração de Estado de Alerta Nacional, desde 1 de julho a 14 de setembro;
- Declaração de Estado de Contingência, decretado a 15 de setembro;
- A 02 novembro, publicada em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020, com a Declaração do Estado de Calamidade em 121 Concelhos, que entre outras medidas limitou a circulação de pessoas concelhos, recolher obrigatório aos fins-de-semana a partir das 13h00 e obrigação do teletrabalho;

- O Presidente da República, através do Decreto n.º 51-U/2020, de 6 de novembro, procedeu à declaração do estado de emergência. Diariamente, no período compreendido entre as 23:00 h e as 05:00 h, bem como aos sábados e aos domingos no período compreendido entre as 13h00 e as 05h00, os cidadãos só puderam circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, em determinadas situações;
- No mês de dezembro, continuando a seguir a mesma política de contenção de circulação de pessoas, no dia 04 foi renovado o Estado de Emergência (Decreto n.º 61-A/2020) para o período de 09 a 23 dezembro;
- No dia 17 de dezembro Renovação do Estado de Emergência (Decreto n.º 66-A/2020) para o período de 24 dezembro a 07 janeiro 2021;
- Não realização de eventos como as Festas de Sto. António, o Rock in Rio 2020 e o Web Summit (realizado por via digital).

A conjugação dos diversos elementos descritos contribuiu para um decréscimo na procura sem precedentes, sendo que o impacto se traduziu em -50,7% no total de passageiros transportados, ou seja, o Metropolitano de Lisboa transportou menos 93,2 milhões de passageiros em 2020 comparativamente ao período homólogo de 2019.

Destaca-se a redução das validações em títulos ocasionais em -67,0%, sendo que as validações de passes o decréscimo foi de -46,5%, face a 2019.

Quadro 11 – Evolução da procura

PASSAGEIROS (Unid: 10 ³)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Títulos ocasionais	13 139	39 812	45 077	(26 673)	-67,0%
Bilhete Viagem Carris Metro	6 310	18 809	22 178	(12 499)	-66,5%
Zapping	5 365	13 857	15 746	(8 493)	-61,3%
Outros títulos ocasionais	1 465	7 146	7 154	(5 681)	-79,5%
Passes	68 304	127 727	107 907	(59 423)	-46,5%
Navegante Metropolitano	48 264	66 182	-	(17 919)	-27,1%
Navegante Lisboa	12 893	20 951	-	(8 058)	-38,5%
Outros Navegantes	5 354	6 605	-	(1 251)	-18,9%
Navegante urbano e rede	1 111	19 130	57 684	(18 019)	-94,2%
Combinados	681	9 065	28 064	(8 384)	-92,5%
Intermodais	-	5 793	22 159	-	-
Total de passageiros com título pago	81 443	167 539	152 984	(86 096)	-51,4%
Gratuitos	4 166	6 117	5 378	(1 951)	-31,9%
Fraude	4 958	10 145	10 788	(5 187)	-51,1%
Total de passageiros transportados	90 567	183 801	169 150	(93 235)	-50,7%
Percurso médio por passageiros (km)	4,782	4,793	4,867	(0,011)	-0,2%
Passageiro x km transportados	433 114	880 985	823 308	(447 871)	-50,8%

OFERTA

No ano em análise, a oferta do Metropolitano de Lisboa foi adaptada à pandemia de COVID-19, acompanhando as flutuações drásticas de procura originada pelas restrições à mobilidade decretadas nas sucessivas declarações do Estado de Emergência em Portugal.

Os vários ajustes aos planos de oferta ao longo do ano foram feitos recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação. Estes ajustes à oferta consideraram sempre o pressuposto de cumprir o limite máximo legal de carga por comboio de 2/3, o que obrigou à monitorização sistemática do limite de carga dos comboios em circulação.

O valor médio de carruagens x km e respetivos lugares x km produzidos na rede em 2020 teve um decréscimo de 4,5%, tendo as linhas Azul e Vermelha mais contribuído para esse efeito com uma redução de cerca de 6%, enquanto a linha Amarela se manteve relativamente estável, com uma redução de 0,9%.

No cômputo geral, o número de circulações produzidas no mesmo período, em toda a rede, decresceu em média 3%. Esta redução, menos acentuada que a produção de lugares x km deveu-se especificamente à redução do número de carruagens por comboio em circulação em alguns períodos, opção que privilegia a manutenção dos tempos de espera nesses mesmos períodos.

Quadro 12 – Evolução da oferta

Oferta (serviço público)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Carruagens x km (Unid: 10³)					
Linha Azul	8 572	9 139	8 599	(568)	-6,2%
Linha Amarela	6 356	6 415	5 961	(59)	-0,9%
Linha Verde	5 453	5 687	5 269	(234)	-4,1%
Linha Vermelha	5 993	6 383	6 124	(390)	-6,1%
Total de carruagens x km	26 373	27 623	25 954	(1 250)	-4,5%
Lugares x km (Unid: 10³)					
Linha Azul	1 097 174	1 169 848	1 100 706	(72 674)	-6,2%
Linha Amarela	813 511	821 060	762 982	(7 549)	-0,9%
Linha Verde	697 969	727 874	674 480	(29 906)	-4,1%
Linha Vermelha	767 104	817 005	783 892	(49 901)	-6,1%
Total de lugares x km	3 375 758	3 535 787	3 322 061	(160 030)	-4,5%
Circulações (Unid: n.º)					
Linha Azul	115 530	118 463	114 347	(2 933)	-2,5%
Linha Amarela	117 996	122 583	115 020	(4 587)	-3,7%
Linha Verde	112 625	116 340	115 924	(3 715)	-3,2%
Linha Vermelha	108 482	111 176	110 064	(2 694)	-2,4%
Total de circulações	454 633	468 562	455 355	(13 929)	-3,0%

No que diz respeito à taxa de realização de lugares x km, a mesma teve uma redução de 4,3%, para o que muito contribuiu a queda superior a 5% das linhas Azul, Verde e Vermelha. A linha Amarela teve um ligeiro aumento. Já a taxa de realização de circulações teve uma redução média de 1,8% na rede. Estas taxas traduzem as variações feitas ao plano em vigor em determinado momento, o que se deve a vários fatores, nomeadamente a adequação da oferta à procura verificada, ocorrências com material circulante ou infraestrutura, bem como absentismo.

Quadro 13 – Taxa de realização da oferta

Taxa de realização	2020	2019	2018	Var. 2020/19
Carruagens x km (Unid: %)				
Linha Azul	95,64	100,65	105,46	(5,01) p.p.
Linha Amarela	103,12	102,66	100,30	0,46 p.p.
Linha Verde	105,05	112,11	102,73	(7,06) p.p.
Linha Vermelha	96,32	101,98	106,62	(5,66) p.p.
Na rede	99,38	103,61	103,94	(4,23) p.p.
Circulações (Unid: %)				
Linha Azul	96,38	98,44	98,04	(2,06) p.p.
Linha Amarela	97,03	98,40	98,20	(1,37) p.p.
Linha Verde	96,94	98,82	98,09	(1,88) p.p.
Linha Vermelha	97,16	99,27	98,93	(2,11) p.p.
Na rede	96,87	98,67	98,31	(1,80) p.p.

RECEITAS TARIFÁRIAS E COMPLEMENTARES

As medidas tomadas conduziram a uma elevada redução da procura, com os consequentes efeitos na receita, registando-se decréscimos sem precedentes.

Paralelamente, há a destacar outros fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2020, nomeadamente:

- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro, de alguns Títulos Ocasiais (Zapping, Cartão Bancário, Bilhete 24 Horas CA/ML/TT e Bilhete 24 Horas CA/ML/CP);
- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro nos Passes combinados com Parque (Carris/ML Urbano + Parque 30 dias e ML/Avalade+ Parque dias úteis);
- Com efeitos a 30 de novembro de 2020, o Tribunal de Contas denunciou o protocolo existente entre esta entidade, o Metropolitano de Lisboa e a Carris. Este protocolo consistia com carregamento mensal de cartões Lisboa Viva, com do Título Carris/ML rede, atribuídos aos Magistrados do Tribunal de Contas.
- Diminuição das quantidades de vendas de títulos ocasionais e passes, na rede de vendas do Metropolitano de Lisboa, em -61,7% e -40,8%, respetivamente;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART e incrementos nestes pagamentos por via da crise Pandémica COVID-19 e a necessidade de manter os níveis de oferta.

Em resultado destes fatores e principalmente devido ao efeito da pandemia COVID-19, a receita de Títulos Ocasiais e Passes de 2020 registou uma variação face a 2019 de -52%, representando um decréscimo de -54,1 milhões de euros.

Para obviar o decréscimo da receita, devido à alteração tarifária ocorrida no ano transato (Regulamento nº 278-A/2019), a AML atribuiu verbas a título de pagamento por conta, no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (“PART”), no valor de 8,9 milhões de euros.

Depois de considerados os valores de Pagamentos por Conta, a variação negativa da receita passa para 43,6%, representando uma quebra em termos absolutos de -48,3 milhões de euros, face a 2019.

No mesmo âmbito, o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, estabeleceu “a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais”. No contexto de pandemia, com o objetivo de reforçar o transporte público para o mínimo de 90% da oferta habitual, foram disponibilizadas verbas adicionais em

Pagamentos por Conta, no período de julho a dezembro de 2020. Neste considerando, através do Despacho n.º 8459/2020, que regula a aplicação da verba disponibilizada pelo Orçamento de Estado Suplementar, a AML atribuiu para o Metropolitano de Lisboa um total de 21,5 milhões de euros, contabilizados como subsídio à exploração.

Quadro 14 – Evolução das receitas de transporte

RECEITAS DE TÍTULOS DE TRANSPORTE (sem IVA) (Unid: 10 ³ €)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Títulos ocasionais	16 848	51 166	55 652	(34 318)	-67,1%
Bilhete Viagem Carris Metro	7 731	24 591	27 622	(16 860)	-68,6%
Zapping	7 000	18 448	20 558	(11 448)	-62,1%
Outros títulos ocasionais	2 117	8 127	7 471	(6 010)	-73,9%
Passes	33 209	53 026	47 977	(19 818)	-37,4%
Navegante Metropolitano	21 089	24 072	-	(2 983)	-12,4%
Navegante Lisboa	8 890	12 423	-	(3 533)	-28,4%
Outros Navegantes	1 903	1 870	-	33	1,8%
Navegante urbano e rede	1 064	8 916	27 337	(7 852)	-88,1%
Outros Combinados	262	2 648	10 420	(2 386)	-90,1%
Intermodais	0	3 096	10 220	(3 096)	-100,0%
Total de receitas	50 057	104 192	103 629	(54 135)	-52,0%
Comparticipações 4-18 / Sub23 / Social+ ⁽¹⁾	3 458	2 502	3 159	957	38,2%
Total de receitas com participações	53 515	106 694	106 788	(53 179)	-49,8%
Pagamentos por Conta (AML) ^{(2) (3)}	8 903	4 014	0	4 889	121,8%
Total de receitas com participações	62 418	110 708	106 788	-48 289	-43,6%
Pagamentos por Conta (COVID) ⁽⁴⁾	21 451	0	0	21 451	-

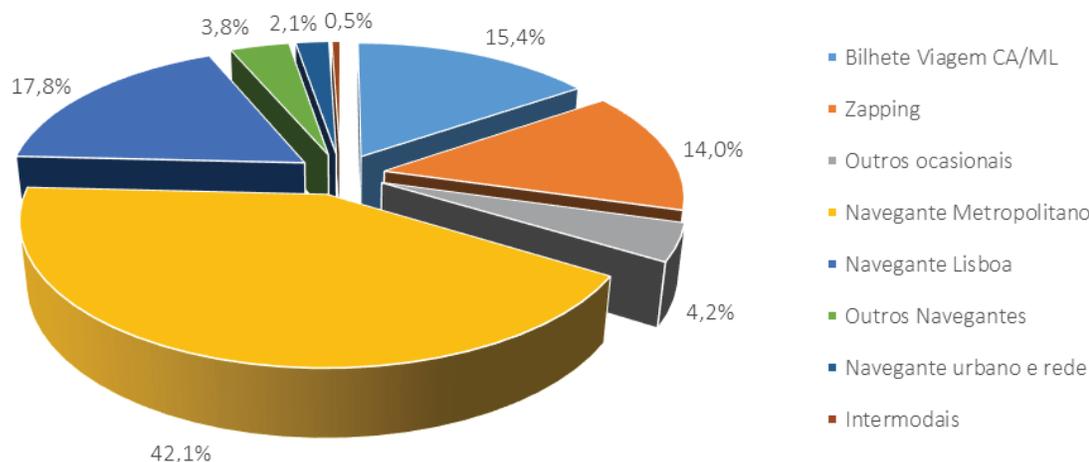
(1) O valor contabilístico de 2019 é inferior em aproximadamente 620 mil euros, devido à regularização de valores reconhecidos em excesso em anos anteriores.

(2) O valor de pagamentos por conta (AML)- 2020 - inclui 989.524 € referente ao acerto da estimativa de compensação financeira final de 2019, conforme ofício da AML n.º 353/2021 de 3 de maio

(3) Do total de receita relativa à compensação do PART do período em análise, o ML em 2019 apenas recebeu um valor parcial de 2,93 M€, tendo o saldo remanescente sido recebido já em 2020.

(4) Atribuição do PART "variável", o qual foi registado como subsídio à exploração.

Gráfico 5 – Receitas acumuladas – Ano 2020



A receita não tarifária apurada em 2020, obtida a partir dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 4,4 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 45,7% face ao exercício de 2019, correspondendo uma quebra de 3,7 milhões de euros, conforme se poderá observar no quadro infra:

Quadro 15 – Evolução das receitas complementares

RECEITAS COMPLEMENTARES (sem IVA) (Unid: €)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Receitas complementares tarifárias	1 311 622	4 010 814	3 875 529	(2 699 192)	-67,3%
Taxa de urgência	240 526	509 375	384 429	(268 848)	-52,8%
Cartões Viva Viagem	863 259	2 971 454	3 069 447	(2 108 194)	-70,9%
Taxa de Entrega (prod. Backoffice)	96	557	n.d.	(461)	-82,8%
Fee de personalização	157 201	383 159	274 839	(225 958)	-59,0%
Comissões de venda de títulos:	50 539	146 270	146 814	(95 730)	-65,4%
- <i>Bilhete Viagem CA/ML</i>	26 770	77 741	83 971	(50 971)	-65,6%
- <i>Zapping</i>	23 769	67 871	60 571	(44 102)	-65,0%
- <i>Títulos sem quota ML</i>	0	658	2 272	(658)	-100,0%
Receitas complementares não tarifárias	3 051 576	4 031 303	3 732 323	(979 727)	-24,3%
Património:	395 629	420 288	406 047	(24 658)	-5,9%
- <i>Aluguer de espaços</i>	50 832	74 278	60 697	(23 446)	-31,6%
- <i>Aluguer de fibra ótica e telecomunicações</i>	344 797	346 010	345 350	(1 212)	-0,4%
Frota / Estações / Meios diversos:	41 527	88 951	38 971	(47 425)	-53,3%
- <i>Filmagens</i>	32 900	54 100	3 700	(21 200)	-39,2%
- <i>Diversos (inserção PUB, Merchandising/Publicações, Royalties)</i>	8 627	15 351	13 771	(6 725)	-43,8%
- <i>Serviço especial</i>	0	19 500	21 500	(19 500)	-100,0%
Outras Receitas ⁽¹⁾	95 634	56 763	0	38 871	68,5%
Subconcessões:	2 518 786	3 465 301	3 287 305	(946 515)	-27,3%
- <i>Metrocom</i>	1 169 004	2 060 546	2 037 305	(891 542)	-43,3%
- <i>Publimetro - MOP</i>	1 349 782	1 404 755	1 250 000	(54 973)	-3,9%
Total de receitas com participações	4 363 198	8 042 117	7 607 851	(3 678 919)	-45,7%

(1) Receita não gerida pela Direção de Clientes (DCL).

De uma perspetiva global, no que à receita complementar diz respeito, o ano de 2020 apresenta uma quebra de cerca de 45,7%, fundamentada por um lado na desaceleração económica nacional provocada pela situação pandémica, e por outro lado face à consequente diminuição da procura no consumo de serviços e produtos ML

Observaram-se elevados decréscimos em todas as componentes, destacando-se: os Cartões Viva Viagem com uma perda de receita de 2,0 milhões de euros; as subconcessões à Metrocom e à Publimetro que, conjunto, registaram uma perda de 0,9 milhões de euros.

As quebras verificadas, seja ao nível das participadas, seja ao nível das receitas não tarifárias genéricas (ex. cartões VV indexados à quebra de procura), são resultado da atual conjuntura.

No que concerne à Metrocom, assistiu-se a uma redução dos resultados não só fruto da atual política de limitação de rendas comerciais que foi adotada pela empresa durante o exercício em questão, mas sobretudo de uma quebra generalizada e acentuada da capacidade financeira dos clientes/lojistas. Para além destes fatores, verificou-se, também, por uma desaceleração muito acentuada da resposta por parte do mercado em termos de “novas entradas” no portfólio.

Durante o ano de 2020 foi também concluído o projeto e-commerce no Metro, que diz respeito à venda online de artigos de merchandising e publicações que, até à data, apenas estavam à venda em espaços físicos. O lançamento desta plataforma, permitiu a penetração no mercado do digital/e-commerce, tendo presente o objetivo de aumentar os resultados comerciais deste negócio, ao mesmo tempo contribuindo para uma melhoria de imagem da marca/branding.

Não obstante da estratégia que visava o aumento das receitas complementares, numa logica de rentabilização de infraestruturas/estações (eventos, filmagens, etc), assim como da gestão de espaços comerciais e publicidade, a receita geral obtida sofreu uma evolução negativa tendo esta quebra sido consequência direta da situação pandémica e da respetiva redução abrupta de passageiros.

No entanto, destacam-se os resultados do 1º Trimestre de 2020, com a realização de várias produções/ativações nacionais e internacionais, bem como rodagem de anúncios publicitários para marcas multinacionais e produções musicais, nas instalações da empresa, com especial foco para o lançamento mundial do novo MINI elétrico, que contou com as instalações do PMO II para a base de apoio técnico para este evento, colocando o ML e a cidade de Lisboa na rota europeia deste tipo de grandes eventos automóveis.

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 84 mil cartões, dos quais 66% foram Lisboa Viva urgentes. Face a ano transato a variação foi de -61% (menos 132 mil personalizações face a 2019).

Quadro 16 – Produção de cartões Lisboa Viva

Ano 2020	Transtejo	Metro	Total
10 dias	394	27 860	28 254
Normal	373	23 177	23 550
4_18	17	1 476	1 493
Sub23	4	1 228	1 232
CML	0	1 979	1 979
Urgentes	0	55 378	55 378
Normal	0	46 770	46 770
4_18	0	2 861	2 861
Sub23	0	5 747	5 747
Portal Viva	0	91	91
Trabalhadores	0	723	723
Total de cartões produzidos	394	84 052	84 446

OUTRAS ATIVIDADES

a) FERCONSULT, S.A.

A FERCONSULT, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o METROPOLITANO LISBOA, E.P.E..

A atividade da Ferconsult, S.A., no ano de 2020, foi centralizada no apoio às necessidades do seu acionista Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) dando continuidade aos compromissos assumidos, no âmbito dos projetos nacionais para o Metropolitano de Lisboa, que se encontram em curso, e no encerramento das atividades e projetos internacionais.

Quadro 17 – FERCONSULT – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE		2020	2019	2018	Var. 2020/2019	
					Abs	%
Atividade Comercial						
Volume de Negócios (Mercado Nacional)	m€	2 058,2	1 228,4	1 748,0	829,8	67,6
Volume de Negócios (Mercado Internacional)	m€	0,0	491,7	1 609,0	(491,7)	(100,0)
Indicadores de PRODUÇÃO						
Horas trabalhadas (Mercado Nacional)	%	100,0	87,7	12,0	-	12,3 p.p.
Horas trabalhadas (Mercado Internacional)	%	0,0	12,3	88,0	-	(12,3) p.p.
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) ¹	Un.	48	48	50	0	0,0
Número médio de efetivos	Un.	44	48	54	(4)	(8,3)
Massa Salarial	m€	1 572	1 619	1 713	(47)	(2,9)
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	5 295,3	5 295,3	5 295,3	0,0	0,0
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	0,0	1,1	3,4	(1,1)	-100,0%
Ativo corrente	m€	1 823,0	2 730,3	3 989,6	(907,3)	-33,2%
Total Ativo	m€	1 823,0	2 731,4	3 993,0	(908,4)	-33,3%
Capital Próprio	m€	(1 094,0)	(1 379,8)	(837,0)	285,8	-20,7%
Passivo	m€	2 917,1	4 111,2	4 830,0	(1 194,1)	-29,0%
Total Capital Próprio e Passivo	m€	1 823,0	2 731,4	3 993,0	(908,4)	-33,3%
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira %	%	(60,0)	(50,5)	(21,0)	-	(9,5) p.p.
Solvabilidade %	%	(37,5)	(33,6)	(17,3)	-	(3,9) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Volume de Negócios	m€	2 058,2	1 720,1	3 357,1	338,1	19,7%
EBITDA	m€	316,8	(535,8)	(3 085,3)	852,5	-159,1%
Margem do EBITDA	%	15,4	(31,1)	(91,9)	-	46,5 p.p.
Rendimentos Operacionais (corrigidos) ²	m€	2 279,4	1 762,8	3 667,8	516,7	29,3%
Gastos Operacionais (corrigidos) ²	m€	2 385,5	3 585,8	4 917,5	(1 200,3)	-33,5%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	95,55	49,16	74,59	-	46,4 p.p.

¹ Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.

No âmbito da expansão da rede do Metropolitano de Lisboa entre as estações Rato e Cais do Sodré, a Ferconsult, S.A., além dos projetos de conceção, continuou a dar apoio técnico à preparação dos processos de concurso e apreciação das

propostas nos diferentes concursos lançados pelo ML, quer referentes a empreitadas, quer às prestações de serviços de revisão do projeto e fiscalização.

Relativamente à expansão da linha Vermelha (S. Sebastião / Alcântara) a Ferconsult, S.A. elaborou os estudos preliminares de viabilidade de traçado com diferentes alternativas, tendo posteriormente realizado o Estudo de Viabilidade e Análise Custo-Benefício para as alternativas mais viáveis.

Seguiu-se o Estudo Prévio da alternativa selecionada para essa expansão e ainda estudo de diferentes soluções para a inserção urbana em Alcântara da estação de metro com o mesmo nome, a qual apresenta uma enorme complexidade face aos inúmeros condicionamentos locais.

No âmbito da modernização da rede do Metropolitano de Lisboa, a Ferconsult, S.A. continuou a prestar a assistência técnica às obras de modernização das estações Arroios e Areeiro, cujos projetos foram da sua responsabilidade.

Foram concluídos, ainda, os projetos de execução relativamente às acessibilidades para as estações de Entrecampos e Cidade Universitária, no que respeita à introdução de elevadores e rampas, bem como à adaptação das instalações sanitárias para acesso a pessoas de mobilidade condicionada.

A Ferconsult, S.A. esteve, ainda, envolvida, em ações de apoio ao seu acionista Metropolitano de Lisboa, nos Estudos Preliminares de traçado para as três (3) linhas de Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP) selecionadas pelos Municípios interessados (LIOS Ocidental e Oriental e MLS) e que permitiu a assinatura de:

- Um Protocolo de Cooperação entre o Metropolitano de Lisboa e as autarquias de Lisboa, Oeiras e Loures, e ainda com a Carris, para o estudo e preparação dos concursos para a implementação de duas linhas de TCSP, uma designada por LIOS Ocidental, de Alcântara a Cruz Quebrada (passando por Santo Amaro, Alto da Ajuda, Alto do Restelo, Hospital S. Francisco Xavier, Miraflores e Linda-a-Velha) e outra linha, designada por LIOS Oriental, de Santa Apolónia a Sacavém (passando por Xabregas, Beato, Braço de Prata, Parque Expo, Sacavém, Portela e Moscavide);
- Um Acordo de Cooperação entre o Metropolitano de Lisboa e os Municípios de Loures e Odivelas para o estudo e preparação dos concursos para a implementação de uma linha de metro ligeiro de superfície na área daqueles concelhos, desde o Hospital Beatriz Ângelo até à Urbanização do Infantado (passando por Odivelas, com interface com a estação ML, Póvoa Santo Adrião e Santo António dos Cavaleiros).

No que se refere aos compromissos internacionais, foi possível à Ferconsult, S.A. o desenvolvimento das seguintes principais ações:

- Brasil: Encerrar definitivamente a sua atividade no Brasil, incluindo todas as componentes jurídico-administrativas;
- Argélia: Apesar da Ferconsult já não ter atividades em projetos nem ter técnicos expatriados ou trabalhadores argelinos tem, ainda, verbas avultadas a receber dos contratos em que esteve envolvida. Assim, no que se refere à Argélia, o ano de 2020 foi dedicado ao tratamento de questões administrativas e bancárias naquele país, em resultado da cessão da posição contratual da Ferconsult ao seu parceiro de consórcio, no contrato ainda ativo com a empresa Cosider TP terminando, assim, as suas responsabilidades naquele contrato; adicionalmente, efetuou as diligências possíveis para o recebimento dos montantes em dívida dos contratos com aquele cliente, e, no caso do cliente EMA – Entreprise du Métro d’Alger, igualmente desenvolveu as ações no sentido de o Ensitrans, A.E.I.E. - Engenharia e Sistemas de Transportes poder receber as verbas que lhe são devidas pelos trabalhos que ali desenvolveu.

O Ensitrans, A.E.I.E (agrupamento europeu de interesse económico) é detido 45% pela Ferconsult, S.A. e 5% pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sendo as restantes empresas participadas o Metro de Barcelona e a SENER (empresa de consultoria e projetos de engenharia). Embora já sem projetos ativos, o Ensitrans não pode dissolver a sociedade por ainda ter verbas a receber dos contratos celebrados com a EMA – Entreprise du Métro d’Alger (sendo, contudo, que a grande maioria dessas verbas em dívida ao Ensitrans pela EMA pertencem à Ferconsult por trabalhos que desenvolveu).

No ano de 2020 é igualmente de registar a integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A., no efetivo do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., com efeitos reportados a dezembro de 2020.

b) METROCOM, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do Metropolitano de Lisboa, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do Metropolitano de Lisboa.

Ao longo de 2020 a Metrocom foi fortemente afetada pelos impactos da pandemia de COVID-19, quer no que respeita à sua atividade comercial e ao Volume de Negócios dela decorrente, quer no referente ao negócio do retalho nas estações da rede do Metropolitano de Lisboa, com uma substancial redução da procura de espaços comerciais e um aumento atípico de pedidos de rescisão.

Quadro 18 – METROCOM – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE		2020	2019	2018	Var. 2020/2019	
					Abs	%
Atividade Comercial						
Volume de Negócios (Linha Azul)	m€	577	1 037	1 027	(460)	-44,4%
Volume de Negócios (Linha Amarela)	m€	578	1 028	1 037	(450)	-43,8%
Volume de Negócios (Linha Verde)	m€	110	197	179	(87)	-44,1%
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	m€	365	612	599	(247)	-40,3%
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) *	Un.	4	4	4	0	0,0%
Número médio de efetivos	Un.	4	4	5	0	0,0%
Massa Salarial	m€	106	106	176	0	0,0%
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	750	750	750	0,0	0,0%
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	485,8	7,9	7,0	477,9	6049,1%
Ativo corrente	m€	3 497,5	3 864,7	3 671,8	(367,2)	-9,5%
Total Ativo	m€	3 983,3	3 872,6	3 678,8	110,7	2,9%
Capital Próprio	m€	3 245,5	3 223,0	3 004,2	22,5	0,7%
Passivo	m€	737,8	649,6	674,6	88,2	13,6%
Total Capital Próprio e Passivo	m€	3 983,3	3 872,6	3 678,8	110,7	2,9%
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira %	%	81,5	83,2	81,7	-	-1,7 p.p.
Solvabilidade %	%	439,9	496,2	445,3	-	-56,2 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Volume de Negócios	m€	1 630,1	2 874,4	2 842,4	(1 244,3)	-43,3%
EBITDA	m€	32,0	284,2	166,3	(252,2)	-88,7%
Margem do EBITDA	%	2,0	9,9	5,9	-	-7,9 p.p.
Rendimentos Operacionais	m€	1 726,5	3 015,9	2 953,6	(1 289,4)	-42,8%
Gastos Operacionais	m€	1 698,0	2 734,6	2 788,9	(1036,6)	-37,9%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	101,67	110,29	105,90	-	-8,6 p.p.

* Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a três meses.

A diminuição de passageiros transportados no meio de transporte Metro, com uma redução de cerca de 54% quando comparado com 2019, aliada a uma série de restrições ao desenvolvimento do retalho comercial geraram efeitos adversos à continuidade do reposicionamento do seu negócio, nos resultados comerciais da Organização e na sustentabilidade dos negócios dos seus lojistas.

Como consequência destes fatores, verificou-se uma performance inferior em 90% face a 2019 em termos de resultados operacionais tendo como consequência a redução do Resultado Líquido na ordem dos 196 mil euros.

O exercício de 2020 fica também marcado por uma retração da área ocupada, resultado de um conjunto de pedidos de rescisão de contrato, com especial incidência durante o segundo semestre do ano, mas que se fizeram anunciar logo em março, com a primeira declaração de Estado de Emergência.

O Volume de Negócios foi igualmente afetado, com uma redução de 43,3% em relação ao ano anterior, em resultado das medidas tomadas pela Empresa para contenção de efeitos económicos da pandemia Covid-19 entre os lojistas da rede Metro. Foram, a partir de abril, aplicadas uma série de medidas de redução e inclusivamente de isenção de renda ao universo dos lojistas, assumindo a Metrocom uma posição de parceria com estes, consubstanciando o seu apoio através da assunção, em conjunto com os seus clientes, das perdas decorrentes da redução do volume de passageiros em trânsito na rede metro e do encerramento compulsivo de um conjunto de atividades.

Paralelamente, foi igualmente afetada pela redução do Volume de Negócios a contrapartida a pagar ao Acionista por conta da concessão dos espaços comerciais, com uma redução de cerca de 900 mil euros. No entanto, as medidas de gestão tomadas ao longo do exercício em análise possibilitaram controlar, entre os lojistas, possíveis danos, irreversíveis e imediatos, pelos efeitos desta conjuntura desfavorável, sendo que se atingiu o final do ano com uma situação comparável ao início de março de 2020, no que respeita aos pagamentos em atraso à Metrocom.

Não obstante o contexto económico e financeiro desfavorável decorrente da pandemia, foi assegurada uma política contínua e proactiva ao nível do desenvolvimento de novos negócios/soluções comerciais junto do mercado (retalho alimentar e não – alimentar), no qual foram celebrados determinados contratos com *players* estratégicos, que pela tipologia do seu serviço não só acrescentaram valor ao portfolio da Metrocom como, sobretudo, aos clientes que diariamente utilizam o TP/Metro. Para além destes novos negócios e serviços assegurados na rede de estações, foi mantido o contacto com outros potenciais *players* tendo em conta as especificidades das suas atividades e os princípios base do plano estratégico definido para a evolução do negócio nos próximos anos.

c) TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (TREM) foi constituído em 2 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o A.C.E., nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%;
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 19 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (Unid: €)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Total Ativo	43 111	1 337 608	1 881 583	(1 294 497)	-96,78%
Capital Próprio	(49 755 315)	(50 349 398)	(53 091 753)	594 083	-1,18%
Passivo	49 798 426	51 687 005	54 973 336	(1 888 579)	-3,65%
Total Capital Próprio e Passivo	43 111	1 337 608	1 881 583	(1 294 497)	-96,78%
Resultado Líquido	594 082	2 742 355	2 677 741	(2 148 273)	-78,34%

d) TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o A.C.E., nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8.º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento é composto pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., com a participação no capital de 90%, e pela Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., com uma contribuição de 10%.

Quadro 20 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (Unid: €)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Total Ativo	3 400 274	4 337 161	5 363 262	(936 887)	-21,60%
Capital Próprio	(112 146 268)	(117 693 721)	(122 979 028)	5 547 453	-4,71%
Passivo	115 546 542	122 030 883	128 342 290	(6 484 341)	-5,31%
Total Capital Próprio e Passivo	3 400 274	4 337 161	5 363 262	(936 887)	-21,60%
Resultado Líquido	5 547 453	5 285 307	5 095 453	262 146	4,96%

2. DESEMPENHO POR CAPITAL

A. CAPITAL FINANCEIRO

Em 2020, a gestão económica e financeira do Grupo Metropolitano de Lisboa caracterizou-se pelos seguintes factos:

- O volume de negócios totalizou 67,5 milhões de euros, o que representa uma quebra de 43,8% (-52,5 milhões de euros), resultado do impacto da pandemia COVID-19 no *core business* do Metropolitano de Lisboa e consequentemente nas suas subsidiárias.
- Os rendimentos operacionais sofreram um decréscimo de 28,1% (-44,7 milhões de euros) em relação a 2019, atingindo os 114,4 milhões de euros. Quando expurgadas as rubricas *non-cash* a descida é ainda mais acentuada, verificando-se uma diferença de 55,9 milhões de euros.
- Os gastos operacionais apresentaram uma redução de 1,85 milhões de euros, representando -1,2%, cifrando-se o total em 147,13 milhões de euros. Efetuando análise idêntica à dos rendimentos, expurgando as rubricas *non-cash*, o decréscimo registado é de 2,5 milhões de euros, o que representa -1,7%.

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, suportada na concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, para cobertura de défice operacional, pagamento de serviço da dívida e da despesa de investimento.

Quadro 21 – Contas consolidadas – 2020

Indicadores 2020 (Unid. 10 ⁶ €)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	67,52	66,81	2,06	1,63	0,60	5,50
Rendimentos Operacionais	114,44	112,67	2,82	1,73	0,60	5,57
Gastos Operacionais	147,13	145,42	2,50	1,70	0,01	0,01
EBITDA	(6,63)	(17,25)	0,32	0,03	0,60	5,57
EBITDA corrigido *	(29,67)	(30,61)	(0,11)	0,04	0,60	5,57
Resultado Operacional	(32,69)	(32,75)	0,32	0,03	0,60	5,57
Resultado Líquido	(57,13)	(57,13)	0,29	0,02	0,59	5,55

* Exclui efeitos de TPE, provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

Quadro 22 – Contas consolidadas – 2019

Indicadores 2019 (Unid. 10 ⁶ €)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	120,07	118,79	1,72	2,87	2,76	5,19
Rendimentos Operacionais	159,17	155,00	3,05	3,02	2,79	5,31
Gastos Operacionais	148,98	144,90	3,59	2,73	0,03	0,00
EBITDA	38,03	27,37	(0,54)	0,28	2,75	5,31
EBITDA corrigido *	6,15	(0,23)	(1,82)	0,28	2,75	5,31
Resultado Operacional	10,19	10,09	(0,54)	0,28	2,75	5,31
Resultado Líquido	(16,88)	(16,83)	(0,54)	0,22	2,74	5,29

* Exclui efeitos de TPE, provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

Quadro 23 – Variação 2020/2019

Indicadores (Unid. 10 ⁶ €)	Contas Consolidadas		Variação	
	2020	2019	Abs.	%
Volume de Negócios	67,52	120,07	(52,54)	(43,76)
Rendimentos Operacionais	114,44	159,17	(44,73)	(28,10)
Gastos Operacionais	147,13	148,98	(1,85)	(1,24)
EBITDA	(6,63)	38,03	(44,66)	(117,43)
EBITDA corrigido *	(29,67)	6,15	(35,82)	(582,37)
Resultado Operacional	(32,69)	10,19	(42,88)	(420,64)
Resultado Líquido	(57,13)	(16,88)	(40,25)	(238,48)

* Exclui efeitos de TPE, provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

O elevado decréscimo de rendimentos precipitou o EBITDA para terreno negativo, atingindo -6,6 milhões de euros, verificando-se uma variação de -44,7 milhões de euros (-117,4%). Expurgando as rubricas *non-cash*, o EBITDA corrigido cifra-se nos -29,7 milhões de euros, justificado, essencialmente, pela variação positiva do justo valor de instrumentos financeiros.

O resultado operacional, considerando os gastos de depreciação e amortização e imparidade de ativos depreciables/amortizáveis, no valor de 26,1 milhões de euros, situa-se nos -32,7 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 42,9 milhões de euros.

O resultado líquido apresenta um agravamento de 40,3 milhões de euros em relação a 2019, situando-se nos -57,1 milhões de euros.

FLUXOS FINANCEIROS

Em 2020, os fluxos de caixa da atividade operacional geraram um défice operacional de 42,0 milhões de euros, assim como os fluxos de caixa de investimento geraram um saldo negativo de 42,1 milhões de euros. Estes défices tiveram cobertura do Estado, através de financiamentos no valor de 203,8 milhões de euros e de dotações de capital que atingiram os 320,4 milhões de euros.

Foram amortizados financiamentos no valor de 274,7 milhões de euros e registados pagamentos de 149,9 milhões de euros em juros e gastos similares.

O saldo de caixa, no final do período, foi de 51,6 milhões de euros, alavancado pelas transferências de fundos de investimento (Fundo Ambiental e Fundo de Coesão).

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Quadro 24 – Passivo Remunerado Grupo ML (2018-2020)

Passivo remunerado (Unid. 10 ³ €)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910 000	910 000	910 000	0	0,0%
BEI	80 963	220 826	437 341	(139 864)	-63,3%
Outros empréstimos de longo prazo / Tesouro	618 125	620 793	691 646	(2 668)	-0,4%
Shuldschein	300 000	300 000	300 000	0	0,0%
Leasing financeiro	0	0	0	0	-
Dívida de médio e longo prazo	1 909 088	2 051 620	2 338 987	(142 532)	-6,9%
Empréstimos obrigacionistas	0	0	400 000	0	-
BEI	139 864	216 515	71 503	(76 651)	-35,4%
Outros empréstimos de longo prazo / Tesouro	1 444 634	1 345 621	1 152 480	99 013	7,4%
Leasing financeiro	0	0	0	0	-
Descobertos	0	1	1	(1)	-
Dívida de curto prazo	1 584 498	1 562 136	1 623 983	22 362	1,4%
Total do passivo remunerado	3 493 585	3 613 756	3 962 970	(120 170)	-3,3%

A generalidade do Passivo remunerado do Grupo está concentrado na Empresa-mãe (96,7%), sendo que o ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço de capitais que o acionista tem promovido, com a conseqüente redução do endividamento. Em 2020, o Grupo contratou dívida no valor de 203,8 milhões de euros e amortizou dívida no valor de 274,7 milhões de euros.

O total do Passivo Remunerado do Grupo ML está refletido no Balanço Consolidado nas rubricas “Financiamentos Obtidos” e “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, no Passivo Corrente e no Passivo não Corrente, de acordo com a natureza do financiamento em causa.

INVESTIMENTO

Em 2020, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de cerca de 21,9 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo do ML e do Ativo não corrente da Metrocom.

Quadro 25 – Despesa de Investimento 2020

Despesa de Investimento 2020 (Unid. €)	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimentos a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
ILD	16 417 108	20 340 451	20 340 451
Plano Nacional de Acessibilidades	1 388 112	1 792 385	1 792 385
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	5 607 372	6 611 653	6 611 653
Remodelação da linha Azul	1 533 523	1 744 202	1 744 202
Remodelação da linha Amarela	207 118	234 017	234 017
Remodelação da linha Verde	5 507 532	7 152 456	7 152 456
Remodelação da linha Vermelha	1 241 214	1 547 490	1 547 490
Substituição e modernização de escadas mecânicas	573 540	726 476	726 476
Remodelação da rede global	358 698	531 773	531 773
ML	4 989 655	5 700 133	5 700 133
Edifícios e outras construções	1 344 266	1 714 373	1 714 373
Equipamento básico	2 638 485	2 978 858	2 978 858
Ferramentas e utensílios	96 528	96 528	96 528
Equipamento administrativo	910 375	910 375	910 375
Metrocom	481 480	481 480	481 480
AFT em curso - Sistema AVAC - Área Comercial Campo Grande	480 780	480 780	480 780
Ativos intangíveis - Software - Gestão de Imobilizado	700	700	700
Investimento total	21 888 243	26 522 065	26 522 065

Verificou-se um aumento de 7,9 milhões de euros, face a 2019, justificado, essencialmente, pelos seguintes projetos:

- Prolongamento Rato/Cais do Sodré: 5,6 milhões de euros;
- Remodelação/ampliação da estação Areeiro: 2,7 milhões de euros;
- Remodelação/ampliação da estação Arroios: 2,5 milhões de euros;
- Reabilitação de material circulante: 1,9 milhões de euros;
- Remodelação e ampliação de espaços no Complexo de Carnide: 1,2 milhões de euros.

Quadro 26 – Evolução do Investimento 2018-2020

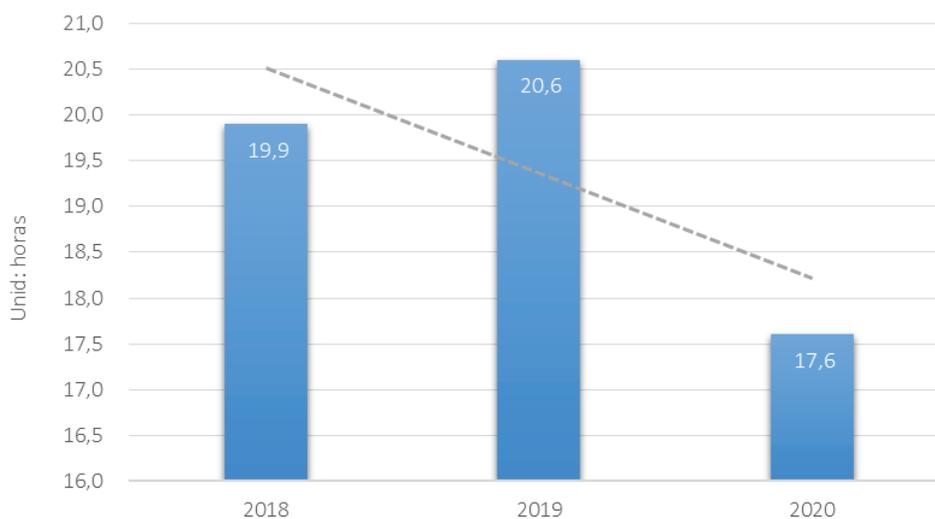
Investimento (Unid. €)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	21 888 243	13 928 719	12 982 703	7 959 524	57,14%
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	26 522 065	17 000 354	16 109 060	9 521 711	56,01%
Despesa de investimento (DI) (inclui custos financeiros)	26 522 065	17 000 354	16 681 656	9 521 711	56,01%

B. CAPITAL INTELETUAL

O ano de 2020 ficou caracterizado pela transição para um modelo digital de formação e pelo reforço da ligação com as universidades no desenvolvimento de competências de gestão e liderança das equipas. Relevo ainda para criação da Academia ML, com vista ao desenvolvimento de projetos especiais e para a retenção e passagem do conhecimento em áreas chave da empresa.

No entanto, a digitalização da formação, acelerada pelas medidas de proteção e prevenção da pandemia, refletiu-se na diminuição das horas de formação por efetivo médio (-15%), ainda que tenha sido possível aumentar 18% o número de ações realizadas relativamente ao ano anterior.

Gráfico 6 – Formação



As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às seguintes linhas de orientação e tendências:

- Satisfação do Cliente como objetivo Central;
- Desenvolvimento de competências de gestão e liderança;
- Envolvimento e qualificação dos colaborador@s, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores;
- Melhoria contínua do Desempenho, com prioridade a áreas e populações estratégicas;
- Ajustamento progressivo das horas de formação realizadas à obrigatoriedade legal.
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito destas políticas e linhas de orientação, destaque para o Programa de Liderança Estratégica e o Programa de Desenvolvimento em Gestão e Liderança para os Quadros Dirigentes, para o Programa #Versatilidade Interpessoal visando o desenvolvimento de competências relacionais e de trabalho em equipa.

C. CAPITAL HUMANO

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. Partimos do pressuposto que são as nossas pessoas que permitem que sejamos o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que orientamos as políticas de desenvolvimento para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

Reconhecemos a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

No âmbito da gestão do capital humano, 2020 foi fortemente marcado pela pandemia de COVID-19, destacando-se:

- Acordo com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, em sede de negociação coletiva, para atualização da tabela salarial, mantendo o empenho demonstrado na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;
- Reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para as áreas da manutenção e das estações, bem como para a integração da Ferconsult possibilitando reforçar o conhecimento necessário para a fase de expansão que se inicia;
- Apesar da pandemia, em que parte significativa da formação transitou para a modalidade *online*, foi possível manter o foco na valorização do conhecimento e melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial no desenvolvimento de competências de gestão e liderança das equipas, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Neste âmbito relevamos ainda a criação da Academia ML, com vista ao desenvolvimento de projetos especiais e para a retenção e passagem do conhecimento em áreas chave da empresa;
- Continuidade no desenvolvimento de projetos para melhoria das condições de trabalho, destacando-se nesta área as medidas de prevenção, controlo e vigilância da saúde no âmbito da pandemia de COVID-19;
- Continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
- Consolidação da adoção, promoção e divulgação de valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

COLABORADORES

No ano de 2020, apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, foi possível manter os processos de recrutamento e seleção de novos trabalhadores, especialmente para a área de clientes e de manutenção, com vista, respetivamente, à reposição progressiva do efetivo necessário ao cumprimento do modelo de guarnecimento de estações e do cumprimento dos Planos de Manutenção. Foi ainda possível dar continuidade ao rejuvenescimento de quadros em diversas áreas e foi concretizada a integração dos efetivos da Ferconsult no âmbito do processo de extinção daquela empresa participada.

Quadro 27 – Efetivo do Grupo METRO

Efetivo por tipo de contrato (Unid: n.º)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Contratos a termo	1	0	0	1	-
Contratos de cedência	0	19	20	(19)	-100,00%
Comissão Serviço Exterior	0	1	2	(1)	-100,00%
Contrato sem termo	1 516	1 484	1 448	32	2,16%
Total	1 517	1 504	1 470	13	0,86%

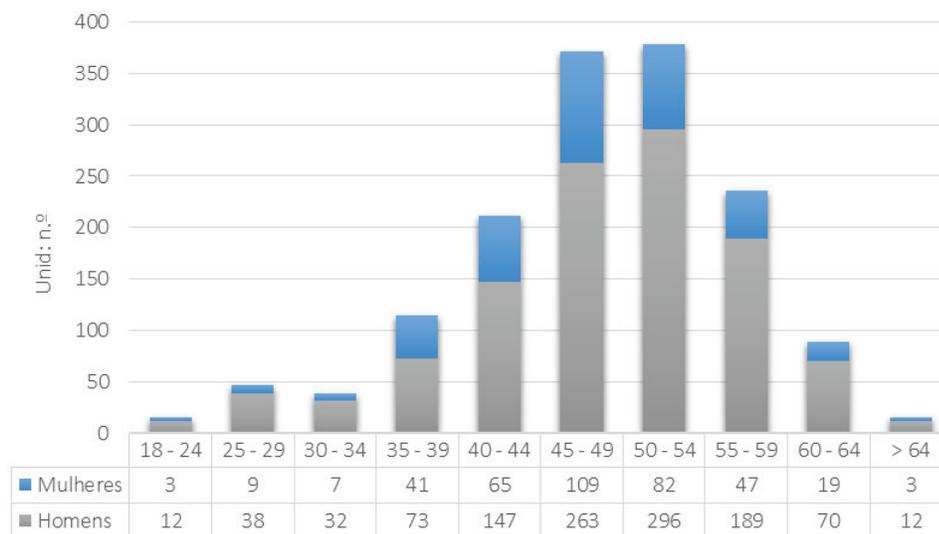
Quadro 28 – Dados do Efetivo do Grupo METRO por género

	2020			2019		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Efetivo global (Unid: n.º)	385	1 132	1 517	385	1 119	1 504
Peso do efetivo global (Unid: %)	25%	75%	100,0%	25,6%	74,4%	100,0%
Idade média (Unid: anos)	47,3	48,5	48,2	46,6	48,1	47,7
Antiguidade média (Unid: anos)	18,6	21,7	20,9	18,9	21,7	21,0

O efetivo global do Grupo ML, a 31 de Dezembro de 2020, era de 1517 colaboradores, dos quais 385 eram mulheres e 1132 homens, a que corresponde uma representação de 25% de mulheres e 75% de homens. A estrutura do efetivo do Grupo ML é composta maioritariamente por trabalhadores do sexo masculino, verificando-se que a expressividade de homens é superior em todas as carreiras profissionais. Esta representação reflete-se igualmente nos cargos de estrutura com a expressividade de mulheres a manter-se nos 35%.

O efetivo do Grupo ML caracteriza-se ainda por uma idade média elevada (48,2 anos), verificando-se que 47% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando este indicador por género, verificamos que os homens apresentam uma idade mais elevada face à média (48,5) quando comparados com as mulheres (47,3). Em áreas core para o negócio do ML o envelhecimento dos colaboradores é ainda mais significativo, apresentando idades médias superiores que ultrapassam mesmo os 50 anos no caso da Operação.

Gráfico 7 – Efetivo por género e por faixa etária



À semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é elevada (20,9 anos), elevando a necessidade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio e de rejuvenescimento do quadro que assegure a transferência de conhecimento e garanta a sustentabilidade a longo prazo.

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 repôs a totalidade dos direitos adquiridos, ao decretar no art.º 23º a aplicação do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva.

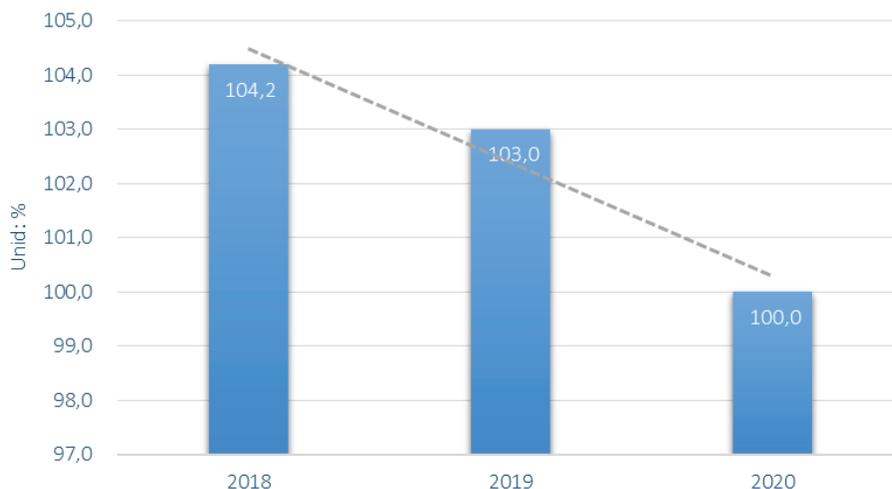
Assim, em 2020 consolidou-se a retoma da prática da avaliação de desempenho, sendo processados a totalidade dos efeitos em matéria de progressão na carreira e de prémios de desempenho. Ainda em 2020 foi aplicada a atualização salarial acordada no âmbito da negociação coletiva.

Gráfico 8 – Rácio do salário base do Grupo METRO entre Mulheres e Homens



Da análise dos salários base das mulheres face aos homens por nível de qualificação, destaca-se o rácio dos profissionais altamente qualificados em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação destaque para os quadros superiores e para quadros médios em que os rácios indicam um salário superior para os homens. Apesar das diferenças registadas entre salários de homens e mulheres, estas diferenciações resultam de critérios objetivos justificados na antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.

Gráfico 9 – Evolução do Rácio do salário base do Grupo METRO



SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram desenvolvidas, de forma continuada, medidas e ações para melhorar as condições de prestação de trabalho e para promoção das condições de saúde, destacando-se nesta área os programas de prevenção e controlo de riscos, nomeadamente para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.

Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada. Em 2020 a atividade do Serviço de Saúde foi também fortemente impactada pela pandemia, com o esforço desta área a ser, essencialmente, direcionada para a execução das medidas de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores, o que se reflete no valor de 86,19% no cumprimento dos exames periódicos previstos.

No âmbito da prevenção, O METROPOLITANO, deu continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho, prevenção de acidentes e ergonomia na área da manutenção de via-férrea e ao programa de formação de contenção de derrames e produtos químicos.

No âmbito da análise das condições de trabalho, destacamos a conclusão do estudo sobre a atenção sustentada dos maquinistas, com o objetivo de verificar se ocorre diminuição da atenção e conseqüente declínio do desempenho ao longo do tempo e se as características das diferentes linhas da rede interferem ou não na atenção.

Ainda no âmbito da promoção da saúde e bem-estar, em 2020 realizaram-se vários rastreios ao cancro da próstata, de doenças respiratórias e de diabetes, bem como as consultas de desabitação tabágica e de diabetes.

Quadro 29 – Acidentalidade do Grupo METRO

Acidentalidade (Unid: n.º)	2020	2019	2018	Var. 2020/19	
				V.Abs.	%
Acidentes de trabalho	60	136	101	(76)	-55,88%
Dias perdidos	2 409	3 878	4 557	(1 469)	-37,88%
Taxa de absentismo (Unid. %)	8,05	7,87	7,68	0,18	2,29%

Em 2020, a nível da acidentalidade laboral destaca-se a redução, significativa, do número de acidentes de trabalho (-51%) e de dias perdidos (-38%). Estes valores são também eles fortemente impactados pelas medidas de organização do trabalho adotadas para proteção da saúde dos trabalhadores no âmbito da pandemia, nomeadamente a adoção do teletrabalho, as equipas em espelho e a dispensa de trabalhadores não essenciais.

Quadro 30 – Acidentalidade por género

Acidentalidade (Unid. n.º)	2020			2019		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Acidentes de trabalho	6	54	60	28	108	136
Dias perdidos	168	2 241	2 409	756	3 122	3 878

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do METROPOLITANO e a ausência de expressividade feminina em profissões de maior risco.

No que concerne à taxa de absentismo verificou-se uma ligeira redução. Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador, representando 60,9% das horas de ausência em 2020, aumentando o seu peso relativamente ao ano anterior e expressando o impacto da pandemia na Empresa.

No que concerne à taxa de absentismo verificou-se a inversão da tendência de diminuição iniciada em 2016, com um acréscimo de 0,19%. Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador (55,6% das horas de ausência em 2019, aumentando o seu peso relativamente ao ano anterior), seguido das ausências por acidente de trabalho (15,4% das horas de ausência).

D. CAPITAL SOCIAL

CLIENTES

Toda a situação vivida ao longo de 2020, já referida anteriormente, influenciou de forma drástica toda a atividade da empresa, com especial incidência nas áreas diretamente ligadas à operação, nomeadamente a área de gestão de clientes.

Durante o ano de 2020, o ML atento às orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Tutela, introduziu um conjunto de medidas de reforço das condições de segurança dos seus clientes, bem como dos seus trabalhadores a prestar funções nas estações.

Assim a partir do início de março, foram sendo introduzidas diversas alterações nos modelos de guarnecimento das estações, bem como nos serviços disponibilizados nas estações, ajustando a oferta diária às especificidades dos diversos dias do mês (maior volume de vendas no final e início de cada mês), bem como às medidas preconizadas pelo governo, de modo a travar a evolução pandémica verificada.

Os níveis acentuados de quebra da procura verificada ao longo do ano, permitiram sem depreciar significativamente os níveis de serviço percecionados pelos nossos clientes, reduzir o número de postos habitualmente guarnecidos com trabalhadores do ML, mantendo no entanto sempre em funcionamento, nos horários habituais e todos os dias do ano, os serviços habitualmente prestados em Postos de venda, Espaços Cliente, Espaços Navegante e Espaços de Produção dos cartões Lisboa Viva Urgente.

À data de hoje, por condições de segurança sanitária permanecem encerrados apenas o “Espaço Bebé” situado na estação Alameda e as Instalações sanitárias, abertas anteriormente ao público.

Ao nível dos Recursos Humanos as alterações introduzidas, permitiram criar rotações profiláticas nos horários dos trabalhadores, possibilitando em determinadas alturas mais críticas do ano, manter em sistema rotativo, equipas em casa / equipas a desempenhar funções presenciais.

O acompanhamento dos casos positivos verificados nas estações e as ações imediatas de desinfeção dos postos de trabalho, foram fatores determinantes para o cumprimento em pleno dos níveis de serviço programados ao longo de todo o horário habitual em exploração.

Ao longo da pandemia, para proteção dos trabalhadores e clientes foram implementadas as seguintes ações:

- Implementação de sistemas de controlo da afluência às estações, nomeadamente entre as 07h00 e as 09h00, nas estações com maior procura (Entre Campos, Cais do Sodré e Jardim Zoológico,) com o apoio da PSP e vigilantes, de modo a identificarem e dissuadirem a criação de situações de aglomerações nos cais ou do incorreto uso de máscara;
- Implementação de sinalética e mensagens de proteção individual nas estações, visando o cumprimento de distâncias de segurança no acesso às máquinas de venda, na utilização de escadas rolantes ou de distribuição dos passageiros nos cais de embarque e respetivos bancos;
- Aplicação mensal, através de nebulização, de produto Zoono, nas zonas de maior contacto pelos nossos clientes (corrimãos, máquinas de venda, MB, canais de acesso, botões de elevador, pontos de ajuda e outros pontos de risco). Trata-se de uma solução de desinfeção com ação mecânica, criada para garantir uma proteção duradoura (até 30 dias) contra cargas microbianas de largo espectro (bactérias, vírus e fungos), com reflexos diretos ao nível da saúde, por via da redução drástica de propagações indesejadas;
- Reforço diário de limpeza e desinfeção dos pontos de maior contacto dos clientes com os equipamentos existentes nas estações;
- Disponibilização em todas as estações de dispensadores de álcool gel para utilização dos nossos clientes;
- Criação de salas de isolamento por estação para confinamento temporário de casos suspeitos, se necessário;

- Disponibilização a todos os trabalhadores com contacto direto com o público de material de proteção individual: viseiras, máscaras, luvas, toalhetes e gel desinfetante
- Implementação de metodologia de controlo diário da temperatura dos trabalhadores.

Pese embora a generalidade da atividade da área de Clientes nas estações se tenha orientado para minimizar os impactos da pandemia e consequente restabelecimento dos níveis de segurança habitualmente percecionados pelos nossos clientes, em 2020 foi ainda possível concluírem-se alguns projetos, entre os quais se destacam:

- No âmbito do plano de promoção das acessibilidades das estações, a entrada em funcionamento dos elevadores das estações: Rato, Colégio-Militar/Luz e Areeiro, bem como a reparação das escadas rolantes das estações Parque e Baixa Chiado;
- A disponibilização do sistema de pagamento de contactless em todas as máquinas de venda automática de títulos;
- A instalação e entrada em funcionamento de dois “Kiosks Viva” na estação Alameda para disponibilização ao momento, através da utilização pelo cliente do seu cartão de cidadão, do respetivo cartão Lisboa Viva Urgente;
- O desenvolvimento em articulação com o IMT de testes visando a entrada em funcionamento de uma plataforma de comunicação de contraordenações emitidas aos passageiros que viajem sem título de transporte valido e posterior cobrança coerciva pela Autoridade Tributária;
- Bem como o Início do processo de remoção de autocolantes e limpeza de superfícies grafitadas, em toda a rede de metro.

Atendendo ao contexto de pandemia, algumas das iniciativas desenvolvidas tiveram como objetivo melhorar as condições do serviço de atendimento e de apoio ao Cliente:

- Novo sistema de senhas | Espaços Cliente e Lisboa Viva urgente

Tendo como objetivo melhorar o atendimento e a gestão dos serviços, foi implementado um novo sistema de gestão de filas de espera, associado à aplicação móvel Próximo, que permite retirar senha remotamente, receber avisos do estado da fila de espera e chamada de vez.

Este sistema é importante no contexto de pandemia, pois permite planeamento prévio, limita a necessidade de interação com as dispensadoras e a permanência no local antes da chamada para atendimento.

- Criação de BackOffice de validação remota de processos

Com esta iniciativa passou a ser possível proceder à criação de agregado familiar para adesão ao passe família de forma totalmente remota e possibilitou ainda proceder à validação do direito de acesso aos descontos 4/18 e Sub23, antes da deslocação presencial aos serviços, reduzindo consideravelmente o tempo de atendimento necessário.

No que diz respeito a atualizações e implementações no site, considerando o Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, o Metro iniciou os trabalhos de adaptação, constituindo um grupo de trabalho dedicado ao projeto, bem como despoletou diversos contactos com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, entidade reguladora da acessibilidade web.

Destaca-se, igualmente, a realização do Estudo de Satisfação do Cliente, que decorreu de acordo com os critérios de qualidade definidos na EN 13816 e NP 4415. A Satisfação Global obtida através das várias componentes de serviço foi pontuada com 7,52 pontos, numa escala de 0 a 10, evidenciando uma melhoria da satisfação dos clientes (+2,3%), tendo este resultado sido o mais elevado de sempre.

Decorreram em paralelo estudos de Cliente Mistério através de auditorias ao serviço prestado, de acordo com os critérios de qualidade definidos na norma NP EN 13816 – Qualidade de Serviço no Transporte Público de Passageiros. Face ao enquadramento vivido (COVID-19), foram realizadas auditorias específicas e relacionadas com as condições de higiene e

segurança em estações/comboios (limpeza), sendo os dados apresentados, de modo geral, positivos com uma taxa de cumprimento correspondente a 89,9%.

Ainda ao nível da realização de estudos, o ML estabeleceu uma parceria com a Associação Salvador, com o objetivo de auditar, na ótica do Cliente com deficiência motora, determinados parâmetros de serviço, bem como obter uma perspetiva global e inequívoca sobre a qualidade do serviço prestado.

SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES

No exercício do ano de 2020, o Metropolitano de Lisboa planeou um plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, que permitiu a sua execução até ao aparecimento da pandemia.

Foi, apresentado à ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, uma proposta de plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido.

Na vertente da vigilância, foram implementados novos serviços com um maior enfoque à visibilidade e segurança das instalações. Estes serviços em termos genéricos são suportados por rondas durante um período mais alargado e em circulação no interior dos comboios e instalações com vista a manter os níveis de segurança dos nossos clientes.

Ao nível securitário foi possível estreitar junto da Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP uma melhor coordenação nas ações de segurança e de Fiscalização. Esta proximidade permitiu uma parceria que permitiu ao ML manter um forte controlo sobre as regras definidas pela Direção Geral de Saúde.

Através da implementação das metodologias adequadas, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento a 100% do requisito legal SCIE no que respeita à manutenção anual dos Extintores e das Bocas-de-incêndio.

De realçar também o desenvolvimento dos trabalhos de renovação do CITV (circuito interno de televisão) com a instalação de novo sistema de gestão do sistema de videovigilância da rede (CITV) e instalação de sistema de deteção de descida à via.

Foi igualmente iniciado o programa a 4 anos de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Embora 2020 tenha sido manifestamente marcado pela pandemia, tendo como consequência o cancelamento de projetos que contribuem para a notoriedade da marca, nomeadamente a dinamização das estações ou a angariação de eventos e filmagens, foram desenvolvidos algumas ações dirigidas aos clientes, das quais se destacam:

- 72.º Aniversário de constituição do Metropolitano de Lisboa: realização de concertos de música e espetáculos de marionetas nas estações Cais do Sodré e São Sebastião;
- Dia dos Namorados: encenações teatrais nas estações Jardim Zoológico, Marquês de Pombal, Alameda e Baixa Chiado, em que um casal, interpretado por palhaços, recriou um amor que acontece à primeira vista, mas à distância.
- Festival Cumplicidades: Festival Internacional de Dança Contemporânea de Lisboa que trouxe até ao metro uma mostra da sua arte, com três atuações estações Alameda, Marquês de Pombal e Cais do Sodré.
- Exposição sobre a Coleção Moderna/ Gulbenkian: mostra itinerante sobre as obras da Coleção do Fundador do Museu, presente nas estações Baixa-Chiado e Oriente, entre março e agosto.
- Dia Internacional dos Museus: difusão de um concerto de música clássica em todas as estações da rede através do sistema sonoro existente, a 18 de maio.

- Exposição fotográfica de Alfredo Cunha: mostra da exposição de fotografia de Alfredo Cunha, intitulada “A cidade que não existia – Amadora 1970-2020”, na estação Amadora.

Ao longo do ano foram desenvolvidas várias campanhas de comunicação, bem como o lançamento de novos projetos:

- Comunicação de forma periódica sobre as medidas adotadas pela Empresa no combate ao COVID-19 relativamente às ações de limpeza e de desinfecção, nomeadamente através da aplicação do produto Microbe Shield Z-71 da marca Zoono, nas estações e comboios;
- Divulgação do “selo de confiança”, fruto da parceria com a SGS, que garante a verificação das boas práticas na implementação das medidas de higienização, através da realização periódica de testes microbiológicos;
- Campanhas de sensibilização, de prevenção e de boas práticas sobre a COVID-19: campanha informativa “Por si e pelos outros” e “Viagem mais segura”: campanhas com o objetivo de alertar os clientes para a importância do cumprimento das recomendações da DGS na utilização do metro no atual contexto da pandemia causada pela COVID-19 e a adoção de boas práticas durante a viagem.
- Campanha de divulgação do P.I.S.A - Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental 2030: no âmbito da assinatura do Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020, o Metro apresentou 15 ações que incidem ao nível da energia, água, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.
- Lançamento da Rádio NiTfm no sistema sonoro das estações da rede Metro, fruto da parceria com esta rádio;
- Campanha comercial “Tudo tem o seu momento”: campanha com o objetivo de evitar, no regresso de férias, as filas nos serviços de atendimento presencial, tendo em conta das medidas de desconfinamento publicamente anunciadas e a retoma gradual da economia.
- Campanha de divulgação dos resultados do Inquérito de Satisfação do Cliente, realizado em Outubro de 2020;
- Campanhas informativas sobre produtos comerciais:
 - Abertura de postos Lisboa Viva urgente temporários;
 - Kiosk VIVA na estação Alameda, que permitem a emissão de cartões LV na hora;
 - Adesão e renovação online dos perfis 4_18 e Sub23, processo que permite a validação remota de processos que previamente eram tratados em regime exclusivamente presencial;
 - Implementação do Sistema Contactless nas MAVT’s;
 - Novo sistema de senhas nos Espaços Clientes e Postos Lisboa VIVA urgentes / APP Proximo®;
- Campanha de divulgação da loja online de produtos do Metro;
- Lançamento da página oficial de Twitter.

O Metropolitano de Lisboa consubstanciou, ao longo do ano de 2020, um conjunto de ações desenvolvidas através da implementação de estratégias de comunicação que ajudaram a organização a aumentar os seus níveis de desempenho e de eficiência, com resultados mais sustentáveis e um aumento da sua reputação, prevendo e identificando um conjunto de ações, medidas e projetos dirigidos aos stakeholders, imprensa e restante público, de forma segmentada ou geral.

O Metropolitano de Lisboa conseguiu, de forma estratégica e planificada, proporcionar uma maior visibilidade da sua marca, garantindo o fortalecimento da imagem externa da empresa, fomentando progressivamente o relacionamento com a imprensa e com os seus stakeholders institucionais, em matérias genéricas e respeitantes à modernização e à expansão da rede, designadamente a Tutela técnica e financeira, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de comerciantes das zonas de influência de algumas estações, Comissão de Utentes dos Transportes Públicos, entre outros.

Ao longo do ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa marcou presença em diversos eventos/conferências do setor, na sua maioria em formato digital face ao contexto pandémico que se verificou, partilhando e apreendendo as novas tendências do mercado.

A nível externo, foram, igualmente, organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, tais como assinaturas de contratos, reabertura de átrios, lançamento de novos produtos no que concerne a inovação do sistema de transportes, equipamentos e bilhética, entre outros.

De assinalar, igualmente, o projeto de preparação e implementação de um *microsite* sobre a expansão e modernização da rede do Metropolitano de Lisboa. Nesta matéria, foi desenvolvida a arquitetura e *layout* do site, bem como os respetivos conteúdos, e um plano de comunicação específico para divulgação do mesmo aquando da sua implementação.

O Metropolitano de Lisboa procedeu igualmente ao refrescamento da sua página na WEB institucional (Empresa), conferindo uma apresentação gráfica e de conteúdos mais apelativa na ótica do utilizador.

A nível interno, a empresa organizou diversas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, das quais se destacam as comemorações do 72.º aniversário de fundação do Metropolitano de Lisboa se assinalaram em janeiro de 2020 e, ainda, reuniões periódicas de Diretores e de Quadros, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

Ainda a nível interno, foi igualmente instituído o procedimento de atendimento ao cliente e público em geral a seguir no que concerne aos contactos externos rececionados no ML relativamente a pedidos de esclarecimentos, informação e reclamações relativas à modernização e expansão da rede, essencial para a boa imagem desta empresa.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano de Lisboa, em diversos programas televisivos de informação que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

Em 2020 o Metropolitano de Lisboa foi alvo de 6.234 notícias, presentes em 281 órgãos de comunicação social e que deram origem a um AVE no valor de 112.826.864 euros e a um ROI de 89.349.017 euros.

O número de artigos positivos/informativos representou 87% da totalidade das notícias no período em análise. O meio com mais notícias foi o canal televisivo "TVI24". Do total de notícias, 61% foram publicadas em meios *online*, 27% em meios audiovisuais e 12% em meios de imprensa escrita. Relativamente à classe das fontes, destacam-se os meios de informação geral com 90% do total de notícias.

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Em 2020, em virtude dos constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19 verificados a partir do mês de março nas deslocações ao estrangeiro, o Conselho de Administração determinou a suspensão das deslocações ao estrangeiro.

Ainda assim, a empresa manteve o esforço de aprofundamento progressivo da participação em atividades desenvolvidas pelas entidades internacionais de que o Metropolitano de Lisboa é membro associado.

Neste contexto, em 2020, o Metropolitano de Lisboa manteve ativa a sua participação no Policy Board da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, na qualidade de Embaixador nacional naquele órgão, posição a que Portugal tem direito em função do montante de quotizações atualmente pagas pelos membros portugueses da UITP.

Com o acordo da Transtejo, S.A. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa E.M., S.A. a representação naquele órgão deverá continuar a ser assumida pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, no mandato que se inicia em junho de 2021.

De relevar, ainda, a decisão conjunta com a UITP de adiamento para o ano de 2022, da realização da reunião dos órgãos de governo daquela associação - o Executive Board, o PresCom e o Policy Board - em Lisboa, inicialmente prevista ocorrer

em abril de 2021, em virtude das limitações impostas pelo cenário pandémico na organização de eventos e deslocações internacionais.

Manteve-se contudo, durante o ano, uma participação do Vogal do Conselho de Administração, Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga Costa, na qualidade de membro efetivo do Comité União Europeia da UITP, órgão que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias.

Importa, ainda, realçar a continuidade em 2020, do Diretor de Segurança e Vigilância do Metropolitano de Lisboa, Eng.º António Valente, no cargo de Presidente do Comité de Segurança da UITP, para um mandato renovável de dois anos iniciado em 2019, com representação nos principais órgãos de gestão da UITP. Ao longo do ano, a empresa participou, também, em várias reuniões virtuais dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para as reuniões do Policy Board (abril, maio e outubro), da Assembleia Geral (por procedimento escrito nos meses de junho e julho), Assembleia de Metros (junho) e do PresCom da Associação (abril e junho), todas realizadas em formato virtual.

Em 2020, o Metropolitano de Lisboa participou, igualmente, nas principais reuniões da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), com a presença assegurada pela Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Campos, que ocupa o cargo de 5.º Vogal do Comité de Direção da referida associação, entre as quais a Assembleia Geral Extraordinária para alteração dos Estatutos da Associação (junho) e as reuniões estatutárias – Comité de Direção e Assembleia Geral – realizadas virtualmente durante o mês de novembro.

Destaca-se, ainda, a participação da Diretora de Capital Humano, Dra. Paula Martins, na 25.ª reunião dos Comités Técnicos da ALAMYS, 30 de junho a 1 de julho (sempre em formato virtual), subordinada ao tema “O papel do transporte público metroferroviário em tempos de pandemia”, na qual apresentou uma comunicação intitulada “O impacto da COVID-19 na Gestão de Pessoas – O caso ML”.

Para além da participação em inúmeras reuniões e *workshops* virtuais dedicados ao tema da Pandemia COVID-19, organizados em 2020 pela UITP, pela ALAMYS e pelo Grupo COMET de benchmarking de metros, o Metropolitano de Lisboa colaborou também em diversos estudos relacionados com esta temática.

O Metropolitano de Lisboa participou, ainda, durante 2020, em atividades relevantes de *benchmarking* de metros, tendo estado representado nas reuniões gerais do Grupo de Benchmarking de Metros NOVA/CoMET, que se realizaram em formato virtual, nos meses de abril, julho e outubro.

O Metropolitano de Lisboa deu, também, continuidade à participação nas atividades do CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, sediado em Bruxelas e reconhecido pela União Europeia como parceiro social.

No que se refere à participação do Metropolitano de Lisboa em eventos presenciais, destaca-se apenas a participação de representantes do Metropolitano de Lisboa na Conferência “Transporte Ticketing 2020”, realizada em Londres no mês de janeiro e na Feira SICUR 2020, que teve lugar em Madrid, no mês de fevereiro, sendo estas as únicas deslocações ao exterior efetuadas durante o ano de 2020, no período que antecedeu a fase de confinamento social no âmbito do combate à Pandemia COVID-19.

Em 2020, em virtude das restrições aplicadas às deslocações internacionais na maioria dos países, o Metropolitano de Lisboa não recebeu pedidos para acolher visitas de delegações estrangeiras às suas instalações e obras.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O ano de 2020 foi de continuidade no compromisso com as partes interessadas, quer junto dos colaboradores suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e proteção da parentalidade, quer reforçando a intervenção junto da comunidade e no contributo para causas solidárias.

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, o METRO desenvolveu e apoiou várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Renovação do protocolo de colaboração com O “COMPANHEIRO” – IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho e participação em atividades de carácter oficial;
- Colaboração com o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo;
- Recuperação do espaço de convívio da Casa das Cores, uma IPSS que é um Centro de Acolhimento Temporário para crianças em perigo, e dotação de equipamentos para o apartamento de autonomia da FASL Fundação António Silva Leal que atua na proteção da infância, juventude, adultos e idosos em situação de risco ou de desintegração e exclusão social;
- Campanhas de recolha de alimentos no âmbito da para ajuda à instituição o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo;
- Campanhas de angariação de vestuário no âmbito da iniciativa “Vista esta Causa”, a favor da Associação O COMPANHEIRO, que permitiu doar ao Banco de Roupas do Companheiro 1.015 kg de roupa e brinquedos;
- Parceiro estratégico do movimento “Giving Tuesday”, permitindo doar ao CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo, bens alimentares para apoio à preparação de refeições quentes que são servidas às pessoas nas ruas durante todos os dias do ano;
- Apoio ao ASE – Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica no âmbito da Iniciativa “Caixinha dos Desejos”, com o apadrinhamento dos desejos e confortando o Natal dos seus residentes;
- Iniciativa “Tampinhas”, em parceria com uma IPSS, visando contribuir para aquisição de materiais e equipamentos com vista ao desenvolvimento pela associação de atividades no terreno que visem a promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual e multideficiência.

IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

O Grupo ML assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ODS5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS16 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

[\(https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/\)](https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/)

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o METROPOLITANO promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- Enquanto associada do BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) o ML integra o conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos;
- Enquanto membro da “Union Internationale des Transports Publics (UITP), o METROPOLITANO aderiu à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos/“Women in Transport-EU Platform for Change”, identificando boas práticas de Igualdade entre géneros, seguidas no ML, para integração na plataforma coordenada pela UITP “Women un Trasport-EU Plataform for Change”;
- Enquanto membro do iGen-Fórum Empresas para a Igualdade de Género, o METROPOLITANO associou-se à CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego na divulgação de campanha nacionais de sensibilização em matérias como a violência doméstica, igualdade salarial, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância de relevar a igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis, junto do maior número possível de colaboradores;
- No âmbito da IGEN, o CA renovou o acordo de adesão ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – o nosso compromisso”, assumindo assim os compromissos que se consubstanciam em medidas e/ou práticas em matéria de Igualdade de Género, conforme vertidos no Acordo de Adesão mediante a sua assinatura em janeiro de 2020;

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Acordo-de-Ades%C3%A3o-IGEN_original-assinado.pdf

- Para promover uma maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre homens e mulheres”, o METROPOLITANO criou o Espaço Bebé na Estação Alameda II – espaço multifunções destinado a pais e filhos, apoiado pelo Ministério do Ambiente e Transição Energética, no âmbito do programa “3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar”;
- O METROPOLITANO participou ainda em ações de sensibilização sobre Assédio Moral, Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, Agenda 2030 – uma agenda de inovação na gestão pública e sustentabilidade.

E. CAPITAL NATURAL

O Metropolitano de Lisboa em 2020 transportou 90,6 milhões de passageiros. Este indicador corresponde a menos 93,2 milhões de passageiros relativamente ao ano de 2019, em que foram transportados 183,8 milhões de passageiros, correspondendo a uma variação negativa de -50,7%. Num ano de pandemia e de confinamento este valor reduziu substancialmente. No entanto é de realçar que a manutenção da oferta de serviço do ML foi relevante para a manutenção da atividade económica e para permitir a mobilidade a todos os trabalhadores dos serviços essenciais quando a cidade de Lisboa este confinada.

Enquanto mobilidade sustentável, o Metropolitano de Lisboa assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia e para a minimização dos impactes ambientais.

Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente é feita uma análise dos impactes ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo ML, sendo estes:

Positivos:

- Valorização de resíduos promovendo a economia circular.

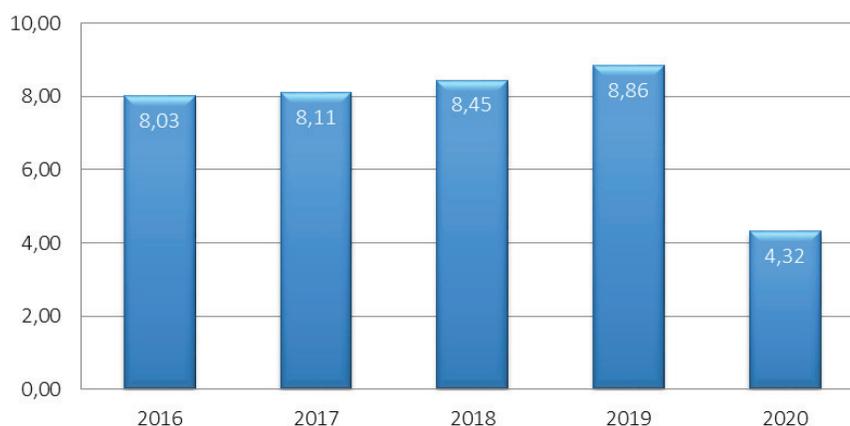
Negativos:

- Consumo de energia elétrica, na generalidade das atividades realizadas no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica;
- Consumo de gás.

Durante o ano de 2020 mantiveram-se os esforços no sentido da implementação de soluções mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente em termos dos sistemas de iluminação e de ventilação.

Em 2020, os passageiros x km transportados por unidade de energia, fruto da pandemia, registaram uma quebra de 51%, contrariando a tendência crescente verificada nos últimos anos.

Gráfico 10 – Eficiência energética



No início de 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com “Lisboa – Capital Verde”, o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas seguintes ações incidem ao nível da energia, água, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania:

- Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED;
- Instalação de central fotovoltaica no PMO II;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes;
- Adoção do uso de água reutilizada para lavagem e rega nas novas estações e no PMO III;
- Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria;
- Instalação nas estações e edifícios de equipamentos de monitorização da qualidade do ar e partilha dos dados com a CML;
- Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento do Metro;
- Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos;
- Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos;
- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo;
- Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos;
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do Metro;
- Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas;
- Informação multimodal no site do Metro.

Durante o primeiro ano de vigência do PISA 2030 foram concluídas, com sucesso, quatro (4) destas medidas, encontrando-se em curso oito (8) medidas.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2020, o Grupo ML apresentou resultados líquidos consolidados negativos de 57.133.727 e resultados líquidos negativos nas contas individuais de 57.131.391 euros, tendo estes últimos sido objeto de proposta por parte do Conselho de Administração no sentido de serem integralmente transferidos para resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração deverá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade.

O Conselho de Administração


Presidente

Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:41:15
+01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO
CAMPOS

Digitally signed by MARIA
HELENA ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:41:57
+01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA
DA COSTA**

Num. de Identificação: 11474722

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

V. ESTRATÉGIA

1. PERSPETIVAS

O projeto mais relevante do Metropolitano de Lisboa para os próximos anos consiste no prolongamento da atual rede do Metro desde a estação Rato até à estação Cais do Sodré, cerca de 2 km em túnel, e na construção de dois novos viadutos no Campo Grande, com cerca de 500 m, garantindo as novas ligações das linhas Amarela e Verde.

Serão, também, construídas duas novas estações de metro em áreas consolidadas da cidade – Estrela e Santos - e será remodelada a estação Cais do Sodré, que constitui uma das mais importantes interfaces de Lisboa, cuja área de influência será alargada com a construção de um novo átrio e de novos acessos à superfície e de ligação com o comboio. Todas as estações terão acessibilidade plena, assegurada através de elevadores que ligarão os cais à superfície.

A desconexão das atuais linhas Amarela e Verde vai permitir uma oferta e uma distribuição dos clientes na rede do Metropolitano de Lisboa mais equilibrada.

Associado ao projeto, e com financiamento nacional já garantido, encontra-se a aquisição de novo material circulante e a implementação do novo sistema de sinalização do tipo CBTC (*Communications Based Train Control*) em ATO (*Automatic Train Operation*).

A instalação de um novo sistema de sinalização aumentará o nível de segurança da operação pelo controlo contínuo da velocidade e pela localização mais precisa do comboio, introduzindo eficiências no sistema, reduzindo-se o consumo de energia de tração, através da otimização da gestão de deriva, energia de travagem regenerativa e gestão da frequência permitindo também o aumento da velocidade comercial.

O projeto de expansão da rede tem como principais objetivos:

- Promover a transferência modal para modos de transporte menos poluentes, contribuindo para a descarbonização do setor dos transportes;
- Melhorar a integração das redes de transporte público metropolitanas e urbanas, com impacto na mobilidade no centro da cidade e de quem acede a Lisboa, com destaque para a linha de Cascais e para a margem sul do rio Tejo, promovendo a multimodalidade e permitindo uma rápida distribuição em Lisboa;
- Alargar a cobertura territorial da rede de metro e melhorar o atual serviço, aumentando a capacidade/oferta e a procura do metro e permitindo uma circulação mais cómoda e rápida por anulação da necessidade de transbordo na rede numa parte significativa das viagens;
- Reestruturar a rede, unindo os eixos que registam a maior procura na rede ML e com características semelhantes, consolidando o serviço no núcleo central da cidade e possibilitando futuras expansões da rede sem comprometer o serviço sustentável no centro;
- Reduzir a poluição atmosférica e o congestionamento rodoviário e melhorar a saúde pública e a qualidade de vida de quem vive e trabalha em Lisboa;
- Tornar a Área Metropolitana de Lisboa mais competitiva ao proporcionar uma melhor mobilidade a todos os cidadãos, incluindo os que têm mobilidade condicionada - a força motriz para se aceder a direitos fundamentais e possibilidades diversas.

Os projetos de infraestruturas de transportes têm um potencial de desenvolvimento socioeconómico com vários efeitos multiplicadores que extrapolam, em larga medida, os lucros financeiros diretamente a imputáveis aos mesmos. A garantia de acessibilidade congrega questões de equidade territorial, mas também de posicionamento do município em termos de atratividade para o investimento privado e criação de emprego.

O impacto deste projeto de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa e infraestruturas não se cinge às zonas urbanas que serão servidas por novas estações Estrela e Santos. Trata-se de um projeto que trará grandes vantagens e que se estende, igualmente, por toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Efetivamente, quem beneficia diretamente do projeto é a população que reside, trabalha ou estuda na área de influência das futuras estações Estrela e Santos, de todas as estações da rede atual que farão parte da futura linha circular (19 estações) e ainda aqueles que acedem à rede ML, nomeadamente através das principais interfaces desta mesma linha (Cais do Sodré, Entrecampos e Campo Grande). Assim, beneficiam também as pessoas que se deslocam dos concelhos de Oeiras, Cascais, Cacilhas, Seixal e Montijo, até ao Cais do Sodré e das linhas de Sintra/Azambuja e do Sul/Setúbal, até Entrecampos.

Este Plano de Expansão irá contribuir estrategicamente para o desenvolvimento socioeconómico na medida em que todo o sistema de transportes terá uma melhoria, ao desenvolver-se uma forte conectividade assente numa eficaz multimodalidade, com um serviço na área central da cidade de melhor qualidade e com mais capacidade.

Para além disso, tratando-se de um serviço público, promove a inclusão social, a utilização da rede por pessoas com mobilidade condicionada e a consequente melhoria da sustentabilidade do sistema.

Com o aumento da procura verificado no início de 2019, incrementado com a entrada em vigor do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, o Metropolitano de Lisboa aumentou, nesse ano, a velocidade de circulação na hora de ponta para aumentar a oferta de transporte dando, assim, resposta ao aumento da procura verificada nesse ano.

Assim, após a implementação do PART, o Metropolitano de Lisboa introduziu novos horários de comboios nas linhas Amarela, Vermelha e Azul, às horas de ponta da manhã e da tarde, situação que possibilitou o aumento da velocidade para 60 km/h, com o consequente aumento da frequência dos comboios e a inerente redução dos tempos de espera.

Com esta medidas o Metropolitano de Lisboa viu reconhecido o esforço que tem vindo a desenvolver, desde 2017, para dar resposta adequada às exigências e às expectativas dos seus clientes, reforçando a sua posição como transportador estruturante na Área Metropolitana de Lisboa, o que se traduz numa melhoria do seu desempenho global, designadamente na qualidade do serviço que diariamente presta, contribuindo para a consolidação de formas de mobilidade urbana mais sustentáveis, com efeitos positivos na descarbonização, na redução do congestionamento e na sinistralidade.

Contudo, em 2020, face ao surto da COVID-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, o Metropolitano de Lisboa atualizou os seus planos de contingência e a implementou medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo SARS-COVID-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos.

Nestes termos, e face ao pandémico verificado, e mesmo tendo o Metropolitano de Lisboa adotado um plano de resposta relativamente às suas atividades com vista a assegurar a continuidade das operações, com as menores perdas possíveis, a empresa registou, no ano em apreço, uma diminuição da procura e, consequentemente, da receita. A oferta foi sendo alvo de monitorização permanente a fim de se ajustar às necessidades que se iam verificando.

Em 2020 o Metropolitano de Lisboa transportou 90,6 milhões de passageiros. Este indicador corresponde a menos 93,2 milhões de passageiros relativamente ao ano de 2019, em que foram transportados 183,8 milhões de passageiros, correspondendo a uma variação negativa de -50,7%.

Ainda como estratégias não menos prioritárias para o Metropolitano de Lisboa encontram-se igualmente previstos os estudos dos prolongamentos da linha Amarela entre Telheiras e Benfica e da linha Vermelha entre Aeroporto e Entre Campos e o futuro prolongamento da linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara, este último com previsão de abertura ao público até 2025. Este prolongamento da linha Vermelha entre S. Sebastião até Alcântara, cuja estação se constituirá como um novo importante interface de transportes, articulando com os serviços ferroviários suburbanos contribuirá, decisivamente, para a melhoria significativa da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. Conta com um investimento de 280 milhões de euros, valor não inclui material circulante)

Este investimento prevê a extensão adicional da rede do Metro de Lisboa em 3,7 km: 3,3 km em túnel + 0,4 km em viaduto, além da construção de 4 novas estações: Amoreiras, na zona do cruzamento das Avenidas Conselheiro Fernando de Sousa e Engenheiro Duarte Pacheco; Campo de Ourique, situada na Rua Tomás da Anunciação; Infante Santo, situada no arruamento com o mesmo nome; Alcântara, em viaduto sobre a Avenida de Ceuta.

Acrescem, também, a realização, pelo Metropolitano de Lisboa, mediante acordo celebrado com as Câmaras de Lisboa, Oeiras, Loures e Odivelas, dos estudos referentes ao LIOS – Linha Intermodal Ocidental e Oriental Sustentável e a um novo Sistema de Transporte em Sítio Próprio/Metro Ligeiro de Superfície, na Área Metropolitana Norte, ligando em Odivelas, Infantado e Loures.

Em causa, estão 24,4 km de uma nova linha que pretende criar ligações rápidas com as linhas ribeirinhas de elétrico e de comboio da Linha de Cascais e Linha do Norte, bem como a expansão da linha vermelha em Alcântara. O objetivo deste projeto é assegurar uma ligação rápida e estruturante de transporte público pesado entre as respetivas zonas ribeirinhas e as principais interfaces em Lisboa. O investimento estimado na infraestrutura, parque de material e oficinas e material circulante é de 440 milhões de euros (este valor inclui material circulante e infraestruturas). Este projeto está dividido em duas partes: LIOS Ocidental e LIOS Oriental.

A LIOS Ocidental com cerca de 10,4 km e 17 paragens ligando o concelho de Oeiras (Cruz Quebrada, interface com a CP) ao concelho de Lisboa, na zona de Alcântara, futura interface com o prolongamento da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa e com a futura Estação da CP da Linha de Cintura. Este troço servirá as seguintes zonas: Cruz Quebrada, Jamor, Linda-a-Velha, Miraflores e Algés, no concelho de Oeiras, e as zonas do Restelo, Ajuda, Alto de Santo Amaro e Alcântara, em Lisboa.

A LIOS Oriental com cerca de 14 km e 24 paragens ligará os concelhos de Lisboa, em Santa Apolónia, a Loures, em Sacavém, com interface com a mesma estação da CP. Este troço servirá as freguesias de Lisboa nas suas zonas ribeirinha de São Vicente, Penha de França, Beato, Marvila, Parque das Nações e, em Loures, as freguesias de Moscavide, Portela, Sacavém e Prior Velho.

A ligação entre Loures e a rede do Metropolitano de Lisboa em Odivelas, numa extensão de 12 km, utilizará um material circulante mais ligeiro do que a ferrovia, operando numa plataforma segregada do resto do tráfego, com vias reservadas. Estas características permitem o reforço da oferta de transporte num menor prazo de tempo, pela sua maior rapidez de execução e menores valores de investimento e custos de operação colmatando assim a ausência de um modo de transporte de elevada capacidade neste corredor de procura suburbana.

O metro ligeiro de superfície Loures – Odivelas servirá as freguesias de Loures, Santo António dos Cavaleiros e Frielas, no concelho de Loures, com cerca de 11 paragens num total de 8,4 km (traçado ainda suscetível de alterações, embora não significativas). E ainda as freguesias de Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto, Odivelas, Ramada e Caneças, no concelho de Odivelas, com cerca de 7 paragens num total de 4,0 km (traçado ainda suscetível de alterações, embora não significativas), localizando-se os dois términos no concelho de Loures. Esta linha irá estender-se num corredor em “C”, que ligará o Hospital Beatriz Ângelo ao Infantado, com interface e transbordo para Lisboa na estação de Metropolitano em Odivelas. Conta com um investimento de 250 milhões de euros.

Nota: Todos os investimentos referentes à expansão da rede e do LIOS referenciados encontram-se previstos no PNI 2030 – Plano Nacional de Investimento, no PRR 2021-2026 – Plano de Recuperação e Resiliência, no PRE 2020-2030 – Plano de Recuperação da Economia e/ou no PEES 2020-2021 – Programa de Estabilização Económica e Social.

2. OBJETIVOS ESTRAGÉTICOS

O Metropolitano de Lisboa definiu, para o triénio 2021-2023, os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente
3. Reforço da vertente Inovação
4. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente
5. Promover a sustentabilidade ambiental e energética
6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa
7. Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 7 – Os ODS assumidos pelo METRO



Para a consecução destes objetivos estratégicos foi definido um conjunto de ações concretas, monitorizáveis através de metas quantificáveis.

<p>Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura; • Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado; • Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novos aumentos de procura.
<p>Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte facilitando e simplificando a sua utilização; • Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade; • Melhoria da limpeza de estações e comboios; • Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente; • Aumento da oferta e da qualidade dos espaços comerciais existentes nas estações.

Reforço da vertente Inovação



- Reforço de uma estratégia de inovação que permita a monitorização permanente pela empresa da sua envolvente externa, integrando os respetivos resultados numa base assente numa cultura com critérios de liderança que contribuam progressivamente para um ambiente propício à inovação e mudança na organização;
- Definição de uma estratégia de inovação valorizando o seu alinhamento com a estratégia corporativa através da definição de um plano de atividades e objetivos concretos e mensuráveis que permitam o seu acompanhamento e subsequente monitorização;
- Adequação gradual da cultura da empresa à dinâmica de mudança inerente à inovação.

Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente



- Substituição do atual sistema de sinalização convencional por um sistema CBTC – *Communications-Based Train Control* e aquisição de novo material circulante;
- Construção de um Anel Circular no centro de Lisboa, prolongando a linha entre o Rato e o Cais do Sodré, com duas novas estações (Estrela e Santos);
- Lançamento do concurso da extensão da linha Vermelha, entre S. Sebastião e Alcântara (projeto em fase de financiamento), com data prevista de entrada em exploração do novo troço antes de 2027;
- Alargamento da sinalização CBTC à linha Vermelha e ao Material Circulante ainda não revisto (41 UT);
- Construção de um novo Posto de Comando Central resultante da alteração do sistema de sinalização;
- Estudar, analisar, e propor e procurar aprovar as futuras ampliações da rede do ML;
- Requalificação e alargamento do cais da estação Arroios;
- Programação da criação de acessibilidades plenas em mais 11 estações até 2024;
- Renovação do sistema de videovigilância centralizada, do sistema de supervisão das instalações técnicas e revisão das portas de todo o Material Circulante existente;
- Alteração do Sistema Central de Bilhética e renovação dos equipamentos de venda e canais.
- Outros estudos previstos: - Prolongamento da linha Amarela, entre Telheiras e Benfica, com ligação ao PMO III; - Projeto de expansão de cobertura intermodal da atual linha Amarela com um novo modo de transporte, em sítio próprio; - Projeto “LIOS, Linha Intermodal Sustentável”.

Promover a sustentabilidade ambiental



- Substituição genérica dos sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED;
- Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
- Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais ao nível dos sistemas de ventilação e AVAC;
- Redução do consumo de papel;
- Eliminação do uso de plástico descartável.

Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa



- Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público, clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
- Resolução de situações de dívidas existentes;
- Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente, do atual PMO I;
- Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores



- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Implementação do plano para a igualdade de género.

Resposta à COVID-19

- Adaptação da oferta e respetivos serviços aos novos índices de procura;
 - Garantia do cumprimento da distância social entre os clientes e trabalhadores nas estações;
 - Disponibilização de álcool gel em todas as instalações e estações da rede Metro;
 - Implementação de campanhas de comunicação para captação de novos clientes com as seguintes perspetivas: - É seguro andar no Metro; - Utilização obrigatória de máscara; - Divulgação de outras medidas.
-

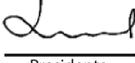
VI. ANEXOS

i. Declarações Finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2020, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
- b. Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- c. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
- d. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração


Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:42:11
Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA
ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:43:37 +01'00'
Metropolitano de Lisboa

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por : **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA
DA COSTA**
Num. de Identificação: 11474722
Ur. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 28 de julho de 2021

ii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de Dezembro de 2020, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração


Presidente
Digitally signed by VÍTOR MANUEL
JACINTO DOMINGUES DOS
SANTOS
Date: 2021.07.28 18:42:57 +01'00'
Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA
HELENA ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:44:37
+01'00'
Metropolitano de Lisboa

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por : **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA
DA COSTA**

Num. de Identificação: 11474722

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 28 de julho de 2021

iii. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de Dezembro de 2020, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Assinado por : **José Carlos Pereira Nunes**
Num. de Identificação: BI04833126
Data: 2021.07.28 23:00:55+01'00'

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Assinado por : **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: BI10415151
Data: 2021.07.28 22:12:52+01'00'

Dra. Cristina Maria Pereira Freire

Assinado por : **MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: BI09504700

Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Lisboa, 28 de julho de 2021

iv. Demonstrações Financeiras Consolidadas e seus Anexos

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Unid. monetária (Euro)	
Rubricas	Notas	31 dezembro 2020	31 dezembro 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	5 390 701 851	5 249 978 288
Ativos fixos tangíveis	7	202 822 908	226 778 374
Ativos sob direito de uso	8	181 232	234 809
Propriedades de investimento	9	12 621 462	13 495 310
Ativos intangíveis	10	1 830 771	691
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	342 236	566 304
Outros ativos financeiros	12	54 065 280	58 096 755
Total do ativo não corrente		5 662 565 741	5 549 150 531
Ativo corrente			
Inventários	13	10 836 101	7 737 745
Clientes	14	3 181 426	3 235 837
Estado e outros entes públicos	15	4 748 628	3 765 890
Outros créditos a receber	16	41 047 678	37 878 068
Caixa e depósitos bancários	17	51 625 304	36 113 165
Total do ativo corrente		111 439 137	88 730 705
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5 390 701 851	5 249 978 288
Total do ativo afeto à operação		383 303 026	387 902 948
TOTAL DO ATIVO		5 774 004 878	5 637 881 236
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	18	3 413 998 982	3 093 575 218
Reservas legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 883 675 004)	(1 871 784 573)
Excedentes de revalorização		37 234 076	37 234 076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	21 e 30	(10 921 000)	2 306 279
		1 558 160 529	1 262 854 474
Resultado líquido do período		(57 133 727)	(16 879 256)
Total do capital próprio		1 501 026 801	1 245 975 218
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1 946 015 681	2 078 989 938
Provisões	19	1 398 069	1 251 760
Financiamentos obtidos	20	207 482 211	282 685 950
Passivos de locação	8	2 661	62 559
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	274 600 485	271 350 648
Outros passivos financeiros	22	45 860 577	62 357 876
Total do passivo não corrente		2 475 359 685	2 696 698 731
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1 056 477 888	1 041 099 776
Fornecedores	23	9 046 753	11 808 275
Estado e outros entes públicos	15	3 550 718	3 256 863
Financiamentos obtidos	20	664 700 142	580 970 000
Passivos de locação	8	180 908	178 229
Outras dívidas a pagar	24	63 661 984	57 894 144
Total do passivo corrente		1 797 618 392	1 695 207 287
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 002 493 569	3 120 089 714
Total do passivo afeto à operação		1 270 484 507	1 271 816 304
Total do passivo		4 272 978 076	4 391 906 018
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5 774 004 878	5 637 881 236

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Digitally signed by VITOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:44:08 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:46:01 +01'00'

Metropolitano de Lisboa

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2021.07.28 12:44:52 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA DA COSTA**

Num. de Identificação: 11474722 Miguel de Bastos Veiga da Costa

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	25	67.524.950	120.067.083
Subsídios à exploração	26	21.740.836	516.729
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27	(331.929)	248.548
Trabalhos para a própria entidade		4.923.254	4.360.102
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(2.613.840)	(3.596.083)
Fornecimentos e serviços externos	28	(29.017.161)	(30.540.747)
Gastos com o pessoal	29	(82.335.816)	(82.239.701)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	13	299.936	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14 e 16	535.309	863.498
Provisões (aumentos / reduções)	19	240.363	556.441
Aumentos / reduções de justo valor	12 e 22	16.130.888	24.535.909
Outros rendimentos	30	3.045.838	6.246.447
Outros gastos	31	(6.770.851)	(2.991.289)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6.628.223)	38.026.937
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 a 10	(25.741.819)	(29.612.285)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7 a 10	(318.005)	1.779.952
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(32.688.047)	10.194.604
Juros e gastos similares suportados	32	(24.408.480)	(26.965.966)
Resultado antes de impostos		(57.096.527)	(16.771.361)
Imposto sobre o rendimento do período	33	(37.200)	(107.895)
Resultado líquido do período		(57.133.727)	(16.879.256)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(57.133.727)	(16.879.256)
Interesses que não controlam		-	-
		(57.133.727)	(16.879.256)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Presidente
Digitally signed by VITOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:44:55 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:46:47 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2021.07.28 12:45:24 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA DA COSTA**
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa
Num. de Identificação: 11474722

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / correções no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Unid. monetária (Euro) Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2019		2 543 791 006	21 597	1 501 878	(1 843 892 138)	37 234 076	26 046 504	(27 892 435)	736 810 888	736 810 888
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018	21				(27 892 435)			27 892 435	(22 428 842)	(22 428 842)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	30						(1 311 783)		(1 311 783)	(1 311 783)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(23 740 626)	27 892 435	(23 740 626)	(23 740 626)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019								(16 879 256)	(16 879 256)	(16 879 256)
Resultado Integral								(40 619 882)	(40 619 882)	(40 619 882)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		549 784 212							549 784 212	549 784 212
		549 784 212							549 784 212	549 784 212
Posição em 31 de dezembro de 2019		3 093 575 218	21 597	1 501 878	(1 871 784 573)	37 234 076	2 306 278	(16 879 256)	1 245 975 218	1 245 975 218
Posição em 1 de janeiro de 2020		3 093 575 218	21 597	1 501 878	(1 871 784 573)	37 234 076	2 306 278	(16 879 256)	1 245 975 218	1 245 975 218
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019	21				(16 879 256)			16 879 256	(8 244 433)	(8 244 433)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	30						(4 988 825)		5 979	5 979
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(13 227 278)	16 879 256	(8 238 453)	(8 238 453)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020								(57 133 727)	(57 133 727)	(57 133 727)
Resultado Integral								(65 372 181)	(65 372 181)	(65 372 181)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		320 423 764							320 423 764	320 423 764
		320 423 764							320 423 764	320 423 764
Posição em 31 de dezembro de 2020		3 413 998 982	21 597	1 501 878	(1 883 675 004)	37 234 076	(10 921 000)	(57 133 727)	1 501 026 801	1 501 026 801

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Presidente
Digitally signed by VITOR
MANUEL JACINTO DOMINGUES
DOS SANTOS
Metroplista Date: 2021.07.28 18:45:46 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos


Digitally signed by MARIA HELENA
ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Metroplista Date: 2021.07.28 16:47:39 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
Date: 2021.07.28 12:45:54 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Assinado por : **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA DA COSTA**
Num. de identificação: 11474722
L.º Miguel de Bastos Veiga da Costa

Grupo ML

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2020	2019
Resultado líquido do período		(57.133.727)	(16.879.256)
Outro rendimento integral do período			
Plano de benefícios definidos – perdas atuariais	21	(8.244.433)	(22.428.842)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		5.979	(1.311.783)
		(8.238.453)	(23.740.626)
Total do rendimento integral do período		(65.372.181)	(40.619.882)
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(65.372.181)	(40.619.882)
Interesses que não controlam		-	-
		(65.372.181)	(40.619.882)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Digitally signed by VITOR MANUEL
JACINTO DOMINGUES DOS
SANTOS
Date: 2021.07.28 18:46:39 +01'00'

Presidente

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO CARRASCO
CAMPOS
Digitally signed by MARIA
HELENA ARRANHADO CARRASCO
CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:48:24 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL
GALANTE ANTUNES
PAIVA
Digitally signed by PEDRO
MIGUEL GALANTE ANTUNES
PAIVA
Date: 2021.07.28 12:46:35
+01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Assinado por : **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA
DA COSTA** Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa
Num. de Identificação: 11474722

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		67.079.254	134.234.534
Pagamentos a fornecedores		(46.620.972)	(30.265.288)
Pagamentos ao pessoal		(84.161.972)	(69.282.988)
Caixa gerada pelas operações		(63.703.691)	34.686.257
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'	26	20.299.084	-
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(298.564)	4.382.994
Outros recebimentos / pagamentos		1.716.797	(22.984.100)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		(41.986.375)	16.085.151
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	8.607
Investimentos financeiros		257.345	65.610
Subsídios ao investimento		31.474.692	26.763.683
Juros e rendimentos similares		71.272	119.966
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(73.923.477)	(9.925.019)
Ativos intangíveis		(700)	(1.037)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		(42.120.868)	17.031.810
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		203.813.049	131.884.780
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		320.423.764	549.784.212
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(274.682.375)	(481.099.527)
Juros e gastos similares		(149.935.057)	(221.607.031)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		99.619.382	(21.037.566)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		15.512.138	12.079.396
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		36.113.165	24.033.770
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	51.625.304	36.113.165

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Digitally signed by VITOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:47:29 +01'00'

Presidente

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:49:13 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2021.07.28 12:47:19 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Assinado por : PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA

DA COSTA

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Num. de Identificação: 11474722

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa (“Grupo”) formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

O ano de 2020 ficou inevitavelmente marcado pelo impacte causado direta e indiretamente pelo surto de Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País. O Grupo tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar as medidas necessárias de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactes económicos e financeiros da Pandemia na sua atividade. No entanto, e como seria expectável, os resultados de 2020 foram fortemente abalados por este surto, tendo a procura registado uma diminuição superior a 50% face a 2019 e o volume de negócios um decréscimo de cerca de 44%.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de julho de 2021, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia.

3.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Entre novembro de 2019 e outubro de 2020 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pelo Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2020:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2075/2019	Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	março 18	1-jan-2020
Regulamento n.º 2104/2019	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	outubro 18	1-jan-2020
Regulamento n.º 34/2020	Reforma das taxas de juro de referência (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)	setembro 19	1-jan-2020
Regulamento n.º 551/2020	IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	outubro 18	1-jan-2020
Regulamento n.º 1434/2020	IFRS 16 Locações: Concessões de rendas relacionadas com a Covid-19 (alterações)	maio 20	1-jan-2020

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 um conjunto de alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2097/2020	IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17): Extensão da exceção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações)	junho 20	1-jan-2021
Regulamento n.º 25/2021	IFRS 9 Instrumentos Financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações - Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (alterações)	agosto 20	1-jan-2021

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu entre maio de 2017 e maio de 2020 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	maio 17 e junho 20	1-jan-2023
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações)	janeiro e julho 20	1-jan-2023
IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações)	maio 20	1-jan-2022
IAS 16 Ativos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações)	maio 20	1-jan-2022
IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações)	maio 20	1-jan-2022
Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	maio 20	1-jan-2022

A Administração está a avaliar o impacto da adoção futura desta nova norma e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica “Interesses sem controlo”. Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2020	2019
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
Subsidiárias:			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2020	2019
Publím metro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00%
OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	Lisboa	14,29%	14,29%

No caso específico do Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010

e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, os quais são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;

- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	12 - 16
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 32

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.5. LOCAÇÕES

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de um pagamento.

Contabilização nos locatários:**Ativos de locações**

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

3.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.10. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.11. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Cientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo ‘Outros passivos financeiros’, os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2020		2019	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Outros ativos financeiros	12	54 065 280	-	58 096 755	-
		54 065 280	-	58 096 755	-
Correntes:					
Clientes	14		3 181 426	-	3 235 837
Estado e outros entes públicos	15		4 748 628	-	3 765 890
Outros créditos a receber	16		41 047 678	-	37 878 068
Caixa e depósitos bancários	17		51 625 304	-	36 113 165
			-	-	80 992 961
		54 065 280	100 603 036	58 096 755	80 992 961

Passivos Financeiros	Notas	2020		2019	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	20	-	207 482 211	-	282 685 950
Outros passivos financeiros	22	43 363 932	2 496 645	58 618 131	3 739 745
		43 363 932	209 978 856	58 618 131	286 425 696
Correntes:					
Fornecedores	23	-	9 046 753	-	11 808 275
Estado e outros entes públicos	15	-	3 550 718	-	3 256 863
Financiamentos obtidos	20	-	664 700 142	-	580 970 000
Outros dividas a pagar	24	-	63 661 984	-	57 894 144
		-	740 959 596	-	653 929 282
		43 363 932	950 938 453	58 618 131	940 354 978

3.13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual

é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração consolidada da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração consolidada dos resultados do período em que são pagos.

3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rédito proveniente dos projetos de consultoria.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Até 31 de março de 2019, o sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresentava uma significativa diversidade de títulos de transporte, sendo válidos os seguintes tipos de títulos no serviço prestado pelo ML:

- Passes intermodais – Títulos de validade mensal, as receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pela AML, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007;
- Passes combinados – Títulos combinados com outros operadores com quotas definidas conforme protocolos estabelecidos;
- Viagens Ocasionais/Zapping – Títulos combinados com outros operadores e válidos para um número de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

No primeiro trimestre de 2019, o rédito relativo ao serviço público de transporte foi determinado nos termos descritos nos pontos acima.

No início do mês de abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.

O PART criou um “passe único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operavam na AML, determinando, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

O rédito proveniente dos serviços relacionados com estudos e projetos de consultoria é reconhecido em regime de “time and materials” na data da prestação dos serviços (percentagem de acabamento), usualmente com base no custo das horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

3.19. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.20. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média	Cotação final	Cotação média	Cotação final
		2020	31/12/2020	2019	31/12/2019
Estados Unidos da América	USD	1,14	1,23	1,12	1,12
Reino Unido	GBP	0,89	0,90	0,88	0,85
Brasil	BRL	5,89	6,37	4,41	4,52
Argélia	DZD	144,83	161,33	133,71	133,67

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK

3.21. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas numa forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por estes concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2020, resultaria respetivamente num aumento de 1.120.562 euros e numa diminuição de 1.124.062 euros no resultado antes de imposto.

3.23. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- b) Perdas por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.
- d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.24. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 - Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio ‘Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas’.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria ‘Outros segmentos’.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é a seguinte:

EXERCÍCIO 2020			
RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	65 638 235	1 886 715	67 524 950
Subsídios à exploração	21 740 836	-	21 740 836
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(218 102)	(113 827)	(331 929)
Trabalhos para a própria entidade	4 652 146	271 108	4 923 254
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 613 840)	-	(2 613 840)
Fornecimentos e serviços externos	(28 374 426)	(642 735)	(29 017 161)
Gastos com o pessoal	(80 228 679)	(2 107 137)	(82 335 816)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	299 936	-	299 936
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	313 925	221 384	535 309
Provisões (aumentos / reduções)	(70 000)	310 363	240 363
Aumentos / reduções de justo valor	16 130 888	-	16 130 888
Outros rendimentos	2 647 311	398 527	3 045 838
Outros gastos	(6 737 947)	(32 904)	(6 770 851)
Resultados operacionais intersegmentos	(10 236 853)	10 236 853	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(17 056 570)	10 428 346	(6 628 223)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(15 367 161)	(10 374 658)	(25 741 819)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(318 005)	-	(318 005)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(32 741 735)	53 688	(32 688 047)
Juros e gastos similares suportados	(24 385 140)	(23 340)	(24 408 480)
Resultado antes de impostos	(57 126 875)	30 348	(57 096 527)
Imposto sobre o rendimento do período	(1 018)	(36 182)	(37 200)
Resultado líquido do período	(57 127 893)	(5 835)	(57 133 727)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(57 127 893)	(5 835)	(57 133 727)
Interesses que não controlam	(57 127 893)	(5 835)	(57 133 727)

EXERCÍCIO 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	116 730 349	3 336 734	120 067 083
Subsídios à exploração	516 729	-	516 729
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	255 065	(6 517)	248 548
Trabalhos para a própria entidade	3 102 102	1 258 000	4 360 102
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3 596 083)	-	(3 596 083)
Fornecimentos e serviços externos	(28 426 628)	(2 114 120)	(30 540 747)
Gastos com o pessoal	(80 056 942)	(2 182 759)	(82 239 701)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	128 641	734 856	863 498
Provisões (aumentos / reduções)		556 441	556 441
Aumentos / reduções de justo valor	24 535 909	-	24 535 909
Outros rendimentos	5 919 800	326 648	6 246 447
Outros gastos	(2 907 862)	(83 427)	(2 991 289)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 264 099)	8 264 099	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	27 936 981	10 089 956	38 026 937
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(19 215 791)	(10 396 494)	(29 612 285)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	1 779 952	-	1 779 952
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10 501 142	(306 538)	10 194 604
Juros e gastos similares suportados	(26 933 660)	(32 305)	(26 965 966)
Resultado antes de impostos	(16 432 518)	(338 843)	(16 771 361)
Imposto sobre o rendimento do período	(40 582)	(67 312)	(107 895)
Resultado líquido do período	(16 473 100)	(406 156)	(16 879 256)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(16 473 100)	(406 156)	(16 879 256)
Interesses que não controlam			
	(16 473 100)	(406 156)	(16 879 256)

31 DE DEZEMBRO DE 2020	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 662 817 371	111 187 507	5 774 004 878
Passivos do segmento	4 153 048 633	119 929 443	4 272 978 076

31 DE DEZEMBRO DE 2019	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 512 515 766	125 365 471	5 637 881 236
Passivos do segmento	4 213 800 658	178 105 360	4 391 906 018

5. RECLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Conforme disposto na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 1 - 'Apresentação de Demonstrações Financeiras', uma entidade deve apresentar outras linhas de itens quando essa apresentação for relevante para uma compreensão da posição financeira da entidade". Desta forma, procedeu-se à reclassificação das seguintes quantias comparativas na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada das alterações no capital próprio:

Demonstração consolidada da posição financeira

	31-dez-2019	31-dez-2019
	Reclassificado	Publicado
Capital próprio		
Resultados transitados	(1 871 784 573)	(1 832 244 219)
Excedentes de revalorização	37 234 076	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	2 306 279	-

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio
2019 (Publicado)			
Posição em 1 de janeiro de 2019	(1 780 611 159)	-	-
2019 (Reclassificado)			
Posição em 1 de janeiro de 2019	(1 843 892 138)	37 234 076	26 046 904

6. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2020	31-dez-2019
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6.1	3 156 568 295	3 136 289 617
Propriedades de investimento	6.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	6.3	7 276 591	7 174 558
Outros ativos financeiros	6.4	13 650 808	14 539 323
Clientes	6.5	2 041 708	-
Conta a receber do Estado	6.6	3 210 869 766	3 088 856 357
Subsídios	6.7	(1 001 509 526)	(998 685 776)
		5 390 701 851	5 249 978 288
Total do ativo		5 390 701 851	5 249 978 288
Passivo não corrente			
Provisões	6.8	6 190 197	13 154 246
Financiamentos obtidos	6.9	1 701 605 301	1 768 933 661
Outros passivos financeiros	6.4	238 220 183	296 902 031
		1 946 015 681	2 078 989 938
Passivo corrente			
Fornecedores	6.10	3 222 914	1 746 492
Financiamentos obtidos	6.9	969 097 803	981 165 999
Outras dívidas a pagar	6.11	84 157 171	58 187 285
		1 056 477 888	1 041 099 776
Total do passivo		3 002 493 569	3 120 089 714
Total ILD líquido		2 388 208 282	2 129 888 574

6.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2020					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 653 301 758	450 151 959	18 662 425	1 259 504	3 136 886 699
Aquisições	-	727 141	718 908	17 390 120	1 504 010	20 340 179
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	8 765 829	8 240 692	(16 830 492)	(54 580)	121 448
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	13 511 055	2 662 794 728	459 111 558	19 222 052	2 708 934	3 157 348 327
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	597 082	-	-	-	597 082
Aumentos	-	185 650	-	-	-	-
Reversões	-	(2 700)	-	-	-	(2 700)
Saldo final	-	780 032	-	-	-	780 032
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 662 014 696	459 111 558	19 222 052	2 708 934	3 156 568 295

	31 de dezembro de 2019					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 652 172 388	448 459 130	8 717 934	1 669 598	3 124 530 105
Aquisições	-	790 827	1 176 372	10 942 596	(410 094)	12 499 700
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	338 544	516 456	(998 106)	-	(143 106)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	13 511 055	2 653 301 758	450 151 959	18 662 425	1 259 504	3 136 886 699
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	597 082	-	-	-	597 082
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	597 082	-	-	-	597 082
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 652 704 675	450 151 959	18 662 425	1 259 504	3 136 289 617

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções e Equipamento básico”, no montante de 1.446.050 euros, referem-se essencialmente a intervenções no âmbito de remodelações e modernização das Linha Azul e Vermelha, nos montantes de 611.671 euros e 253.271 euros, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso -Edifícios e outras construções”, no montante de 11.542.900 euros, referem-se essencialmente a intervenções no âmbito de remodelações e modernização na Linha Verde e ao empreendimento da Linha Circular, nos montantes de 4.869.962 euros e 4.470.303 euros, respetivamente, e na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso - Equipamento básico”, no montante de 5.268.282 euros, a remodelações e modernização da rede ML e intervenções para a garantia de acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida, nos montantes de 4.702.649 euros e 563.483 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para a rubrica de Ativo fixo tangível, no montante de 17.006.521 euros, referem-se essencialmente à conclusão de intervenções no âmbito de remodelações e modernização das Linha Vermelha e Verde.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, no montante de 1.504.010 euros, referem-se a um adiantamento concedido no âmbito do empreendimento da Linha Circular.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram capitalizados os seguintes gastos departamentais no custo dos ativos fixos tangíveis:

	2020			2019		
	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total
Gastos departamentais	-	3 907 206	3 907 206	541 574	2 479 108	3 020 682
	-	3 907 206	3 907 206	541 574	2 479 108	3 020 682

6.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça General Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 543 032	1 804 209	-	-	1 804 209	8 160 981
	1 804 209			1 804 209	7 543 032	1 804 209			1 804 209	8 160 981

6.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2020			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial		5 138 543	2 019 827	16 188
Aquisições		-	-	106 237
Transferências		-	-	(4 204)
Saldo final		5 138 543	2 019 827	118 221
Total do ativo intangível bruto (ILD)		5 138 543	2 019 827	118 221

	31 de dezembro de 2019			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial		4 939 157	2 019 827	15 818
Aquisições		187 771	-	11 984
Transferências		11 615	-	(11 615)
Saldo final		5 138 543	2 019 827	16 188
Total do ativo intangível bruto (ILD)		5 138 543	2 019 827	16 188

	2020			2019		
	Ativo Intangível (AI)	AI em curso	Total	Ativo Intangível (AI)	AI em curso	Total
Gastos capitalizados AI						
Gastos departamentais	-	16 137	16 137	44 149	2 818	46 966
	-	16 137	16 137	44 149	2 818	46 966

6.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2020	31-dez-2019
40#METLIS CGDBI Jun2022	CGDBI	15/06/2022	12 545 916	29 596 079	420 000	1 215 000
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100 000 000	100 000 000	13 230 808	13 324 323
					13 650 808	14 539 323

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2020	31-dez-2019
20#METLIS BBVA Jun2020	BBVA	15/06/2020	33 751 997	-	-	15 438
32#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	40 000 000	18 666 667	1 155 422	1 998 243
38#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/06/2022	4 280 559	59 192 158	58 263 897	166 077 933
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100 000 000	100 000 000	21 409 134	23 994 281
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	79 202 910	52 491 443
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	78 188 820	52 324 693
					238 220 183	296 902 031

6.5. CLIENTES

Esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2020, um montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual debitada na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual deverá ser regularizada através de um acordo extrajudicial.

6.6. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto de selo	2 668 112 090	2 481 786 542
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	224 569 375	282 362 708
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	8 554 197	13 214 246
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	780 032	597 082
Perdas por imparidade em dívidas a receber	-	2 041 708
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 210 869 766	3 088 856 357

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.13 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos entre 1995 e 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

6.7. SUBSÍDIOS

	31-dez-2020	31-dez-2019
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(183 839 717)	(183 839 717)
Fundo Coesão	(379 786 103)	(376 640 062)
Fundo Ambiental	(3 853 912)	(4 176 205)
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 001 509 526)	(998 685 776)

6.8. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com ILD.

6.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	
				910 000 000	910 000 000		910 000 000	910 000 000	
Empréstimos bancários:									
ML III	BEI	54 867 769	-	-	-	54 867 769	3 009 084	-	3 009 084
ML II/B	BEI	99 759 579	-	-	-	99 759 579	6 650 639	-	6 650 639
ML II/C	BEI	54 867 769	3 657 851	1 828 926	5 486 777	54 867 769	3 657 851	5 486 777	9 144 628
ML I/3	BEI	124 699 474	21 204 453	-	21 204 453	124 699 474	25 968 000	21 204 453	47 172 453
ML I/3B	BEI	74 819 685	23 504 930	10 630 313	34 135 243	74 819 685	27 229 023	34 135 243	61 364 266
ML V/A	BEI	150 000 000	-	-	-	150 000 000	150 000 000	-	150 000 000
ML V/B	BEI	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
ML V/C	BEI	80 000 000	11 496 724	68 503 276	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	8 579 102	8 579 102	17 158 204	17 158 204	5 719 401	11 438 803	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	87 336 133	174 672 266	262 008 399	262 008 399	43 668 066	218 340 332	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	18 054 675	90 273 377	108 328 053	108 328 053	-	108 328 053	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	-	137 118 041	137 118 041				
			969 097 803	491 605 301	1 460 703 104		981 165 999	558 933 661	1 540 099 660
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
			-	300 000 000	300 000 000		-	300 000 000	300 000 000
Total de empréstimos obtidos			969 097 803	1 701 605 301	2 670 703 104		981 165 999	1 768 933 661	2 750 099 660

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do Despacho n.º 962/2020-SET, de 30 de dezembro, com diferimento para 31 de maio de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2022	168 397 964
2023	87 435 449
2024	387 435 449
2025 e seguintes	1 058 336 438
	1 701 605 301

Em 31 de dezembro de 2020, os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2020 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESpesas / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML III*), alterado em 10 de Março de 2006	0,00	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML II/B*)	0,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML I/3*), alterado em 10 de Março de 2006	21 204 453,45	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML I/3 B*), alterado em 10 de Março de 2006	34 135 243,18	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML II/C*)	5 486 776,84	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML V/A*), alterado em 10 de Março de 2006	0,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML V/B*), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML V/C*), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 320 826 473									

6.10. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

6.11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2020									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 218 059	808 781 953	129 208	25 553 157	24 515 259	1 559 888	29 973	1 098 754 681
Aquisições	-	37 760	445 043	-	373 017	74 677	4 672 390	-	5 602 888
Alienações	-	(1 866 432)	(458 800)	-	(788 982)	(56 518)	-	-	(3 170 732)
Transferências	-	977 165	1 809 081	-	(2 282 811)	(3 056 476)	(2 808 523)	-	(5 361 564)
Abates	-	-	(976 421)	-	(25 371)	-	-	-	(1 001 792)
Saldo final	20 967 185	216 366 552	809 600 857	129 208	22 829 011	21 476 942	3 423 755	29 973	1 094 823 483
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 302 964)	(623 671 781)	(129 208)	(22 742 540)	(15 999 296)	-	-	(871 845 790)
Depreciações do período	-	(727 587)	(23 180 816)	-	(540 065)	(383 009)	-	-	(24 831 477)
Alienações	-	1 866 432	458 800	-	788 773	56 307	-	-	3 170 312
Transferências	-	-	-	-	705 464	-	-	-	705 464
Abates	-	-	777 291	-	23 625	-	-	-	800 916
Saldo final	-	(208 164 118)	(645 616 505)	(129 208)	(21 764 744)	(16 325 998)	-	-	(892 000 574)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	(130 518)
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	130 518	-	-	-	-	-	-	130 518
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	8 202 434	163 984 351	-	1 064 267	5 150 944	3 423 755	29 973	202 822 908

31 de dezembro de 2019									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	216 995 478	808 008 012	181 011	24 223 663	24 436 101	77 284	29 973	1 094 918 707
Aquisições	-	222 581	585 783	-	1 494 077	90 411	1 582 329	-	3 975 180
Alienações	-	-	(3 281)	(51 803)	(458)	-	-	-	(55 543)
Transferências	-	-	242 831	-	(585)	585	(99 725)	-	143 106
Abates	-	-	(51 391)	-	(163 540)	(11 837)	-	-	(226 769)
Saldo final	20 967 185	217 218 059	808 781 953	129 208	25 553 157	24 515 259	1 559 888	29 973	1 098 754 681
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(205 259 173)	(597 046 048)	(181 011)	(21 970 141)	(15 188 603)	-	-	(839 644 977)
Depreciações do período	-	(4 043 790)	(23 161 888)	-	(936 398)	(822 530)	-	-	(28 964 605)
Alienações	-	-	3 281	51 803	458	-	-	-	55 543
Transferências	-	-	(3 518 519)	-	-	-	-	-	(3 518 519)
Abates	-	-	51 391	-	163 540	11 837	-	-	226 769
Saldo final	-	(209 302 964)	(623 671 781)	(129 208)	(22 742 540)	(15 999 296)	-	-	(871 845 790)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	(130 518)
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	(130 518)	-	-	-	-	-	-	(130 518)
	20 967 185	7 784 577	185 110 171	-	2 810 617	8 515 963	1 559 888	29 973	226 778 374

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” inclui adições, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 4.191.610 euros, as quais se referem essencialmente a intervenções de “meio de vida útil” do material circulante de exploração e de obras de readaptação das instalações administrativas do PMOIII, nos montantes de 1.847.677 euros e 1.550.949 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica “Equipamento administrativo”, no montante de 2.282.811 euros, referem-se essencialmente à reclassificação de um conjunto de ativos para a rúbrica de “Ativos fixos intangíveis – Propriedade industrial e outros direitos”.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na rubrica “Outros ativos fixos tangíveis”, no montante de 3.056.476 euros, referem-se ao desreconhecimento de um conjunto de peças de reserva para a rúbrica de inventários.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram capitalizados os seguintes gastos departamentais no custo dos ativos fixos tangíveis:

	2020			2019		
	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total
Gastos departamentais	-	710 479	710 479	3 987	-	3 987
	-	710 479	710 479	3 987	-	3 987

8. LOCAÇÕES

8.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Ativos sob direito de uso	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Equipamento de transporte	Total	Equipamento de transporte	Total
Ativos				
Saldo inicial	417 265	417 265	424 974	424 974
Aquisições / Adições	134 556	134 556	-	-
Alienações	-	-	(7 708)	(7 708)
Abates	-	-	-	-
Saldo final	551 821	551 821	417 265	417 265
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	(182 456)	(182 456)	-	-
Depreciações do período	(188 132)	(188 132)	(185 209)	(185 209)
Alienações	-	-	2 753	2 753
Abates	-	-	-	-
Saldo final	(370 589)	(370 589)	(182 456)	(182 456)
	181 232	181 232	234 809	234 809

8.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

Passivos da locação	31-dez-2020	31-dez-2019
Locações não corrente		
Viaturas	2 661	62 559
Locações corrente		
Viaturas	180 908	178 229
Total	183 569	240 788

Futuros pagamentos mínimos	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até 1 ano	182 897	180 908	182 894	178 229
Entre 1 e 5 anos	5 091	2 661	66 333	62 559
Total	187 988	183 569	249 227	240 788
Efeito financeiro do desconto	(4 419)	-	(8 439)	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	183 569	183 569	240 788	240 788

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 094 744	9 544 255	3 573 227	8 977 262	9 339 900	22 064 892	9 102 772	3 124 704	9 837 416	10 229 500
Praça General Humberto Delgado	22 309 373	18 665 173	-	3 644 200	93 270 968	22 309 373	18 651 479	-	3 657 894	100 912 019
	44 404 117	28 209 428	3 573 227	12 621 462	102 610 868	44 374 266	27 754 252	3 124 704	13 495 310	111 141 519

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	593 215	148 921	441 482	2 811	476 684	38 286	441 325	(2 926)
Praça General Humberto Delgado	-	213 046	13 694	(226 740)	-	174 199	19 534	(193 733)
	593 215	361 967	455 176	(223 929)	476 684	212 485	460 859	(196 660)

12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2020	31-dez-2019
Bank of America Leasing & Capital, LCC – Colateral		
Saldo inicial	31 593 901	30 197 168
Variação justo valor	172 245	816 122
Diferenças cambiais	(2 669 943)	580 611
Saldo final	29 096 203	31 593 901
Wilmington Trust – Colateral		
Saldo inicial	26 501 456	25 220 545
Variação justo valor	704 444	795 987
Diferenças cambiais	(2 239 590)	484 924
Saldo final	24 966 310	26 501 456
Fundo Compensação Trabalho	2 767	1 397
Total	54 065 280	58 096 755

Em resultado das descidas do “rating” atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

13. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	9 144 951	-	9 144 951	6 633 772	(299 936)	6 333 836
Ferramentas	48 844	-	48 844	24 601	-	24 601
Produtos de limpeza	24 358	-	24 358	28 083	-	28 083
Combustíveis	27 934	-	27 934	29 100	-	29 100
Títulos transporte	1 014 608	-	1 014 608	967 645	-	967 645
Outros materiais	542 419	-	542 419	323 154	-	323 154
Artigos promocionais/publicações	32 988	-	32 988	31 326	-	31 326
	10 836 101	-	10 836 101	8 037 681	(299 936)	7 737 745

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2020	2019
Saldo inicial	8 037 681	7 434 912
Compras	2 370 960	4 061 211
Regularizações	3 041 300	137 641
Saldo final	10 836 101	8 037 681
	2 613 840	3 596 083

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após uma aprofundada análise e identificação dos materiais sobressalentes, foi efetuada uma reclassificação de ativo fixo tangível para inventários, no montante de 2.884.651,59 euros, tendo como referência os saldos em 1 de janeiro de 2020 dada a impossibilidade de reexpressão desta informação. Foram igualmente revertidas as perdas por imparidade, no montante de 299.936,21 euros, dado que não foram identificados quaisquer inventários que pudessem estar com imparidade.

14. CLIENTES

	31-dez-2020	31-dez-2019
Publimetro	1 640 838	676 961
Cosider Travaux Publics	798 999	847 361
TPF Planege Cenor	580 316	386 179
Ar Telecom	463 383	463 383
GIBB Portugal	296 764	299 899
OTLIS	145 410	199 182
Associação de Turismo de Lisboa	32 793	122 802
ENSITRANS	5 381	889 862
Outros	350 908	768 788
	4 314 792	4 654 417
Perdas por imparidade	(1 133 366)	(1 418 580)
	3 181 426	3 235 837

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2020	31-dez-2019
Saldo inicial	(1 418 580)	(2 303 008)
Aumentos	(45 999)	(28 166)
Reversões	326 910	829 540
Utilizações	4 303	83 054
Saldo final	(1 133 366)	(1 418 580)

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	3 647 866	125	2 206 130	4 848
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	18 516	1 339 264	478 582	1 262 302
Imposto sobre o valor acrescentado	1 082 246	86 069	1 081 178	19 513
Contribuições para a Segurança Social	-	1 623 206	-	1 468 262
Outros impostos	-	502 054	-	501 939
	4 748 628	3 550 718	3 765 890	3 256 863

16. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2020	31-dez-2019
Transtejo	22 529 809	22 602 542
Infraestruturas de Portugal	7 208 573	7 208 573
Transportes Coletivos do Barreiro	325 165	3 370 424
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Acréscimo rendimentos	4 796 467	2 167 509
Receitas de tráfego	2 721 705	2 375 807
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	573 272	870 669
Outros	3 540 036	3 081 138
	42 329 610	42 311 247
Perdas por imparidade	(1 281 932)	(4 433 179)
	41 047 678	37 878 068

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2020	31-dez-2019
Saldo inicial	(4 433 179)	(4 558 898)
Aumentos	(4 583)	(3 542)
Reversões	375 355	129 261
Utilizações	2 780 474	-
Saldo final	(1 281 932)	(4 433 179)

Os saldos com a Transtejo e a Infraestruturas de Portugal referem-se a montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta dessas entidades, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação.

17. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2020	31-dez-2019
Caixa	22 147	14 072
Depósitos à ordem	50 024 153	33 193 840
Depósitos a prazo	1 579 004	2 905 253
Caixa e depósitos bancários	51 625 304	36 113 165

18. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2020 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.413.998.982 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 320.423.764 euros.

19. PROVISÕES

31 de dezembro de 2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	640 500	70 000	-	-	710 500
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	282 673	-	(282 673)	-	-
Cobertura de prejuízos	28 779	415 452	-	(28 779)	415 452
Outras provisões	27 690	-	(27 690)	-	-
	1 251 760	485 452	(310 363)	(28 779)	1 398 069

31 de dezembro de 2019					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	697 181	-	(53 843)	(2 838)	640 500
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	785 271	77 695	(580 294)	-	282 673
Cobertura de prejuízos	3 540 057	28 779	(21 539)	(3 518 519)	28 779
Outras provisões	27 690	-	-	-	27 690
	5 322 317	106 474	(655 675)	(3 521 357)	1 251 760

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Entidade financiadora	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Montante utilizado			Montante utilizado		
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	7 713 033	7 713 033	15 426 066	5 142 022
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	53 321 844	106 643 689	159 965 533	26 660 922
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	3 926 121	19 630 606	23 556 727	-
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF 2020 (parte)	17 395 008	-	17 395 008	-	-
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF 2020	49 300 000	49 300 000	-	-	-
Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	-	-	-	50 000 000	25 841 702
Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	-	-	-	50 000 000	25 841 702
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	52 777 778	28 100 890	-	52 777 778	1 663 281
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26 388 889	14 050 445	-	26 388 889	831 641
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26 388 889	14 050 445	-	26 388 889	831 641
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	52 777 778	1 619 456	28 049 937	52 777 778	1 578 906
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26 388 889	809 728	14 024 969	26 388 889	789 453
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26 388 889	809 728	14 024 969	26 388 889	789 453
Descobertos bancários						
		-	-	-	-	828
		664 700 142	207 482 211	207 482 211	580 970 000	282 685 950

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 6.9.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Financiamentos obtidos por maturidade

	31-dez-2020	31-dez-2019
Até 1 ano	664 700 142	580 969 172
1 a 2 anos	92 157 097	92 598 747
Superior a 2 anos	115 325 114	190 087 203
	872 182 353	863 655 122

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2020, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 978 e 1.363, respetivamente (990 e 1.367 em 31 de dezembro de 2019).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Trabalhadores ativos	110 797 640	103 817 651
Reformados	163 802 846	167 532 997
	274 600 485	271 350 648

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se essencialmente à diminuição da taxa de rendimento, a qual passou de 1,30% para 1%.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2020 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,00%	1,30%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,00%	1,30%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Responsabilidades totais no início do período	271 350 648	253 711 461
Custos dos serviços correntes	3 787 688	3 330 421
Custo dos juros	3 527 558	4 439 951
Benefícios pagos no exercício	(12 309 842)	(12 560 028)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	8 244 433	22 428 842
Responsabilidades totais no fim do período	274 600 485	271 350 648

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2020, nos montantes de 3.787.688 euros e 3.527.558 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	(35 558 185)	(13 129 342)
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(8 244 433)	(22 428 842)
Saldo final	(43 802 617)	(35 558 185)

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas atuariais resultaram essencialmente da diminuição da taxa de rendimento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos e a dívida não corrente dos subsídios ao investimento:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Swaps	43 363 932	58 618 131
Subsídios ao investimento - FEDER-QCA	2 496 645	3 608 980
Subsídios ao investimento - FEDER-PRODAC	-	130 765
	45 860 577	62 357 876

A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2020	31-dez-2019
26#METLIS BSN Set2022	BSN	23/09/2022	99 240 295	59 338 790	43 363 932	58 618 131
					43 363 932	58 618 131

23. FORNECEDORES

	31-dez-2020	31-dez-2019
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.	3 392 967	4 707 403
2045 Empresa de Segurança, S.A.	970 432	191 117
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690 500	690 500
TPF – Consultores de Engenharia	548 175	604 539
ISS Facility Services – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	311 381	283 056
CENOR – Consultores, S.A.	290 672	290 672
RACE Refrigeration & Air Conditioning, S.A.	216 060	-
IP Património, S.A.	148 845	140 553
SISCOG, LINK, TECMIC, A.C.E.	142 696	-
LIMPERSADO – Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	130 835	100 180
Schmitt – Elevadores, Lda.	98 038	-
TST – Transportes Sul do Tejo, S.A.	97 654	-
Exide Technologies, Lda.	92 250	13 210
Siemens Mobility Unipessoal, Lda.	89 569	84 895
Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda.	81 893	38 230
GRUPO 8– Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	80 039	74 415
Otlis – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	70 416	831 362
EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.	18 081	234 581
Endesa Energia, S.A.	4 954	986 951
Rodoviária de Lisboa, S.A.	3 503	110 138
HCI – Construções, S.A.	-	334 390
Graviner – Construções, S.A.	-	267 325
Montemeão – Componentes Auto, S.A.	-	220 847
Securitas Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	-	138 057
Outros	1 567 795	1 465 856
	9 046 753	11 808 275

24. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2020	31-dez-2019
Acréscimo gastos – Juros a liquidar	27 257 350	25 568 019
Subsídios – Fundo Ambiental	14 125 183	8 446 255
Acréscimo gastos – Remunerações a liquidar	10 237 114	10 913 164
Fornecedores de investimentos	5 263 649	4 466 499
Subsídios ao investimento – FEDER-QCA	1 112 335	1 112 335
Subsídios ao investimento – FEDER-PRODAC	130 765	130 765
Outros	5 535 588	7 257 107
	63 661 984	57 894 144

25. RÉDITO

	2020	2019
Vendas	27 282	44 577
Prestação de serviços		
Bilhetes	16 848 492	51 166 347
Passes	33 208 552	53 026 063
Cartões	1 103 881	3 481 385
Compensação tarifária AML	8 903 066	4 013 777
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 458 364	2 501 718
Exploração publicidade	1 349 782	1 404 755
Consultoria técnica	259 768	462 089
Contratos de arrendamento	58 763	126 150
Contratos de exploração	1 568 184	2 744 792
Outros	738 815	1 095 431
	67 524 950	120 067 083

26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2020	2019
AML - Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	21 451 009	-
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	70 050	444 204
Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	132 977	72 525
Município Lisboa - Projeto VoxPop - Pessoas, Processos & Tecnologia	86 800	-
	21 740 836	516 729

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 21.451.009 euros, decorre do Despacho do Secretário de Estado da Mobilidade n.º 8459/2020, de 26 de agosto, no qual foi determinada a distribuição das verbas destinadas ao apoio à reposição da oferta de transportes públicos, previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que procede à segunda alteração à Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

27. GANHOS / PERDAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2020	2019
Associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	(272 790)	597
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	72 919	257 345
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(132 057)	(9 395)
	(331 929)	248 548

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2020	2019
Eletricidade	(8 586 358)	(9 472 311)
Vigilância e segurança	(6 189 701)	(5 608 706)
Conservação e reparação	(4 921 105)	(5 347 152)
Limpeza, higiene e conforto	(4 320 089)	(3 483 401)
Trabalhos especializados	(1 666 264)	(2 779 697)
Outros	(3 333 644)	(3 849 480)
	(29 017 161)	(30 540 747)

29. GASTOS COM O PESSOAL

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	(275 419)	(265 482)
Remunerações do pessoal	(58 508 115)	(58 212 539)
Benefícios pós-emprego	(7 315 831)	(7 733 682)
Encargos sobre remunerações	(13 296 566)	(13 286 678)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(818 588)	(1 155 032)
Seguro de saúde	(890 103)	(809 665)
Gastos de ação social	(943 682)	(455 776)
Outros	(287 513)	(320 846)
	(82 335 816)	(82 239 701)

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no exercício de 2020 foi de 1.515 (1.487 em 2019). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2020 era de 1.517 (1.504 em 2019).

30. OUTROS RENDIMENTOS

	2020	2019
Subsídios ao investimento	1 243 100	1 311 783
Correções relativas a períodos anteriores	793 059	156 611
Rendas de imóveis	579 355	462 824
Cedência de energia	199 840	245 096
Juros	81 201	142 400
Diferenças de câmbio favoráveis	1 111	1 065 536
Excesso estimativa para impostos	353	854 318
Correção reconhecimento juros DGTF	-	1 500 021
Outros	147 818	507 858
	3 045 838	6 246 447

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III e na série intercalar de 17 Unidades Triplas (UT's), série complementar 95 de 20 UT's e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

31. OUTROS GASTOS

	2020	2019
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4 909 534)	-
Correções relativas a períodos anteriores	(671 870)	(41 379)
Impostos	(538 693)	(1 007 081)
Perdas em inventários	(222 543)	(268 761)
Perdas em investimentos não financeiros	(200 878)	(252)
Quotizações	(141 044)	(78 818)
Indemnizações por danos causados	-	(1 409 443)
Outros	(86 290)	(185 554)
	(6 770 851)	(2 991 289)

32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2020	2019
Juros swaps	(22 427 142)	(23 522 484)
Juros financiamentos obtidos	(1 689 330)	(3 042 461)
Juros de locações (Nota 8)	(4 419)	(8 439)
Outros juros	(287 589)	(392 582)
	(24 408 480)	(26 965 966)

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 9% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo n.º 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis das empresas do Grupo ML é a seguinte:

	2020		2019	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	5 277 942	2026	5 277 942	2026
Gerados em 2015	695 274	2027	695 274	2027
Gerados em 2016	378 323	2021	378 323	2021
Gerados em 2017	39 766 185	2022	39 766 185	2022
Gerados em 2018	21 701 153	2023	21 701 153	2023
Gerados em 2019	14 039 875	2024	-	-
	81 858 752		67 818 877	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2020 e 2019 é a seguinte:

	2020				2019			
	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL
Resultado antes de impostos	(57 130 373)	316 059	28 412		(16 832 694)	(538 051)	281 339	
Diferenças permanentes	4 325 843	39 402	393		3 860 321	(529 450)	(534)	
Resultado tributável	(52 804 530)	355 460	28 805		(12 972 374)	(1 067 501)	280 805	
Prejuízos fiscais deduzidos	-	(248 822)	-		-	-	-	
Matéria coletável	(52 804 530)	106 638	28 805		(12 972 374)	(1 067 501)	280 805	
Taxa nominal de imposto	21%	21%	17 / 21%		21%	21%	17 / 21%	
Coleta	-	(22 394)	(5 449)		-	-	(58 369)	
Derrama municipal	-	(5 332)	(432)		-	-	(4 212)	
Tributações autónomas	(1 018)	(2 575)	-		(40 582)	(4 723)	(8)	
Imposto sobre o rendimento	(1 018)	(30 301)	(5 881)	(37 200)	(40 582)	(4 723)	(62 589)	(107 895)
Taxa efetiva de imposto	-	9,59%	20,70%		-	-	22,25%	

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2020	Associada		Empreendimentos conjuntos	
	Publimetro	Ensitrans	OTLIS	
Ativo				
Cientes	1 640 838	5 381	145 410	
Outros créditos a receber		-		
Passivo				
Fornecedores			70 416	
Outras dívidas a pagar			434	
Rendimentos				
Prestações de serviços	1 654 537	298 155	3 326 261	
Outros rendimentos	99 652	17 500		
Gastos				
Fornecimentos e serviços externos			(89 629)	

2019	Associada		Empreendimentos conjuntos	
	Publimetro	Ensitrans	OTLIS	
Ativo				
Cientes	676 961	667 354	199 182	
Outros créditos a receber		-		
Passivo				
Fornecedores			834 437	
Outras dívidas a pagar				
Rendimentos				
Prestações de serviços	1 100 028	108 933	5 127 211	
Outros rendimentos	97 227	17 500		
Gastos				
Fornecimentos e serviços externos			(131 587)	

35. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	2020	2019
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO	7 494	7 494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL	95 482	95 482
Banco BPI	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ºINST.LIS	1 583	1 583
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7 661	7 661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7 500	7 500
Banco BPI	01-06-2015	SMAS SINTRA	-	1 820
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438 047	438 047
Banco BPI	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	760 610	760 610
Banco BBVA	19-02-1998	Petrogal	3 990	3 990
Banco BBVA	21-03-2007	Fazenda Pública	1 632	1 632
Banco BBVA	06-12-2010	Fazenda Pública	272 118	272 118
Banco CGD	02-06-2016	COSEC	29 582	35 942
Banco CGD	02-06-2016	COSEC	86 130	-
Banco CGD	02-06-2016	COSEC	-	34 264
Banco CGD	11-03-1996	LTE, SA	-	2 294
			1 711 830	1 670 437

36. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 22.049 euros, os quais se referem essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. A Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes processos não foi registada qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

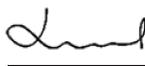
Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais das empresas do Grupo, ascenderam a 42.330 euros.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de fevereiro de 2021, foi celebrado um acordo entre a OTLIS, os seus membros e a Área Metropolitana de Lisboa relativo à fixação da contrapartida devida pela transferência do respetivo património, com exceção dos saldos de contas bancárias e caixa e dos saldos de fornecedores e clientes, para a TML – Transportes e Mobilidade de Lisboa, EMT, S.A., não tendo este facto originado qualquer necessidade de ajustamento no exercício de 2020.

Em 3 de maio de 2021, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) submeteu o projeto de decisão sobre os montantes finais das compensações financeiras e partilha de benefícios devidas aos operadores para o ano de 2019 no âmbito do Regulamento da AML n.º 278-A/2019, tendo os respetivos efeitos da atualização da estimativa do valor a receber pelo ML sido refletidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

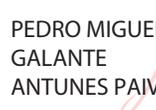

Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:49:37
+01'00'
Presidente
Metropolitano de Lisboa

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA
ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:50:34 +01'00'
Metropolitano de Lisboa

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Digitally signed by
PEDRO MIGUEL
GALANTE
ANTUNES PAIVA
Date: 2021.07.28
12:48:10 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA
DA COSTA**

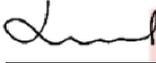
Num. de Identificação: 11474722

Ur. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários (CVM) que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:


Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2021.07.28 18:50:39
+01'00'

Metropolitano de Lisboa
Vítor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

MARIA HELENA
ARRANHADO
CARRASCO CAMPOS
Date: 2021.07.28 16:51:27
+01'00'

Maria Helena Campos

Vogal do Conselho de Administração

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DE BASTOS VEIGA
DA COSTA**
Num. de Identificação: 11474722

Pedro Veiga da Costa

Vogal do Conselho de Administração

v. Parecer do Conselho Fiscal às Contas Consolidadas

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

1 / 6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO INTEGRADO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2020 DO GRUPO ML

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito e em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)¹ e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)², compete ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório integrado, as demonstrações financeiras consolidadas da ML e respetivas participadas (Grupo ML), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, atenta a respetiva Certificação Legal das Contas (CLC), emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), o Relatório de Auditoria do Auditor Externo³ e os correspondentes Relatórios Adicionais⁴.

O presente parecer tem em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2020, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2021/173-DSPE, de 12 de janeiro, relevando que a ML e as suas participadas são empresas públicas que se regem pelos respetivos Estatutos e pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)⁵.

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

- a) O relatório de gestão da ML, as demonstrações financeiras individuais e respetivos anexos, o relatório do governo societário e as demonstrações não financeiras, reportados a 31 de dezembro de 2020, foram aprovados pelo CA, em 22 de junho de 2021. Estes documentos de prestação das contas individuais da ML foram objeto do parecer do CF, datado de 25 de junho de 2021, o qual teve em consideração a CLC, o relatório de auditoria externa e os correspondentes relatórios adicionais;

¹ O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

² Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

³ Emitidos ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁴ Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁵ Aprovado através do já mencionado Decreto-Lei n.º 133/2013.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2 / 6

- b) O relatório integrado, incluindo a demonstração não financeira consolidada, e as demonstrações financeiras consolidadas da ML e respetivos anexos, reportados a 31 de dezembro de 2020, foram aprovados pelo CA, em 28 de julho de 2021, e remetidos a este CF, na mesma data;
- c) As contas individuais de 2020 de cada uma das participadas da ML foram apresentadas e aprovadas em sede das respetivas assembleias gerais;
- d) Dado o peso muito significativo da ML no Grupo ML, o relatório integrado deve ser entendido como um complemento ao relato oportunamente realizado sobre as contas individuais da ML.

Os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da ML dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2015, de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 foram objeto de aprovação pelos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade, através de Despacho conjunto de 26 de fevereiro de 2021.

2. PERÍMETRO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (empresa “mãe” do grupo), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (FERCONSULT), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A. (METROCOM), TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.

No final de 2020 ocorreu a integração de todos os trabalhadores da FERCONSULT no efetivo da ML, e nesta sequência foi criada na ML a Direção de Coordenação de Empreendimentos com atribuições para liderar a equipa de coordenação de empreendimentos e gerir os projetos em curso e em estudo no domínio da expansão, modernização e reabilitação das estações. A FERCONSULT irá manter-se como um veículo instrumental integrante do Agrupamento Complementar de Empresas dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., Publíméto – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. e Otlis – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.) estão incluídas nas contas consolidadas através do método de equivalência patrimonial.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3 / 6

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017⁶, acompanhou a atividade da ML e do Grupo ML, a gestão e os resultados, destacando-se as seguintes atividades no âmbito do acompanhamento das contas consolidadas da ML:

- a) Reuniões com o ROC e com os Auditores Externos, de acompanhamento da revisão legal das contas e da auditoria às contas consolidadas de 2020, no âmbito das quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- b) Análise do relatório integrado, das Demonstrações financeiras consolidadas de 2020 e respetivos anexos. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários junto do CA em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas, com a presença do ROC, dos Auditores Externos, de todos os membros do CF e da Direção Financeira;
- c) Apreciação da CLC e do relatório de auditoria externa, que expressam as reservas e as ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos;
- d) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- e) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O relatório integrado apresentado pelo CA, em conformidade com o disposto no artigo 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade do Grupo ML durante o exercício de 2020, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras consolidadas do referido exercício.

⁶ O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

4 / 6

O relatório integrado inclui a demonstração não financeira consolidada a que se refere o artigo 508.º-G do CSC, a qual foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI *Standards*. De referir que a informação não financeira não foi sujeita a verificação externa, tendo, no entanto, sido dado cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 451.º do CSC, na redação conferida pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

As demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2020 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e refletem a posição financeira, o resultado e o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML).

A ML tem um peso muito significativo no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e as consolidadas, sendo de realçar o seguinte relativamente às contas consolidadas:

- Melhoria da situação patrimonial face a 31 de dezembro de 2019, traduzida num capital próprio de 1.501.026.801 euros (+255.051.583 euros), ascendendo o ativo total a 5.774.004.878 euros (+136.123.642 euros) e o passivo total a 4.272.978.076 euros (-118.927.942 euros);
- Tal evolução positiva resulta exclusivamente do aumento do capital estatutário da ML, 320,4 milhões de euros totalmente subscritos e realizados, dado que o Grupo ML tem vindo recorrentemente a gerar prejuízos significativos, situação que se agravou em 2020 (-57,1 milhões de euros) em resultado da situação de pandemia provocada pela COVID-19;
- Os encargos financeiros continuam a ser muito elevados (24,4 milhões de euros), apesar de terem diminuído 2,6 milhões de euros face a 2019;
- O passivo remunerado do Grupo ML situou-se em 3.493,6 milhões de euros (-120,2 milhões de euros face a 2019), encontrando-se concentrado na ML 96,7% desse passivo;
- O investimento capitalizado em 2020 ascendeu a 21,9 milhões de euros (aumento de 57,1% face a 2019), sendo que cerca de 97,8% do investimento respeita à ML.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

5 / 6

Neste contexto, ao qual acrescem os efeitos muito negativos da situação de pandemia provocada pela COVID-19 ainda em 2021, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira do Grupo ML, é fundamental o seguinte:

- a) Manter o modelo de financiamento da ML através do detentor do capital estatutário, tendo como principais objetivos minimizar a atual situação de insuficiência dos capitais próprios e a redução do passivo remunerado;
- b) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
- c) Continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2020 foram objeto da revisão do ROC e de auditoria externa, tendo, de acordo com as normas legais, sido emitidos, respetivamente, a CLC e o relatório do Auditor Externo. Tais documentos expressam as reservas e ênfases julgadas adequadas, merecendo a concordância do CF.

A CLC referente às contas consolidadas, datada de 28 de julho de 2021, expressa uma opinião com quatro reservas por limitação do âmbito e uma ênfase. As reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML.

O Relatório de Auditoria, relativo às demonstrações financeiras consolidadas, emitidos nos termos requeridos pelo artigo 245º, n.º 1, alínea b), do Código dos Valores Mobiliários, datado de 28 de julho de 2021, expressa uma opinião com reservas (cinco reservas e duas ênfases).

As CLC e os relatórios de auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificando-se apenas uma diferença quanto à respetiva forma de apresentação, já que à reserva da CLC correspondem duas reservas do Relatório de Auditoria.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências que estão na origem das reservas, nomeadamente a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML e a realização de auditorias pela Área Metropolitana



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

6 / 6

de Lisboa que permitam concluir sobre a eficácia do controlo incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores públicos e privados de transporte e do seu tratamento e validação.

6. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório integrado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade do Grupo ML durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2020.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovados o Relatório integrado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2020, atentas as reservas e ênfase expressas na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 30 de julho de 2021.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

Assinado por: **José Carlos Pereira Nunes**
Num. de Identificação: B104833126
Data: 2021.07.30 11:15:02+01'00'

(José Carlos Pereira
Nunes)

Assinado por: **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: B110415151
Data: 2021.07.30 10:49:56+01'00'

(Cristina Maria Pereira
Freire)

Assinado por: **MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: B109504700

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)



vi. Certificação Legal das Contas Consolidadas



ALNES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do ML – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5.774.004.878 euros e um total de capital próprio de 1.501.026.801 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 57.133.727 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do ML – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo do ML em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo Grupo decorrentes dos factos mencionados e, conseqüentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2020, o ativo não corrente compreende o montante de 5.390.701.851 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.210.869.766 euros), (ii) créditos a receber de clientes (2.041.708 euros), (iii) a derivados mensurados ao justo valor (13.650.808 euros) e a (iv) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.164.139.569 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 3.002.493.569 euros, do qual 1.946.015.681 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que,

Sociedade Civil sob forma comercial • Capital Social: 25.000 euros • Matriculada na CRC Lisboa com o NIPC 502 289 740
Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 74 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM com o n.º 20161408
Rua Américo Durão, 6 – 8º Esq. – 1900-064 LISBOA - PORTUGAL • TEL.: 21 829 28 80 • acad@acad.pt • www.acad.pt

Grupo ML



Metropolitano de Lisboa



FERCONSULT
auditoria, consultoria e avaliação de empresas de transporte



metrocom
Lojas no metro



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 16 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2020, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

4. Conforme referido na nota 3.17 do anexo, com a aprovação do Regulamento n.º 278-A/2019, de 19 de março, a partir de 1 de abril de 2019 entrou em vigor um sistema tarifário comum a todos os operadores públicos e privados de transporte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo passado a existir apenas duas modalidades de passes "Navegante". Por forma a minorar o impacto sobre os diferentes operadores da redução das tarifas dos transportes públicos, o novo sistema tarifário é financiado através do Programa de Apoio à Redução Tarifária ("PART"), cabendo à AML o cálculo e a atribuição das compensações a que aqueles têm direito. Pela análise que efetuámos ao reconhecimento do rédito desde a vigência deste diploma, verificámos que a AML recorreu à informação contida na plataforma de gestão e integração de sistemas de bilhética de todos os operadores, cuja gestão estava a cargo da OTLIS, na qual se encontravam em curso procedimentos de validação e aperfeiçoamento das repartições, sob a supervisão e fiscalização daquela. No entanto, a AML não promoveu uma auditoria aos serviços prestados pela OTLIS, faculdade prevista no art.º 22.º do referido regulamento, por forma a ser possível concluir sobre a eficácia do controlo interno incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores e do seu tratamento e validação, os quais se consideram essenciais no apuramento do rédito, incluindo no apuramento da partilha de benefícios "upside" prevista no referido regulamento. Acresce ainda que, em consequência da diminuição da receita tarifária provocada pela situação de pandemia Covid-19, foi publicado o Despacho n.º 8459/2020, de 26 de agosto, que visou assegurar o financiamento, durante o segundo semestre de 2020, do défice de exploração provocado pela manutenção dos serviços mínimos de transporte essenciais e ao reforço gradual da oferta, definidos no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril (na sua redação atual). A metodologia utilizada na determinação da referida compensação, que foi apelidada de "PART Variável", assentou num conjunto de pressupostos que, no essencial, fixaram a receita a atingir por forma a ser garantida 90% da oferta habitual, tendo por base a estimativa de receita total de 2019. Quer o valor da compensação final (acerto) do PART relativo ao ano de 2019, no montante de 2.076.055 euros, reconhecido como rédito, quer o valor do "PART Variável", relativo ao ano de 2020, no montante de 2.443.874 euros, reconhecido como subsídio à exploração, ambos ainda por receber à data de referência das contas, foram contabilizados como "acréscimo de rendimento", tendo por base os valores provisórios reportados pela AML. Consequentemente, não nos é possível avaliar com segurança o efeito das situações acima descritas no apuramento final das compensações registadas no rédito e nos subsídios à exploração nas contas em apreço.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos - agravados pela situação de pandemia Covid-19 que em 2020 provocou uma significativa quebra das receitas - sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de financiamentos, suprimentos, indemnizações compensatórias e dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante um

2/6



Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é o nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; • Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.12, 6.4 e 22 do anexo são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;

3/6



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é no nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.16 e 21 do anexo são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como Relatório Integrado, relatório do governo societário e demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições



que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como Relatório Integrado, com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como Relatório Integrado, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

5/6



Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no Relatório Integrado e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (entidade-mãe do Grupo), pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de julho de 2021

Assinado por: **José Luis Areal Alves da Cunha**
Num. de Identificação: 01081065
Data: 2021.07.28 18:22:55+01'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luis Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)

vii. Relatório do Auditor Externo

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.ptAv. da República, 50 - 10.º
1069-211 Lisboa**RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245.º, N.º 1,
ALÍNEA B) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Grupo Metropolitano), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5 774 004 878 euros e um total de capital próprio de 1 501 026 801 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 57 133 727 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 3 e 6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, no valor acumulado de cerca de 5 391 milhões de euros (31dez2019: cerca de 5 250 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 164 milhões de euros (31dez2019: cerca de 2 147 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 211 milhões de euros (31dez2019: cerca de 3 089 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 946 milhões de euros (31dez2019: cerca de 2 079 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 056 milhões de euros (31dez2019: cerca de 1 041 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Grupo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar o Grupo Metropolitano pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 211 milhões de euros (31dez2019: cerca de 3 089 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e aos impactos destas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Metropolitano.

BDO é Associados, SRDC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10.º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CNMV sob o número 20161384.
A BDO é Associados, SRDC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Grupo ML

Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Grupo Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público, por metropolitano, de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo Metropolitano, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2020 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, o Grupo Metropolitano procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Grupo Metropolitano, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica “Outros créditos a receber” inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2019) de obras efetuadas pelo Grupo Metropolitano por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

5. Conforme referido na nota 3.17 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, desde abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado de 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019 da Área Metropolitana de Lisboa (AML) publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 27 de março. O PART criou um “Passe único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operam na AML, determinando, consequentemente, o fim da quase totalidade dos passes multimodais e interempresas. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que: (i) as receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda; (ii) a AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019 da AML, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido; (iii) o valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada operador; (iv) o modelo define igualmente regras para distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura; e (v) o cálculo do valor definitivo das compensações de cada operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte. O Grupo Metropolitano contabilizou como acréscimo os valores provisórios das compensações a receber relativas ao ano de 2020 comunicadas pela AML. A recolha, tratamento e divulgação dos valores a repartir entre cada operador aderente, provêm da mesma entidade responsável, encontrando-se ainda em curso procedimentos de validação e de aperfeiçoamento das repartições antes referidas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

2



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Metropolitano nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2020 um aumento de capital social de cerca de 320 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 111 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 798 milhões de euros), o Grupo Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração do Grupo Metropolitano entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu Acionista. O Conselho de Administração, no relatório de gestão, propõe medidas a serem tomadas pelos Acionistas que permitiriam dar cumprimento aos requisitos de capital.

2. Conforme referido no relatório de gestão e na nota introdutória anexa às demonstrações financeiras consolidadas o ano de 2020 foi marcado pelo impacto causado direta e indiretamente pelo surto Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País. O Grupo Metropolitano tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas necessárias de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros da pandemia na sua atividade. No entanto os resultados de 2020 foram fortemente abalados por este surto, tendo a procura registado uma diminuição superior a 50 % face a 2019 e o volume de negócios um decréscimo de cerca de 44%. A perda de receita de bilhetes e passes face ao ano anterior foi de cerca de 50 milhões de euros, compensada parcialmente em 4,9 milhões por pagamentos por conta PART. Este apoio financeiro extraordinário, previsto em legislação específica para minimizar os efeitos de uma situação excepcional de pandemia, permitiu que o Grupo Metropolitano dispusesse de rendimento necessário para assegurar o equilíbrio financeiro da sua operação de serviço público neste contexto de pandemia. À data de fecho das contas de 2020 ainda se mantém a incerteza quanto às consequências da pandemia Covid-19, com significativa quebra de receitas compensada pelas verbas recebidas da AML, nos termos do Decreto-Lei n.º 14-C, de 7 de abril.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
<p>Na sequência das operações de financiamento, o Grupo Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 13,6 milhões de euros (31dez2019: cerca de 14,5 milhões de euros) e no passivo por cerca de 281,6 milhões de euros (31dez2019: cerca de 355,5 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.12, 6.4, 22 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2020; (iv) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; e (v) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>
Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
<p>A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição do Grupo Metropolitano, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3, 19 e 21 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis do Grupo Metropolitano; (v) consideração dos potenciais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; e (vi) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Metropolitano de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Grupo Metropolitano de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Metropolitano.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Metropolitano;

5



- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Metropolitano para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Metropolitano descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Metropolitano, não identificámos incorreções materiais.



Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo Metropolitano nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017, e fomos subsequentemente designados como auditores para os exercícios de 2017 a 2020.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Metropolitano nesta mesma data.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Metropolitano durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Grupo Metropolitano quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de julho de 2021

António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

viii. Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

a) ANÁLISE DE MATERIALIDADE e LIMITES DO RELATÓRIO

Conforme o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, *International Integrated Reporting Council*) podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam (de forma significativa) a capacidade duma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo. Ainda de acordo com o IIRC, “um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governance, o desempenho e as perspetivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo.”

Este Relatório Integrado visa comunicar às partes interessadas o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal foram identificadas as partes interessadas (apresentadas neste relatório, no capítulo “Partes Interessadas”).

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2020.

A seleção dos aspetos materiais entrou em linha de conta com o *Global Reporting Initiative (GRI)* e com os impactos económicos, ambientais e sociais que estes têm na organização, bem como, de que forma estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas.

Assim, para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas (já apresentadas neste relatório).

Quadro 31 – Priorização dos aspetos materiais



As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da Global Reporting Initiative (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do Grupo Metro;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- A análise do contexto externo onde a empresa se insere.

Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

Quadro 32 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia

Áreas estratégicas	Aspetos materiais
1. Qualidade do serviço	Satisfação dos clientes
	Serviço ao Cliente
2. Proteção ambiental	Eficiência energética
	Desempenho ambiental
3. Desenvolvimento das pessoas	Valorização as pessoas
	Diversidade e igualdade de oportunidades
4. Risco e transparência da governação	Gestão do Risco
	Corporate governance
	Ética, transparência e Compliance
5. Inovação e desenvolvimento do negócio	Sustentabilidade do Negócio
	Investigação e desenvolvimento
6. Relacionamento com as comunidades locais	Gestão de fornecedores
	Diálogo e envolvimento com as comunidades locais

b) INDICADORES GRI

1) Desempenho Económico

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2018	2019	2020
Valor económico gerado (€)	117 969 851	122 758 537	57 175 169
Valor económico distribuído (€)	615 611 036	338 218 349	329 809 774
Valor económico acumulado (€)	-497 641 184	-215 459 813	-272 634 605

GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades com as alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

Em termos financeiros, as alterações climáticas podem vir a aumentar o custo da energia elétrica, o que poderá ter implicações gravosas para o ML dado o elevado peso do custo da eletricidade nas suas contas.

GRI 201-3 Cobertura das obrigações definidas no plano de benefícios da Organização

O valor estimado em 2020 para as responsabilidades do plano é de 274.600.485 euros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 Benefícios financeiros significativos provenientes do Governo

	2018	2019	2020
Dotações de capital (€)	175 195 680	549 784 212	320 423 764
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática (€) ¹	3 137 696	(i) 7 066 144	(iii) 32 521 300
Subsídio ao Investimento / PIDDAC/Fundo Ambiental/IMT (€) ²	0	(ii) 27 280 412	(iv) 31 474 692
Empréstimos DGTF (€)	421 973 932	131 884 780	203 813 049

(i) Inclui 3.102.881 € relativos ao PART.

(ii) Inclui PIDDAC: 968.212 €; Fundo Ambiental: 26.264.200 € e IMT: 48.000€.

(iii) Inclui 28.558.037 € relativos ao PART, dos quais, 20.299.084 € são de subsídio à exploração.

(iv) Inclui Fundo Ambiental: 28.328.650 € e Fundo de Coesão: 3.146.042 €.

GRI 202-1 Rácio do salário mais baixo da Organização, discriminado por género e o salário mínimo permitido a nível local

	2018	2019	2020
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	173,5	170,8	155,2

	Ano 2019		Ano 2020	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	170,76	176,76	155,19	161,35

GRI 202-2 Percentagem de membros da gestão de topo em unidades operacionais, que foram recrutados na comunidade local

	2018	2019	2020
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	90,0%	90,0%	91,3%

GRI 203-1 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 16.417.108 euros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferroviária pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O “efeito de rede” é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 Percentagem de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

	2018	2019	2020
Gastos com fornecedores locais (%)	97,2	98,4	97,1

GRI 205-3 Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas

	2018	2019	2020
Incidentes de corrupção	0	0	0

GRI 206-1 Ações legais para práticas anticompetitivas, anti confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

2) *Desempenho ambiental*

GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

Ano	Lâmpadas (un.)	Papel (kg)	Betão (m ³)	Aço (t)	Toners (un.)	Abraçadeiras (un.)	Cabo (m)
2018	25 549	39 158	190	31	184	46 618	1 690
2019	19 110	27 227	258	19	143	34 905	1 257
2020	16 377	22 672	729	170	22	36 945	2 547

GRI 301-2 Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 Produtos Recuperados e seus materiais de embalagem

Não aplicável.

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização

GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização

	2018	2019	2020
Gasóleo (MWh)	456	733	709
Gasolina (MWh)	4,67	2,70	4,47
Gás natural (MWh)	2 516	3 158	3 012
Eletricidade (MWh)	97 479	99 484	100 264
Total (MWh)	100 456	103 378	103 990

GRI 302-4 Redução do consumo de energia

GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços

Durante o ano de 2020 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED.

De igual forma concluiu-se a instalação de variadores de velocidade nos ventiladores que permitirá ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

O estudo prévio indica uma poupança potencial até 82% com a implementação deste projeto.

GRI 303-1 Renovação de água por fonte

GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

Fonte	Qualidade	Destino	Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2020 (m ³)	
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de carácter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcantara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	4 112	
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de carácter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		21 081	
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		ETAR de Beirolas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção final do efluente, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m ³ /dia. ETAR de Beirolas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção do efluente, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m ³ /dia. ETAR de Bucelas - tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfecção por UV, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m ³ /dia. ETAR de Frielas - tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfecção por UV, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m ³ /dia. ETAR de São João da Talha - tratamento secundário, por lamas ativadas, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m ³ /dia.	37 719
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: · Parques de Materiais e Oficinas II e III - onde são produzidas águas residuais de carácter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML - onde são produzidas águas que podem ter carácter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas características. Estima-se, com base nos consumos de 2020 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 25.193 m ³ e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.719 m ³ .			Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (carácter industrial)	25 193	
			Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial carácter industrial)	37 719	

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

	2018	2019	2020
Total de água residual, com potencial carácter industrial, descarregada pelo ML (m ³)	68 698	77 491	62 912

GRI 303-2 Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

0 (zero).

GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)

GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2)

GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)

GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2018	2019	2020
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	624	826	791
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	43 334	39 682	27 105
Outras emissões indiretas GEE (t CO ₂ e)	29,39	9,88	1,50
Intensidade de GEE (g CO ₂ e/Pkm)	52,6	45,0	62,6
Total de emissões evitadas (t CO ₂ e)	5 740	7 257	-56 351

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono

0 (zero).

GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas

	2018	2019	2020
Emissões SO ₂ - gás acidificante (t)	254	260	262
Emissões NO ₂ - gás precursor do ozono (t)	118	120	121

GRI 306-2 Quantidade total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

	2018	2019	2020
Peso total de resíduos perigosos	1,8%	1,2%	1,9%
Peso total de resíduos não perigosos	98,2%	98,8%	98,1%
Peso total de resíduos para eliminação	68,4%	57,4%	50,0%
Peso total de resíduos para recuperação	31,6%	42,6%	50,0%

	2018	2019	2020
Resíduos perigosos (t)	34	28	19
Resíduos não perigosos (t)	1 900	2 385	982
Resíduos para eliminação (t)	1 323	1 385	500
Resíduos para recuperação (t)	611	1 028	501

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2020 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

GRI 306-5 Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2020, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

	2018	2019	2020
Procedimentos utilizando critérios ambientais (%)	NC	9,8	12,5

NC – Não calculado

GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacto o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3) Desempenho social

GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região

	2018	2019	2020
Efetivos (mulheres)	367	385	385
Efetivos (homens)	1 103	1 119	1 132
Número total de efetivos	1 470	1 504	1 517
Admissões	14	55	63
Saídas	12	21	15
Taxa de rotatividade	1,8%	5,1%	5,1%

IDADE	Ano 2019		Ano 2020	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	18,2%	32,7%	1,6%	19,0%
Entre 30 e 50 anos	21,8%	27,3%	17,5%	30,2%
> 50 anos	0,0%	0,0%	19,0%	12,7%

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género

	MULHERES			HOMENS		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Empregados com direito a licença parental	367	385	385	1 103	1 119	1 132
Empregados que tiraram licença parental no período	6	3	2	17	24	23
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	5	3	1	12	21	22
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	5	3	1	12	21	22
Taxa de retorno ao trabalho	83,3%	100,0%	50,0%	70,6%	87,5%	95,7%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	n.d.	100%	100%	n.d.	100%	100%

n.d. - não disponível

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comitês formais de gestão - Comitês de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

	2018	2019	2020
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

	2018	2019	2020
Índice de incidência	57,20	55,05	31,36
Índice de frequência	32,20	34,62	23,00
Índice de gravidade	1,81	1,70	1,20
Acidentes de trabalho	101	136	60
Dias perdidos	4 557	3 878	2 409
Número de óbitos	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	8,00	8,13	8,05

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

GRI 404-1 Horas médias de formação por ano e por empregado

	2018	2019	2020
Dirigentes	60,29	26,67	63,70
Quadros superiores	48,23	27,35	35,30
Quadros médios	17,65	10,92	9,78
Quadros intermédios	10,24	26,73	8,81
Profissionais qualificados / altamente qualificados	16,09	20,79	14,66
Profissionais não qualificados	33,25	11,50	2,55
Média	19,84	20,61	17,56

	Ano 2019		Ano 2020	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Dirigentes	11,50	34,25	50,93	69,29
Quadros superiores	28,17	26,74	36,12	34,68
Quadros médios	8,63	12,34	6,43	11,87
Quadros intermédios	2,50	27,54	0,83	9,08
Profissionais qualificados / altamente qualificados	37,83	15,41	12,71	15,30
Profissionais não qualificados	11,50	0,00	4,80	0,67
Média	32,77	18,56	18,37	17,01

GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

	2018	2019	2020
Executive MBA (Diretores)	3	2	1
Licenciatura	11	8	6
Mestrado	1	3	1
Doutoramento	4	1	1

Como assistência (quando aplicável), a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-estudante que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2020 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela *governance* e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	2018		2019		2020	
	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	2	1	2	1	2	1
Assessoria do CA	0	0	0	0	1	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	12	5	12	5	14	6
Total	15	8	15	8	18	9

DIRETORES	2018		2019		2020	
	H	M	H	M	H	M
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	4	4	4	4	4	4
Superior a 50 anos	8	1	8	1	10	2
Total	12	5	12	5	14	6

GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres face aos homens

	2018	2019	2020
Quadros superiores	106,4%	105,5%	106,6%
Quadros médios	103,4%	102,8%	104,8%
Quadros intermédios	100,7%	100,2%	100,3%
Profissionais altamente qualificados	89,6%	89,3%	89,7%
Profissionais qualificados	101,5%	100,7%	100,8%

GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

	2018	2019	2020
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito

GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil

GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML².

GRI 410-1 Pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

	2018	2019	2020
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	11,2%	6,6%	0,0%

Neste âmbito, a Empresa não realiza formação a organizações de terceiros que fornecem pessoal de segurança.

GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2020 não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados

	2018	2019	2020
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	146,5	28,0	0,0
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	2,61%	0,13%	0,00%

GRI 412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

² <https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

Atualmente as situações com impacto negativo resultam dos estaleiros referentes às obras de ampliação da estação de Arroios onde, para minimizar as dificuldades de acesso ao comércio local e a visibilidade do mesmo foram colocados painéis na vedação do estaleiro alertando para o facto do comércio se encontrar aberto.

GRI 414-1 Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho

NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

	2018	2019	2020
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,11	7,35	7,52
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços

Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing

0 (zero).

GRI 418-1 Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

Em 2020, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica

0 (zero).

c) TABELA DE INDICADORES GRI

Quadro 33 – Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Pág.		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág.		
Localização da Sede	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa, Pág.		
Localização das Operações	102-4	www.metrolisboa.pt		
Tipo e natureza legal de propriedade	102-5	Pág.		
Mercados abrangidos	102-6	Pág.		
Dimensão da organização	102-7	Pág.		
Informação sobre colaboradores	102-8	Pág.		
Cadeia de valor	102-9	Pág.		
Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de valor	102-10	Pág.		
Abordagem ao princípio da precaução	102-11	Pág.		
Iniciativas externas	102-12	Pág.		
Participação em associações e organizações	102-13	Pág.		
Estratégia				
Declaração do Conselho de Administração ou Presidente	102-14	Pág.		
Impactos, riscos e oportunidades chave	102-15	Pág.		
Ética e integridade				
Valores, princípios, <i>standards</i> e código de conduta da organização	102-16	Código de Ética e de Conduta do ML		
Mecanismos para preocupações ou conselhos sobre ética	102-17	Relatório de execução do PPRCIC		
Governance				
Estrutura de Governação da Organização	102-18	Pág. RGS 2019		
Delegação de autoridade	102-19	As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA		
Grau de responsabilização da administração para os tópicos Ambientais, Económicos e Sociais	102-20	Pág.		
Consulta aos <i>stakeholders</i> relativamente aos tópicos ambientais, económicos e sociais	102-21	Pág.		
Composição do mais alto órgão de governação e dos seus comités	102-22	Pág.; RGS 2019		
Presidente do Conselho de Administração	102-23	Pág.; RGS 2019		
Seleção e nomeação do Presidente do Conselho de Administração (CA)	102-24	Pág.; RGS 2019		
Conflitos de interesse	102-25	Pág.; RGS 2019		
Papel do Presidente do CA em estabelecer objetivos, valores e estratégias	102-26	RGS 2019		
Conhecimento coletivo do Presidente do CA	102-27	Pág.		
Avaliação do Presidente do CA	102-28	Pág.; RC 2019		
Identificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais	102-29	Pág., 150, 155, 147 Pág., 21		
Efetividade dos processos de gestão de risco	102-30	RGS 2019 ; Relatório de execução do PPRCIC		
Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais	102-31	Reuniões de CA; RGS 2019		

Quadro 34 – Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)				
Papel do Presidente do CA no relatório de sustentabilidade	102-32	Pág.		
Reporte dos principais problemas	102-33	Pág.		
Natureza e número dos principais problemas	102-34	Pág.		
Políticas de remuneração	102-35	Pág.		
Processo para determinar a remuneração	102-36	Pág.		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	102-37	Pág.		
Rácio de compensação anual	102-38	Pág.		
Aumento percentual no rácio da remuneração total anual	102-39	Pág.		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i>				
Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	102-40	Pág.		
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. 157		
Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	102-42	Pág.		
Abordagem ao envolvimento dos <i>stakeholders</i>	102-43	Pág.		
Principais tópicos e preocupações levantadas	102-44	Pág.		
Práticas de reporte				
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág.		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág.		
Lista de temas materiais	102-47	Pág. 148		
Reformulações das informações	102-48	Pág.		
Alterações no Relatório	102-49	Pág.		
Período do relatório	102-50	Pág.		
Data do relatório mais recente	102-51	Relatório e Contas 2019		
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual		
Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	102-53	www.metrolisboa.pt relacoes_publicas@metrolisboa.pt		
Formulação de relatórios de acordo com os GRI Standards	102-54	Pág.		
Índice GRI	102-55	Pág.		
Auditoria externa	102-56	Pág.		
Desempenho económico				
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. 149		5; 9
Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	201-2	Pág. 149		13
Planos de benefícios da organização e outros planos de reforma	201-3	Pág. 149		
Recebimento de assistência financeira proveniente do governo	201-4	Pág. 149		
Presença no mercado				
Rácio entre o nível médio de salário por género e face ao salário mínimo praticado no local	202-1	Pág. 150		
Percentagem de "Senior Managers" contratados no local	202-2	Pág. 150		
Impacto Económicos Diretos				
Investimentos em infraestruturas e serviços fornecidos	203-1	Pág. 150		5; 9
Impactos económicos indiretos significativos	203-2	Pág. 68		
Práticas de compra				
Proporção da despesa junto dos fornecedores locais	204-1	Pág. 150		
Anticorrupção				
Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	205-1	Pág.		16
Comunicação e formação acerca de políticas e procedimentos anticorrupção	205-2	Pág.		
Incidentes confirmados e ações tomadas	205-3	Pág. 150		16

Quadro 35 – Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Concorrência desleal				
Comportamentos anti concorrenciais	206-1	Pág. 151		
Materiais				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág. 151		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág. 151		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág. 151		
Energia				
Energia consumida na organização	302-1	Pág. 151		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág. 151		13
Intensidade energética	302-3	Pág. 151		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág. 151		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág. 69		13
Água				
Captação de água por fonte	303-1	Pág. 152		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág. 152		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág. 152		
Biodiversidade				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág. 153		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág. 153		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág. 153		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág. 153		
Emissões				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág. 153		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág. 153		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág. 153		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág. 153		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág. 153		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág. 153		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág. 153		13
Efluentes e Resíduos				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág. 152		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág. 154		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág. 154		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág. 154		
Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág. 154		
Conformidade				
Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág. 154		
Avaliação Ambiental de Fornecedores				
Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais	308-1	Pág. 155		
Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecimento e ações tomadas	308-2	Pág. 155		

Quadro 36 – Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Emprego				
Novos empregados contratados e rotatividade	401-1	Pág. 155		5
Benefícios fornecidos aos empregados em regime full-time que não são fornecidos aos restantes empregados	401-2	Pág. 156		
Licença parental	401-3	Pág. 156		5
Relações Laborais				
Períodos mínimos de avisos relativos a mudanças nas operações	402-1	Pág. 156		
Saúde e Segurança no Trabalho				
Representação dos trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde	403-1	Pág. 156		
Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho	403-2	Pág., , 157		
Trabalhadores com elevada incidência ou risco de doenças ocupacionais	403-3	Pág. 157		
Temas de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	403-4	Pág., 157		
Formação e Educação				
Horas médias de formação por ano e por trabalhador	404-1	Pág. 157		5
Programas de melhoria das competências dos funcionários e programas de apoio à transição	404-2	Pág. 158		
Porcentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	404-3	Pág. 158		5
Diversidade e igualdade de oportunidades				
Diversidade dos órgãos sociais e dos trabalhadores	405-1	Pág. 159		5
Rácio entre o salário base e a remuneração de mulheres face aos homens	405-2	Pág. 57		5
Não Discriminação				
Incidentes de discriminação e ações tomadas	406-1	Pág. 159		5
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva				
Operações e os fornecedores em que os direitos dos trabalhadores auferem de liberdade de associação ou negociação coletiva podem estar em risco	407-1	Pág. 160		
Trabalho Infantil				
Operações e fornecedores que têm risco de incidentes relacionados com trabalho infantil	408-1	Pág. 160		
Trabalho Forçado e Análogo ao Escravo				
Operações e fornecedores que têm risco de incidentes relacionados com trabalho forçado	409-1	Pág. 160		
Práticas de Segurança				
Pessoal de segurança com formação em políticas e/ou procedimentos em direitos humanos	410-1	Pág. 160		
Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais				
Incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas	411-1	Pág. 160		
Avaliação dos Direitos Humanos				
Operações sujeitas a revisões de acordo com os direitos humanos ou avaliações dos seus impactos	412-1	Pág. 160		
Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág. 160		
Investimento significativo em acordos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que sejam rastreados em matérias de direitos humanos	412-3	Pág. 160		

Quadro 37 – Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Comunidades Locais				
Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	413-1	Pág. 160		
Operações com impactos negativos (atuais e potenciais) significativos nas comunidades locais	413-2	Pág. 161		
Avaliação Social dos Fornecedores				
Novos fornecedores que foram selecionados mediante critérios sociais	414-1	Pág. 161		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	414-2	Pág. 161		5
Política Pública				
Contribuições políticas	415-1	Pág. 161		
Saúde e Segurança do Cliente				
Avaliação de impactos na saúde e segurança relativos a produtos e serviços	416-1	Pág. 161		
Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços	416-2	Pág. 161		
Marketing e Rotulagem				
Requisitos de informação dos serviços e rotulagem para os produtos	417-1	Pág. 161		
Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág. 161		
Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing	417-3	Pág. 161		
Privacidade do Cliente				
Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade e perdas de dados do cliente	418-1	Pág. 162		
Conformidade Socioeconómica				
Incumprimento das leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág. 162		

ix. Glossário de Termos e respetivas Fontes

Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Carruagens x km

Produto do número de circulações pelo número de carruagens de cada circulação e pelo percurso percorrido (serviço público).

Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Compliance

Corresponde a uma atuação de acordo com determinadas regras ou diretrizes estabelecidas.

Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”, no sentido de assegurar a transmissão do “património” capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de “boa governação”.

Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Eficiência energética

Número de passageiros x km transportados por unidade energia consumida.

Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Entidade

Corresponde normalmente a uma Organização ou a uma operação, quer seja legalmente constituída ou não.

Estudo de Clima da Empresa

Questionário de Satisfação feito aos colaboradores da empresa, anualmente.

Fornecedores locais

Organização ou pessoa que fornece materiais, produtos e serviços localizados em Portugal.

Gases com efeito de estufa (GEE)

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

Global Reporting Initiative (GRI)

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Índice de duração

Número médio de dias perdidos por acidente de trabalho

Índice de frequência

Número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas x homem trabalhadas

Índice de gravidade

Número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas x homem trabalhadas

Índice de incidência

Número de acidentes com baixa, por cada ano de trabalho e por cada mil trabalhadores

Lugares x km

Produto do número de carruagens x km pela capacidade média de cada carruagem.

Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001

Norma Internacional da “International Organization for Standardization” sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Óbito

A morte de um trabalhador ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho sofrida ou contraída na condição de empregado da organização.

Ocorrências por milhão de passageiros transportados

Número de ocorrências de criminalidade envolvendo passageiros por cada milhão de passageiros transportados.

Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas

Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Passageiros transportados

Número de passageiros transportados, em modo metro, incluindo os passageiros fraudulentos.

Passageiros das validações

Número de passageiros transportados, em modo metro, possuidor de título válido, não inclui os passageiros fraudulentos.

Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, correio, correio eletrónico ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Taxa de absentismo

Porcentagem obtida pelo quociente da divisão de horas de ausência pelo potencial de trabalho.

Taxa de rotatividade

É o movimento de entrada e saída de funcionários em uma empresa, demonstrado por meio de uma taxa de rotatividade.

Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).

x. Siglas e Acrónimos

Siglas / Acrónimos	Significado
Grupo CoMET	The C ommunity of M etros
GWh	Giga-Watt hora
h	horas
I.P.	Instituto P úblico
ICNF	Instituição da C onservação da N atureza e das F lorestas
IDI	I nvestigação, D esenvolvimento e I nnovação
IIRC	I nternacional I ntegrated R eporting C ouncil (Conselho Internacional para o Relato Integrado)
ILD	I nfraestruturas de L onga D uração
IP	Infraestruturas de Portugal
IP Património	Empresa do Grupo IP responsável pela gestão do património imobiliário
IPSS	Instituição P articular de S olidariedade S ocial
ISC 2019	Í ndice de S atisfação do C liente de 2019
ISEG	I nstituto S uperior de E conomia e G estão
ISO 14001	Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 45001	Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 5001	Sistema de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 9001	Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos
IUCN	I nternational U nion for C onservation of N ature (União Internacional para a Conservação da Natureza)
IVA	I mposto sobre o V alor A crecentado
kg	Quilograma
km	Quilómetro
km ²	Quilómetro quadrado
kWh	Quilowatt hora
l	Litro
LKO	Lugares x km
LNEC	L aboratório N acional de E ngenharia C ivil
LOE 2020	L ei do O rçamento de E stado para 2020
m	Metro
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
m ³	Metro cúbico
MAVT	M áquina A utomática de V enda de T ítulos
MBA	M aster B usiness A dministration
MKBF	M ean K ilometer B etween F ailure (Quilometragem média entre falhas)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.; METRO
ML90, ML95, ML97 e ML99	As quatro séries de Material Circulante
MOP	M ultimédia O utdoors P ortugal - Publicidade, S.A.
MTBF	M ean T ime B etween F ailures (Período <i>Médio entre Falhas</i>)
MWh	Megawatt hora
NC	Não contabilizado
NO ₂	Óxidos de azoto
NOVA	The N ova Group of Metros
NO _x	Óxidos de nitrogénio
NP	Norma Portuguesa
NP 4475	Transporte Público de passageiros - Rede de Metro - Características e fornecimento do serviço
ODS	O bjetivo de D esenvolvimento S ustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OTLIS	O peradores de T ransportes da R egião de L isboa, A.C.E.
p.p.	ponto percentual
PADE	P rograma de A lta D ireção de E mpresas
PART	P rograma de A poio à R edução T arifária
PESTAL	Análise de contexto nas vertentes P olítica, E conómica, S ocial, T ecnológica, A mbiental e L egal
PFM	P lataforma F erroviária P ortuguesa
PIB	P roduto I nterno B ruto
PIDDAC	P rograma de I vestimento e D espesas de D esenvolvimento da A dministração C entral

Siglas / Acrónimos	Significado
Pkm	Passageiros x km
PKT	Passageiros x km Transportados
PLAGO	Sistema de P laneamento e G estão de O perações
PMMAC	P lano M etropolitano de A daptação às A lterações C limáticas
PMO	P arque de M aterial e O ficinas
PMO I	PMO de Sete Rios
PMO II	PMO de Calvanas
PMO III	PMO de Carnide
PMP	P razo M édio de P agamento
POSEUR	P rograma O peracional S ustentabilidade e E ficiência no U so de R ecursos
PPRCIC	P lano de P revenção de R iscos de C orrupção e I nfrações C onexas
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	P assageiros T ransportados
RATP	R égie A utonome des T ransports P ariens (Empresa pública autónoma dos Transportes Parisienses)
RCM	R esolução do C onselho de M inistros
ROC	Revisor Oficial de Contas
s	Segundo
S / N / N.A.	Sim / Não / Não aplicável
S.A.	Sociedade Anónima
SADI	S istema A utomático de Deteção de Incêndio
SAP	Sistema integrado de Gestão Empresarial (<i>Systems Applications and Products in Data Processing</i>) (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados)
SAP BW/4HANA	Plataforma SAP
SaphetyGov	Plataforma eletrónica de Contratação Pública
SE	S ecretária de E stado
SEAMB	Secretária de Estado do Ambiente
SEE	Setor Empresarial do Estado
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SO ₂	Dióxido de enxofre
SOFLUSA	Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
SO _x	Óxido de enxofre
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SSIT	S istema de S upervisão de I nstalações T écnicas
SWOT	Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (S trengths, W eaknesses, O pportunities and T hreats)
t	Tonelada
Transtejo	Transportes Tejo, S.A.
TST	Transportes Sul do Tejo
UE	União Europeia
UITP	U nião I nternacional dos T ransportes P úblicos
Unid:	Unidades
URL	Localizador uniforme de recursos (U niform R esource L ocator)
V.Abs.	Valor absoluto
Var.	Variação
WBCSD	W orld B usiness C ouncil for S ustainable D evelopment
WTA	W orld T ravel A wards